

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

ANÁLISE DA RELEVÂNCIA DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA NO
MUNICÍPIO DE MOTUCA: ESTUDO COMPARATIVO DA RECEITA
CORRENTE E DOS DADOS SOCIOECONÔMICOS ANTES E DEPOIS
DO FECHAMENTO DA USINA SANTA LUIZA.

Juliana de Aquino Mendonça

ARARAQUARA – SP
2019

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

ANÁLISE DA RELEVÂNCIA DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA NO
MUNICÍPIO DE MOTUCA: ESTUDO COMPARATIVO DA RECEITA
CORRENTE E DOS DADOS SOCIOECONÔMICOS ANTES E DEPOIS
DO FECHAMENTO DA USINA SANTA LUIZA.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Mestrado, da Universidade de Araraquara – UNIARA – como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

Área de Concentração: Desenvolvimento Territorial e Alternativas de Sustentabilidade.

Orientanda: Juliana de Aquino Mendonça.

Orientador: Prof. Dr. Oriowaldo Queda.

FICHA CATALOGRÁFICA

M495a Mendonça, Juliana de Aquino
Análise da relevância da agroindústria canavieira no município de
Motuca: estudo comparativo da receita corrente e dos dados
socioeconômicos antes e depois do fechamento da usina Santa Lúcia/
Juliana de Aquino Mendonça. – Araraquara: Universidade de
Araraquara, 2019.
154f.

Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente- Universidade de
Araraquara-UNIARA

Orientador: Prof. Dr. Oriowaldo Queda

1. Cana de açúcar. 2. Pequenos municípios. 3. Desregulamentação.
4. Desenvolvimento. I. Título.

CDU 577.4



UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA

Rua Voluntários da Pátria, 1309 - Centro - Araraquara - SP
CEP 14801-320 | (16) 3301-7100 | www.uniara.com.br

FOLHA DE APROVAÇÃO

NOME DO(A) ALUNO(A): *Juliana de Aquino Mendonça*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Mestrado, da Universidade de Araraquara – UNIARA – como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

Área de Concentração: Desenvolvimento Territorial e Alternativas de Sustentabilidade.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Paula Regina de Jesus Pinsetta Pavarina
UNESP - Franca

Prof. Dr. Hildebrando Herrmann
UNIARA - Araraquara

Prof. Dr. Oriowaldo Queda
UNIARA – Araraquara

Araraquara – SP 22 de março de 2019.

À minha querida filha:
Isabela de Aquino Lucio Lopes:
farol que ilumina minha vida!

É melhor tentar e falhar, que preocupar-se e ver a vida passar.
É melhor tentar, ainda que em vão que sentar-se, fazendo nada até o final.
Eu prefiro na chuva caminhar, que em dias frios em casa me esconder.
Prefiro ser feliz embora louco, que em conformidade viver.
(Martin Luther King)

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Professor Doutor Oriowaldo Queda, que com sua experiência, conhecimento e sabedoria iluminaram minha pesquisa.

À minha mãe Silvia Regina Thomáz de Aquino que auxiliou nos momentos mais turbulentos.

Em memória de minha avó materna Neyde Muniz de Aquino e de minha avó paterna Elenice do Carmo Mendonça, mulheres fortes e guerreiras, que me ensinaram (cada uma de um jeito), a ser a mulher e a mãe que sou hoje.

Ao meu avô materno Waldir Benedito Thomáz de Aquino, pelo carinho e amor dedicados em minha vida.

Aos amigos que constantemente me incentivavam, em especial Denise Rosário.

As funcionárias da Secretaria de Mestrado, em especial Ivani Ferraz Urbano e Maria Silvia Corrêa.

RESUMO

Esta pesquisa pretendeu analisar a relevância ou irrelevância de uma agroindústria canavieira para um pequeno município através da análise da receita orçamentária e tributária, bem como das implicações socioeconômicas, com base no estudo de caso do município de Motuca – SP. O município abrigou em seu território a usina sucroalcooleira Santa Luiza que foi a primeira usina na região de Araraquara a ser adquirida e fechada no período pós-desregulamentação pelo grupo Ometto através de uma *holding*. É julgado importante realizar um resgate histórico da formação das usinas na região de Araraquara, bem como os dados técnicos históricos produtivos, analisando as mudanças regionais em conjunto com os momentos políticos, econômicos e institucionais do Brasil, juntamente com a evolução ou declínio destas usinas. A intenção é examinar as mudanças internas do subsetor em decorrência do processo de desregulamentação e da entrada do capital estrangeiro que influenciou o processo de fusões, aquisições e fechamento de usinas, como o da usina Santa Luiza. Este estudo intenciona colaborar e complementar as vastas pesquisas controversas que existem no campo acadêmico sobre a relação entre desenvolvimento e agroindústria canavieira. Esta pesquisa apresenta uma peculiaridade e uma vantagem que a difere dos estudos já realizados, a análise será comparativa e englobará dados orçamentários, tributários, econômicos e sociais durante o funcionamento da usina Santa Luiza (2000 a 2006) e 10 anos após o encerramento de suas atividades (2007 a 2017), fornecendo informações comparáveis temporalmente com o objetivo de determinar se houve mudanças nos dados analisados com a perda da usina. A partir do caso de Motuca podemos inferir alguma analogia com o que acontece em pequenos municípios semelhantes, além de oferecer informações históricas, econômicas e sociais pós-desregulamentação, delineando uma nova configuração socioeconômica pós-usina do município em estudo, o que possibilitará apontar possíveis entraves ao seu crescimento atual. A metodologia de pesquisa utilizada partiu de levantamento bibliográfico, pesquisa de campo em museus, bem como por fontes empresariais e da imprensa, além de informações tributárias provenientes do governo federal e estadual, e dados socioeconômicos de Instituições e Fundações de análise de dados.

Palavras-chave: cana-de-açúcar, pequenos municípios, desregulamentação, desenvolvimento.

ABSTRACT

This research intends to analyze the relevance or irrelevance of a sugarcane agroindustry for a small municipality, through the analysis of the budgetary and tax revenues, as well as the socioeconomic implications, based on the case study of the municipality of Motuca-SP. The municipality housed in its territory the Santa Luiza sugar cane plant, which was the first plant in the region of Araraquara to be acquired and closed in the post-deregulation period by the Ometto Group, through a *holding* company. It is essential to carry out a historical rescue of the formation of the sugar cane power plants in the region of Araraquara, as well as the technical historical data, analyzing the regional changes, together with the political, economic and institutional moments of Brazil, along with the evolution or decline of these power plants. The intention is to examine the internal changes of the subsector, due to the process of deregulation and the entry of foreign capital that influenced the mergers, acquisitions and closing of plants, such as the Santa Luiza plant. This study intends to collaborate and complement the vast controversial researches, which exist in the academic field, about the relationship between development and sugar cane agroindustry. This research presents a peculiarity and an advantage that differs from the studies already carried out: the analysis is comparative and encompasses budgetary, tributary, economic and social data, during the operation of the Santa Luiza plant (2000 to 2006) and 10 years after the closure of its activities (2007 to 2017), providing information comparable temporally with the objective of determining whether there were changes in the data analyzed, with the loss of the plant. From the case of Motuca, one can infer some analogy with what happens in small similar municipalities, besides offering historical, economic and social information after deregulation, outlining a new socio-economic configuration after the plant of the municipality under study, which allows pointing out possible obstacles to its current growth. The research methodology was based on bibliographical survey, field research in museums, as well as by corporate and press sources, in addition to tax information from the Federal and State governments, and socio-economic data of Institutions and Foundations of data analysis.

Keywords: sugar cane, small municipalities, deregulation, development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Evolução no número de usinas no Estado de São Paulo e Pernambuco. Safras 1929/30 - 1970/71.....	33
Figura 2 - Localização da área de estudo.	72
Figura 3 – Localização da área de estudo – O município de Motuca.....	73
Figura 4 - Vista aérea da área urbana do município de Motuca.....	74
Figura 5 - Evolução da Produção de Álcool da Usina Santa Luiza de 1957 a 1985 (em mil litros)	78
Figura 6 - Área utilizada para a cana-de-açúcar no assentamento Monte Alegre (em hectares)	79
Figura 7 - Comparação da Produção de Açúcar (1957-1985). (em sacas de 60 Kg).	81
Figura 8 - Fluxo das Transferências Constitucionais.	86
Figura 9 - Participação dos Estados no total a distribuir do FPM (em %).	86
Figura 10 - Fluxograma da divisão do FPM e coeficientes de distribuição em %.....	87
Figura 11 - Participação do FPM na receita corrente dos municípios paulistas 2013 em %.....	89
Figura 12 - Cota Parte do FPM para o município de Motuca de 2000 a 2017 em milhões de reais atualizados.....	89
Figura 13 - Composição do IPM no Repasse do ICMS em %.....	92
Figura 14 - VAF do Município de Motuca de 2000 a 2016 em milhões de reais atualizados.	93
Figura 15 - Índice de Participação do Município de Motuca de 2000 a 2017.....	93
Figura 16 - Repasses do ICMS em milhões de reais atualizados ao município de Motuca de 2000 a 2017.....	94
Figura 17 - Repasse do IPVA ao município de Motuca de 2000 a 2017 em mil reais atualizados.....	95
Figura 18 - Repasse do ITR e arrecadação do IPTU de Motuca de 2000 a 2017 em mil reais atualizados.....	97
Figura 19 - Arrecadação do ISSQN do município de Motuca de 2000 a 2017 em mil reais atualizados.	99
Figura 20 - Receita Orçamentária do município de Motuca de 2000 a 2017 em milhões de reais atualizados.....	100
Figura 21 - Receita Corrente do município de Motuca de 2003, 2006, 2008, 2013 e 2017 em %.....	103
Figura 22 - Participação da Receita Própria, ICMS, FPM e ITR do município de Motuca de 2008, 2013 e 2017 em %.....	105
Figura 23 - PIB municipal de Motuca de 2002 a 2015 com valores atualizados em reais.....	106
Figura 24 – VA por setor do Município de Motuca de 2002 a 2015 em reais atualizados.	108
Figura 25 - Valor Adicionado Total do Município de Motuca de 2002 a 2015.....	108
Figura 26 – Participação (em %) do VA da Agropecuária, Indústria, Serviços e.....	109
Figura 27 - Total de Empregos Formais do Município de Motuca de 2000 a 2016 em unidades.....	111
Figura 28 - Empregos Formais na Agropecuária, Indústria, Serviços e Comércio do Município de Motuca de 2000 a 2016 em unidades.	111
Figura 29 - Comparação com a área colhida de cana-de-açúcar com outras quatro culturas de maior produção do Município de Motuca nos anos de 2000, 2005 e 2010 em %.....	115
Figura 30 - Produção de cana-de-açúcar e das outras quatro culturas de maior produção do Município de Motuca de 2000 a 2016 em toneladas.	116
Figura 31 - % da cana e das outras quatro culturas de maior produção de Motuca em 2016.	117
Figura 32 - Produção de cana-de-açúcar do Município de Motuca de 2000 a 2016.....	117
Figura 33 - Posição na taxa de escolarização de 6 a 14 anos.	118

Figura 34 - Nota no IDEB dos anos iniciais e finais de Motuca.	119
Figura 35 - Furto/roubo do município de Motuca de 2001 a 2017.	122
Figura 36 - Comparação do IDHM do município de Motuca com o Estado e o País.	123
Figura 37 - Comparação da evolução entre FPM e ICMS	132

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Impostos e suas competências.....	85
Tabela 2 - Coeficientes por faixa de habitantes do FPM Interior.....	87
Tabela 3 - Critérios para a apuração do IPM.....	91
Tabela 4 - Desempenho Fiscal <i>Per Capita</i> e População por Tipo de Município, Média de 1990 a 2006	129

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AME	Ambulatório Médico de Especialidades.
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento.
DRE	Demonstrativo de Resultado do Exercício.
EUA	Estados Unidos da América.
FCLAR	Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara – SP.
FMI	Fundo Monetário Internacional.
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.
FPM	Fundo de Participação dos Municípios.
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.
IAA	Instituto do Açúcar e do Alcool.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
ICMS	Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.
IGC	Instituto Geográfico e Cartográfico do Estado de São Paulo.
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados.
IPM	Índice de Participação dos Municípios.
IPTU	Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana.
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores.
IPVS	Índice Paulista de Vulnerabilidade Social.
IR	Imposto de Renda.
ISSQN	Imposto sobre Serviços de qualquer Natureza.
ITBI	Imposto sobre a Transmissão Intervivos de Bens Imóveis.
ITESP	Instituto de Terras do Estado de São Paulo.
ITR	Imposto sobre Propriedade Territorial Rural.
MEC	Ministério da Educação.
PIB	Produto Interno Bruto.

PLANALSUCAR	Programa Nacional de Melhoramentos da cana-de-açúcar.
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento.
PROÁLCOOL	Programa Nacional do Álcool.
SEADE	Sistema Estadual de Análise de Dados.
SICONFI	Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro.
SUS	Sistema Único de Saúde.
TCU	Tribunal de Contas da União.
VA	Valor Adicionado.
VAF	Valor Adicionado Fiscal.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Produção Açucareira da região de Araraquara do decênio de 40 (em sacas de 60 Kg).....	36
Quadro 2 - Produção Açucareira da região de Araraquara do decênio de 50 (em sacas de 60 Kg).....	40
Quadro 3 - Produção Alcooleira da região de Araraquara do decênio de 50 (em mil litros).....	40
Quadro 4 - Produção Açucareira da região de Araraquara do decênio de 60 (em sacas de 60 Kg).....	42
Quadro 5 - Produção Alcooleira da região de Araraquara do decênio de 60 (em mil litros).....	43
Quadro 6 - Implantação e fechamento de usinas no Estado de São Paulo (em unidades).	44
Quadro 7 - Percentual de Usineiros e Fornecedores nas safras 1970/71 e 1982/83 (em %).	47
Quadro 8 – Participação dos Fornecedores de Cana nas Agroindústrias da Região	48
Quadro 9 - Evolução de área cultivada (em hectares).	49
Quadro 10 - Produção Açucareira da região de Araraquara decênio de 70 (em sacas de 60 Kg).....	52
Quadro 11 - Produção Alcooleira da região de Araraquara decênio de 70 (em mil litros).	52
Quadro 12 - Produção Açucareira da região de Araraquara decênio de 80 (em sacas de 60 Kg).....	55
Quadro 13 - Produção Alcooleira da região de Araraquara decênio de 80 (em mil litros).	55
Quadro 14 – Abertura e fechamento das usinas na região de Araraquara de 1940 a 1970.	59
Quadro 15 - Usinas na Região de Araraquara ao final da década de 80.	67
Quadro 16 - Processo de Fusões e Aquisições na Região de Araraquara pós-80.	71
Quadro 17 - Produção da Usina Santa Luiza de 1957 a 1985 (açúcar em sacas de 60 Kg e álcool em mil litros).....	78
Quadro 18 - Núcleos do Assentamento Monte Alegre em Motuca.....	78
Quadro 19 – Índice IPCA/IBGE	83
Quadro 20 - Composição das Receitas dos Municípios Paulistas no ano de 2013 em %	88
Quadro 21 - Transferências da Cota Parte do FPM para o município de Motuca de 2000 a 2017 em milhões de reais atualizados.	89
Quadro 22 - VAF do Município de Motuca de 2000 a 2016 em milhões de reais atualizados.	92
Quadro 23 - Repasses do ICMS em milhões de reais atualizados e IPM de Motuca de 2000 a 2017. .	93
Quadro 24 - Repasse do IPVA de 2000 a 2017 em mil reais atualizados.	95
Quadro 25 - Repasse do ITR e arrecadação do IPTU do município de Motuca de 2000 a 2017 em mil reais atualizados.	97
Quadro 26 - Arrecadação do ISSQN em mil reais atualizados	98
Quadro 27 - Receita Total de Motuca de 2000 a 2017 em milhões de reais atualizados	99
Quadro 28 - Receita Orçamentária de Motuca de 2000 a 2017 em milhões de reais atualizados.	101
Quadro 29 - Receita Corrente do município de Motuca de 2000 a 2017 em milhões de reais atualizados.....	102
Quadro 30 - (%) da Receita Própria, ICMS, FPM e ITR de Motuca de 2000 a 2017 em milhões de reais atualizados.	104
Quadro 31 - PIB de Motuca e sua participação estadual de 2002 a 2015 com valores	106
Quadro 32 - Valor Adicionado da Agropecuária, Indústria, Serviços, Administração Pública e sua Participação no VA Total do Município de Motuca de 2002 a 2015 (valores em reais atualizados e em %).	107
Quadro 33 - Empregos Formais na Agropecuária, Indústria, Serviços, Construção e Comércio em unidades e sua Participação (%) no Total de Empregos Formais do Município de Motuca de 2000 a 2016.....	110
Quadro 34 - Total de Estabelecimentos Empregadores do Município de Motuca de 2006 a 2016.	112

Quadro 35 - Área Plantada e Colhida de Motuca de 2000 a 2010 em hectares.	113
Quadro 36 - Área Plantada e Colhida das cinco culturas com maior produção do Município de Motuca de 2000 a 2016 em hectares.	114
Quadro 37 - Produção de cana e das quatro culturas de maior produção de Motuca de 2000.....	116
Quadro 38 - Habitação e Infraestrutura Urbana do município de Motuca (em %).	118
Quadro 39 - Estatísticas de Saúde do município de Motuca.	120
Quadro 40 – Profissionais da saúde de Motuca nos anos de 2000, 2006, 2012 e 2017.	120
Quadro 41 – Comparação do coeficiente de profissionais da saúde nos anos de 2000, 2006, 2012 e 2017 com a região e com o Estado.....	121
Quadro 42 - Homicídio, furto/roubo e estupro em Motuca de 2001 a 2017.	122
Quadro 43 - Índice adotado para o cálculo do IDHM e o índice de Motuca	122
Quadro 44 - Componentes das dimensões para o cálculo do IPVS.	123
Quadro 45 - Os sete graus de vulnerabilidade social.	124
Quadro 46 - IPVS de Motuca, Região e Estado.	124

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA	17
OBJETIVOS	20
METODOLOGIA	21
CAPÍTULO 1 - A AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA NA REGIÃO DE ARARAQUARA: O CONTEXTO HISTÓRICO E ECONÔMICO DO SURGIMENTO DA USINA SANTA LUIZA.	23
1.1 - A formação das usinas no período cafeeiro	24
1.2 - A formação, o crescimento e a modernização das usinas no período de intervenção	31
estatal.....	31
1.3 - O plano de racionalização: o início das fusões / aquisições e seu impacto no estatuto	43
da lavoura canvieira.....	43
1.4 - O Programa Nacional do Álcool	49
CAPÍTULO 2 - A DESREGULAMENTAÇÃO, OS GRUPOS ESTRANGEIROS E A CONCENTRAÇÃO DE EMPRESAS E CAPITAL: O CONTEXTO ECONÔMICO DO FECHAMENTO DA USINA SANTA LUIZA.	Erro! Indicador não definido.
2.1 - Os três períodos de evolução dos grupos empresariais	57
2.2 – A crise do Proálcool, a desregulamentação e o retorno do capital estrangeiro.	60
2.3 - A desregulamentação na região de Araraquara	66
2.4 – O município de Motuca e a usina Santa Luiza.	72
CAPÍTULO 3: ANÁLISE DOS TRIBUTOS DO MUNICÍPIO DE MOTUCA E SUAS IMPLICAÇÕES NA RECEITA CORRENTE	82
3.1- Competência e repartição tributária	84
3.2 - Os tributos e o município de Motuca	86
3.2.1 O Fundo de Participação dos Municípios (FPM).....	86
3.2.2 O Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS).....	90
3.2.3 – O imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA).....	95
3.2.4 - Imposto sobre a propriedade territorial urbana (IPTU) versus imposto sobre propriedade territorial rural (ITR)	96
3.2.5 – Imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN).....	98
3.3 - Análise da Receita Corrente	99
CAPÍTULO 4: ANÁLISE SOCIOECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE MOTUCA	106
4.1 - PIB Municipal	106
4.2 - Emprego e renda	110
4.3 - Produção agrícola	113

4.4 - Habitação e infraestrutura urbana	117
4.5 - Educação, saúde e segurança.	118
4.6 - Índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM).....	122
4.7 - Índice paulista de vulnerabilidade social (IPVS)	123
CONCLUSÃO.....	126

INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

Historicamente, a atividade canavieira teve grande relevância política, social e econômica, desde a época colonial até os dias atuais, moldando a economia e as relações sociais em várias regiões do país, em uma constante expansão e retração que acompanhou o desenvolvimento econômico do Brasil (CARVALHO; GALLO, 2012).

A cana-de-açúcar é cultivada em mais de 100 países, porém cerca de 80% da produção mundial está concentrada em 10 países, sendo o Brasil o maior produtor de cana de açúcar do mundo. (NOVACANA, 2017).

Em ocupação de área é a terceira cultura temporária, ficando atrás da soja e do milho, e isto é explicado devido à sua eficiência na conversão fotossintética, o que gera alta produtividade. (NOVACANA, 2017).

Historicamente, o Estado de São Paulo se destaca pela forte economia pautada na cultura canavieira, iniciando com a primeira região econômica do Estado paulista, o quadrilátero do açúcar, que envolvia municípios da região de Campinas, avançando depois para o que o Instituto do Açúcar e do Álcool - IAA considerava as cinco regiões canavieiras do Estado: Piracicaba, Araraquara, Ribeirão Preto / Sertãozinho, Jaú e Vale do Paranapanema (FERREIRA; ALVES, 2009).

O século XX foi marcado por modificações profundas na agropecuária do Brasil, principalmente no Estado de São Paulo, e alguns fatores facilitaram esse processo: as vantagens de clima e solo para o plantio da cana-de-açúcar, a desvalorização do café, a industrialização promovida por Getúlio Vargas que reforçou o consumo desta região e a criação do IAA que promoveu a proteção da agroindústria canavieira (PISSINATO, 2014; RAMOS, 1983).

A região de Araraquara não é exceção no que concerne ao Estado. Ferreira (1987) relata que a agroindústria canavieira surge na região de Araraquara com a crise do café na década de 1930, tendo como base as usinas de pinga e álcool que já existiam, ocorrendo no decorrer de décadas uma especialização produtiva de usinas em locais estratégicos para o setor, influenciando a dinâmica regional e a formação de agroindústrias latifundiárias, com a aquisição sistemática de terras vizinhas às usinas e com grande poder de negociação.

Com a desregulamentação e a abertura econômica na década de 1990 se inicia o processo de fusões e aquisições como estratégia para a concorrência, devido à entrada de empresas estrangeiras no setor. Uma das primeiras aquisições ocorridas na região de

Araraquara foi justamente o caso da usina Santa Luiza no município de Motuca, adquirida e fechada no mesmo ano pelo grupo Ometto, através da formação de uma *holding*: a Etanol Participações, união das usinas São Martinho (Pradópolis), Santa Cruz (Américo Brasiliense) e Cosan (Piracicaba).

O problema que emerge neste estudo é: qual o impacto tributário e socioeconômico para o pequeno município de Motuca com o fechamento da usina Santa Luiza? Além de tentar também contextualizar a estratégia adotada pela *holding*, que consistiu na aquisição da usina com o único objetivo de fechá-la.

Para se estudar e analisar a relevância ou irrelevância socioeconômica da usina Santa Luiza para o município de Motuca, bem como sua importância tributária, é imprescindível estudar a formação e a evolução da agroindústria canavieira na microrregião de Araraquara, no qual Motuca faz parte. Considerando também que até 1990 Motuca era distrito de Araraquara, e que em alguns documentos históricos de imprensa, a usina Santa Luiza consta como agroindústria do município de Araraquara, e não de Motuca.

É extremamente relevante pesquisar como se deu a formação, a evolução e as mudanças internas da agroindústria canavieira na região de Araraquara, pois isto possibilita os subsídios estruturais para compreender as causas/consequências de outros temas relacionados com a agroindústria canavieira. Salientando que a região pesquisada é amplamente estudada, pois esta localidade é dominada pela monocultura canavieira.

Para efeitos deste estudo será adotada a mesorregião de Araraquara, que engloba a microrregião de Araraquara e São Carlos, divisão esta considerada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que tem por parâmetros a similaridade econômica e social da região, unicamente para fins estatísticos (IBGE, 2017). Optou-se pela mesorregião, pois na microrregião de São Carlos surgiram as destilarias autônomas durante o Proálcool (Programa Nacional do Alcool).

Este trabalho está dividido em três intervalos de tempo, tendo como norteador a divisão realizada por Ramos e Szmrecsányi (2002), que dividem as análises do setor agroindustrial canavieiro em três subperíodos: o primeiro que se inicia no final do século XIX até o ano de 1930, o segundo período que vai de 1930-1990, e o último a partir de 1990.

A organização desta pesquisa foi dividida em quatro capítulos, onde o primeiro capítulo compreende o primeiro e o segundo período da divisão estipulada por Ramos e Szmrecsányi (2002), (final do século XIX até 1990), já o capítulo dois engloba o terceiro e

último período, a partir de 1990. O capítulo três e quatro envolve, em específico, o município em estudo pós-desregulamentação.

No primeiro capítulo a pesquisa se concentrou na formação e na evolução histórica da agroindústria canavieira na mesorregião de Araraquara, bem como nas mudanças regionais em conjunto com os momentos políticos, econômicos e institucionais do Brasil, além de realizar uma análise de dados técnicos produtivos de açúcar e álcool durante as décadas de 1940 a 1980. Este capítulo tem a finalidade de contribuir para o acervo da história da formação e do desenvolvimento da agroindústria canavieira na mesorregião de Araraquara.

Especificamente, no primeiro capítulo, de acordo com a divisão de Ramos e Szmrecsányi (2002), temos o primeiro período, onde se destaca a formação e o desenvolvimento dos engenhos centrais, no caso de Araraquara, o destaque para o engenho central Freitas (primeiro engenho da região, que deu origem a usina Fortaleza e logo depois a usina Tamoio) além de traçar um panorama econômico de Araraquara antes, durante e depois do período cafeeiro. No segundo período temos o fortalecimento dos grupos empresariais familiares, em sua maioria de italianos e seus descendentes (RAMOS; SZMRECSÁNYI, 2002). Com destaque, no final de 1960, para o primeiro plano de racionalização da agroindústria canavieira, que provocou algumas aquisições e incorporação de usinas (consideradas antieconômicas) na região em estudo (FERREIRA; ALVES, 2009), e com destaque também para o Proálcool, com a abertura das destilarias autônomas e ampliação das destilarias anexas na região.

O capítulo dois enfatizou o terceiro período, de acordo com a divisão de Ramos e Szmrecsányi (2002), que se caracteriza pelo processo de fusões e aquisições com o retorno do capital estrangeiro, onde “grandes grupos economicamente viáveis incorporam usinas economicamente viáveis” (FERREIRA; ALVES, 2009, p. 16). A finalidade deste capítulo é justamente mostrar o cenário e o contexto em que ocorreu a aquisição e o fechamento da usina Santa Luiza.

Especificamente no capítulo dois temos as mudanças econômicas, sociais, políticas e institucionais que o país sofreu na década de 90, influenciada pela política neoliberal que desencadeou o processo de desregulamentação e liberalização econômica no setor agroindustrial canavieiro. Com base nestas mudanças, também foi feita uma análise das usinas na região de Araraquara, bem como seu crescimento, fechamento e fusões/aquisições provocados pela desregulamentação, além da entrada de empresas estrangeiras no setor que também influenciou este processo de mudanças na região em estudo.

Ferreira e Alves (2009) consideram esse processo o segundo plano de racionalização, agora pós-desregulamentação, onde se inicia o desenvolvimento do capitalismo oligopolista.

Ainda no capítulo dois é apresentada a história do município de Motuca atrelada à história e a evolução da usina Santa Luiza, pois a primeira aquisição e fechamento de uma usina na região de Araraquara pós-desregulamentação se deu justamente com a usina Santa Luiza adquirida pelo grupo Ometto.

O capítulo três envolve a análise tributária, bem como a análise das receitas correntes do município de Motuca, durante o funcionamento da usina pós-desregulamentação e dez anos depois da usina ser desativada. Todos os dados apresentados no capítulo três foram deflacionados e atualizados para 01 de julho de 2017, sendo o IPCA do IBGE o índice de correção adotado.

No capítulo quatro são analisados os dados econômicos e sociais do município, novamente, durante o funcionamento da usina e após o seu fechamento.

Este estudo possibilita sugerir a relevância socioeconômica e tributária da usina para um pequeno município “ilhado” em uma região dominada pela monocultura canavieira, e com isso inferir alguma analogia com o que acontece em pequenos municípios semelhantes na mesma região ou em outras localidades do país, contribuindo academicamente para um tema controverso, onde a maior questão é se uma usina gera desenvolvimento, quer seja social, econômico, tributário ou ambiental.

O estudo também oferece informações históricas e econômicas da região de Araraquara, discorrendo sobre o desenvolvimento e evolução das agroindústrias canavieiras que moldaram e mudaram a economia, a sociedade e o ambiente desta região, impactando no desenvolvimento deste território. Após a desregulamentação o município de Motuca se projeta com uma nova configuração socioeconômica pós-usina, o que possibilita apontar possíveis entraves ao seu crescimento, bem como para os pequenos municípios vizinhos, também “ilhados” na cana, e até mesmo contribuir para futuros estudos envolvendo nossa região e a problematização sobre a cana.

OBJETIVOS

O objetivo geral deste estudo foi o de analisar a relevância ou irrelevância tributária e socioeconômica de uma usina sucroalcooleira no estudo de caso do município de Motuca.

Especificamente pretendeu-se:

- Realizar um resgate histórico da formação das usinas na região de Araraquara, bem como os dados técnicos históricos produtivos, analisando as mudanças regionais em conjunto com os momentos políticos, econômicos e institucionais do Brasil, juntamente com a evolução ou declínio destas usinas. A finalidade é contribuir para o acervo histórico da região sobre o desenvolvimento e evolução de sua agroindústria, bem como sobre seus impactos no desenvolvimento geral deste território.

- Analisar as mudanças internas do setor sucroalcooleiro na região de Araraquara em decorrência do processo de desregulamentação e da entrada do capital estrangeiro que influenciou o processo de fusões, aquisições e fechamento de usinas ocorridas na região de Araraquara.

- Interligar o estudo da região de Araraquara com o município de Motuca e a usina Santa Luiza, e também descrever sua história e evolução.

- Analisar as receitas correntes do município de Motuca, bem como os repasses federais e estaduais, além de examinar também alguns dados econômicos e sociais através de um estudo comparativo temporal, ou seja, durante o funcionamento da usina (de 2000 a 2007) e após o seu fechamento (de 2008 a 2017), com o objetivo de determinar se houve mudanças nos dados analisados com a perda da usina.

METODOLOGIA

A presente pesquisa configura-se como quali-quantitativa com abordagem descritiva e analítica com dados secundários. O objeto de estudo e o local de pesquisa será o município de Motuca - SP, tendo como fatores para a análise os aspectos tributários, econômicos e sociais num período de aproximadamente 17 anos, que compreende de 2000 a 2017, tendo como parâmetro de comparação o ano de 2007, ano do fechamento da usina.

A metodologia do capítulo um e dois é um procedimento de revisão bibliográfica através de livros, dissertações, teses, periódicos científicos, anuários municipais, livro-reportagem etc de dados secundários provenientes do Museu Histórico Rodolpho Telarolli, localizado na Casa da Cultura no município de Araraquara, da Biblioteca Municipal Mário de Andrade de Araraquara e da Biblioteca da Faculdade de Ciência e Letras (Unesp/FCLA) de Araraquara, além da biblioteca do município de Matão e de documentos e fotos do acervo pessoal do Sr. Carlos Fernando Malzoni Filho, que foi um dos proprietários da usina Santa

Luiza. Especificamente no capítulo dois também são utilizados dados de fontes empresariais e da imprensa.

O capítulo três e quatro também provém de dados secundários oriundo de informações e estatísticas governamentais provenientes do Ministério da Fazenda (Secretaria do Tesouro Nacional e da Receita Federal), bem como do Tribunal de Contas e da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. Também serão analisados dados secundários provenientes de Instituições e Fundações de análise de dados, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), entre outros.

Através do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI) do Ministério da Fazenda, decorre a análise dos Demonstrativos de Resultados dos Exercícios (DREs) da Prefeitura Municipal de Motuca – SP entre os anos de 2000 a 2017, onde especificamente é realizada a análise das receitas correntes do município, bem como os repasses do governo federal e estadual.

Os dados tributários analisados no capítulo três são: Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e do Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR), de competência federal, do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), de competência estadual. Também foram analisados os impostos de competência municipal, tais como o Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), Imposto sobre a Transmissão Intervivos de Bens Imóveis (ITBI) e o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

Alguns outros indicadores também foram analisados, como o Valor adicionado (VA), o Índice de Participação dos Municípios (IPM), bem como o crescimento populacional e a densidade demográfica, que estão intimamente ligados com a arrecadação e com o repasse de alguns tributos, como o FPM e o ICMS.

Os indicadores socioeconômicos municipais pesquisados foram: produção agrícola, produto interno bruto (PIB) municipal, emprego e renda, habitação e infraestrutura urbana, educação, saúde e segurança, índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) e o índice paulista de vulnerabilidade social (IPVS).

Na análise das informações, as técnicas estatísticas com auxílio do excel utilizando variação percentual contribuíram para uma melhor análise e comparabilidade, além de permitir conclusões mais objetivas nas observações qualitativas.

CAPÍTULO 1 - A AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA NA REGIÃO DE ARARAQUARA: O CONTEXTO HISTÓRICO E ECONÔMICO DO SURGIMENTO DA USINA SANTA LUIZA.

1.1 - A formação das usinas no período cafeeiro

A cana-de açúcar foi a primeira cultura com forte caráter econômico a se implantar no Estado de São Paulo, constituindo-se ao longo de sua história em uma de suas principais atividades.

De acordo com Furtado (2001, p. 113), a extensa plantação de cana uniu todos os fatores de produção propícios (e únicos) que possuíamos: terra e mão-de-obra escrava:

O problema brasileiro consistia em encontrar produtos de exportação em cuja produção entrasse como fator básico a terra. Com efeito, a terra era o único fator de produção abundante no país. Capitais praticamente não existiam e a mão-de-obra era basicamente constituída por um estoque de pouco mais de dois milhões de escravos, parte substancial dos quais permaneciam imobilizados na indústria açucareira ou prestando serviços domésticos.

O período que vai de fins do século XVIII até início do século XIX vai se caracterizar pela concentração e produção da cultura e da indústria açucareira, numa região que ficou conhecida como “quadrilátero do açúcar”, localizada na área central da capitania de São Paulo e formada pelas cidades de Mogi Guaçu, Jundiaí, Porto Feliz e Piracicaba. A partir de Itú a cana expandiu-se para as terras de Campinas, dando impulso ao seu povoamento e desenvolvimento urbano (SOARES, 2000).

A região canavieira de Araraquara surge como uma área de expansão do quadrilátero do açúcar, e em 1817 se inicia o cultivo da cana-de-açúcar, dando origem a pequenos alambiques e engenhos que serviam às cidades vizinhas. Os produtores/fazendeiros vinham de “regiões mais velhas” com experiência e capital, em busca das terras férteis do oeste, podendo citar Manuel Joaquim Pinto de Arruda de Piracicaba, Joaquim Lourenço Correia de Porto Feliz e José Sampaio de Limeira (CASALECCHI, 1973; FERREIRA, 1987).

De acordo com Soares (2000, p. 14), “em 1836, a produção de açúcar na província de São Paulo encontrava-se grandemente concentrada no quadrilátero do açúcar”.

Até então Araraquara era considerada uma das “bocas de sertão”, que eram regiões muito distantes e isoladas dos centros urbanos e utilizadas como centro de parada de viajantes, o que propiciou um aumento populacional de pessoas que buscavam novas oportunidades,

transformando a região em um ponto estratégico para a economia do Estado (MONTEIRO, 2003).

De acordo com Casalecchi (1973, p. 28-29):

[...] tínhamos para Araraquara a ocorrência de dezesseis fazendas canavieiras, enquanto Piracicaba e Mogi Mirim, tradicionais produtores, contavam com 61 e 27, respectivamente. [...]. Com a penetração da atividade canvieira em Araraquara, tivemos a consequente valorização das terras, ocupando-se inicialmente as áreas mais favoráveis, como as Sesmarias do Chibarro, Cruzes, Ouro etc.

Antes da cultura canvieira, a atividade econômica predominante na região em estudo era a criatória e de subsistência. A presença da cana não altera este quadro, e surgem as fazendas mistas, onde a cultura da cana permanece ao lado da criação (CASALECCHI, 1973).

A partir de 1850 a atividade canvieira começa a declinar em todo Estado de São Paulo, quando o café começa a superar o açúcar no valor das exportações brasileiras. Essa troca de culturas exportáveis pode ser explicada por diversos fatores, tanto interno (processo de desenvolvimento interno), como externos (conjuntura mundial favorável) (SOARES, 2000).

De acordo com Casalecchi (1973), o café penetrava na região de Araraquara, e a cultura canvieira passa a segundo plano. Lorenzo (1979) reafirma Casalecchi (1973) ao enunciar que a cultura canvieira surge em Araraquara como um prolongamento da região de Piracicaba, e que a fabricação de açúcar nesta área, vai ser caracterizada por um comportamento instável, ou seja, em alguns momentos em expansão e outros em retração, devido à concorrência com a cultura cafeeira.

Em 1864 a cultura cafeeira já se estabelecia como produto principal, assumindo em pouco tempo posição significativa na economia do Estado de São Paulo. Ao término do século XIX o Brasil controlava o mercado cafeeiro mundial e, de acordo com Carvalho (2013), a cultura da cana encontrava-se semi-abandonada, e o açúcar assumia importância secundária na economia nacional, voltado para o abastecimento do mercado interno.

De acordo com Soares (2000, p. 18), o cultivo do café oferecia diversas vantagens sobre o da cana de açúcar: o cultivo era mais fácil e menos danoso à força de trabalho, além de ter uma maior rentabilidade econômica:

Diante da conjuntura internacional favorável ao café e desfavorável aos demais cultivos (particularmente, ao da cana de açúcar) verificou-se na Província, a partir dos primeiros anos da década dos 50 do século XIX, a tendência de absorção de todas as atividades agrícolas pela cafeeicultura. O declínio da lavoura canvieira nos anos 50, relacionava-se de um lado, com a conjuntura internacional desfavorável a

essa atividade, e de outro, com a abolição efetiva do tráfico de escravos africanos e consequente escassez de força de trabalho agrícola.

Na região de Araraquara a cultura cafeeira surgia, aproveitando as terras favoráveis e a infraestrutura econômica propiciada pela cultura de cana-de-açúcar. Houve uma rápida penetração dos cafezais nesta região, e não demorou muito para que a cultura cafeeira despontasse como principal atividade econômica (FERREIRA, 1987).

Lorenzo (1979, p. 57-58) afirma, “assim sendo, dos fins do século XIX até 1910 observa-se a estagnação da atividade canavieira, e, dos antigos engenhos que naquela época existiam no município de Araraquara, apenas um permaneceu em funcionamento”.

De acordo com Petrone (1968, p. 225), os canaviais prepararam a infraestrutura econômica para os cafezais rumo ao oeste paulista:

...todos os bairros ou povoados do “quadrilátero” tiveram praticamente sua origem ou desenvolvimento ligados à cana. Povoados e vilas foram criados e estimulados com os lucros proporcionados pelo açúcar. Basta lembrar, como exemplo, o caso de Campinas [...]. Com o correr do tempo, obrigados a se expandirem para Oeste, os canaviais prepararam como no “quadrilátero” a infraestrutura econômica que permitiu depois a rápida penetração dos cafezais.

A cultura do café se inicia por volta de 1870 na região de Araraquara e se intensifica após 1885 através da exportação facilitada pela ferrovia (COSTA; 1961; CASALECCHI, 1973).

Juntamente com o café surge a construção de estradas de ferro para escoar a produção até o porto de Santos, agora por se tratar de uma cultura de exportação, diferente do que representava a cana-de-açúcar para o Estado de São Paulo, meramente uma cultura para consumo interno. A cana não criou uma infraestrutura de transporte e comunicação (CASALECCHI, 1973).

Foi assim que “em 1885 a Companhia Paulista de Estradas de Ferro chegava em Araraquara, numa época em que a região possuía 671.000 pés de café formados” (FERREIRA, 1987, p. 19).

Após a abolição da escravatura, o país incentivou a imigração de europeus para trabalharem nas plantações de café, principalmente no interior do Estado de São Paulo, fato que gerou a criação de várias cidades em sua marcha para o oeste paulista (CARVALHO, 2013).

Na região de Araraquara e São Carlos o café foi o responsável pela criação de novos núcleos urbanos, em decorrência do maior fluxo populacional para as regiões cafeeiras. A

facilidade de transporte propiciada pela ferrovia e a proximidade geográfica dos novos núcleos urbanos com os mais antigos (Araraquara e São Carlos) facilitavam o comércio e o desenvolvimento de atividades industriais. (LORENZO, 1979, p. 67).

Em 1915 o município de Araraquara contava com 404 propriedades cafeicultoras, totalizando aproximadamente 225.229 mil pés de café, distribuídos em toda região de Araraquara, incluindo Américo Brasiliense, Rincão, Santa Lucia, Motuca, Gavião Peixoto etc (ÁLBUM DE ARARAQUARA, 1915).

A principal característica econômica das fazendas da região de Araraquara entre o final do século XIX e início do século XX tinha um caráter misto, com uma combinação de atividades voltadas tanto para o mercado externo (café), quanto para o mercado interno (pecuária, cultura de alimentos) (MONTEIRO, 2003).

De acordo com Monteiro (2003, p. 2), a cultura cafeeira foi a responsável pelo retalhamento das sesmarias, alterando a estrutura fundiária da região:

A estrutura fundiária, ao longo do século XIX, foi marcada pelo retalhamento das imensas sesmarias. Os fazendeiros continuaram com a tradição das fazendas mistas mesmo com a chegada do café, pois não abriram mão dos lucros que obtinham através do mercado interno. O café passou a dividir espaço com os outros setores. Quando havia necessidade de espaço para a expansão cafeeira, os fazendeiros adquiriam mais terras para não suprimirem suas culturas ou espaço para a criação além de preservavam áreas com matas.

As primeiras agroindústrias canavieiras da região de Araraquara surgiram no contexto do período cafeeiro e foram anteriores à presença do controle estatal. A região cresceu em ritmo lento até 1950, existindo apenas duas usinas no término da Segunda Guerra Mundial: Tamoio (Araraquara) e Itaquerê (Nova Europa), implantadas sobre engenhos e alambiques pré-existentes na área. (FERREIRA, 1987; LORENZO, 1979).

Segundo Sawyer (1908 apud Ferreira, 1987, p. 22), em 1889, em plena fase expansionista do café, surge a primeira indústria moderna de Araraquara: o Engenho Central Freitas, propriedade do Comendador Freitas, com duas fazendas, 2.950 ha de cana e 600.000 pés de café.

Com a Primeira Guerra Mundial em 1914 e com as plantações de beterraba europeia devastadas, ocorre um aumento do preço da cana no mercado mundial, portanto, no início do século XX o açúcar começa a se recuperar da crise, e seu preço é triplicado em comparação com os preços de 1880 a 1910. (RAMOS, 1999; LORENZO, 1979).

Devido a este acontecimento mundial, precisamente entre 1916 a 1920 alguns engenhos são reativados em Araraquara, e dois novos engenhos são instalados. Com estes dois engenhos novos, Araraquara totalizava nessa época seis engenhos. (LORENZO, 1979).

Segundo Sawyer (1908 apud Ferreira, 1987, p. 22), em 1917 o Engenho Central Freitas é vendido para a família Morganti, e seu nome é alterado para usina Fortaleza, localizada perto da Estação Tamoio (nome que iria ser alterado novamente em 1938).

O Grupo Morganti criou a Refinadora Paulista S.A em 1924 e abrangia, em pleno funcionamento: a usina Fortaleza (Araraquara), a usina Monte Alegre (Piracicaba), uma agrícola em Itaquera e um depósito para venda de álcool em larga escala em São Paulo, e também a fazenda Guatapará (Ribeirão Preto) e uma granja (Franco da Rocha) (ÁLBUM DE ARARAQUARA, 1948).

A usina Fortaleza “chegou a ser uma das maiores usinas do Brasil, pioneira na utilização da vinhaça como fertilizante agrícola e na instalação da primeira moenda de cana do mundo com 6 tornos” (FERRANTE, 1984, p. 31), equipamentos que vieram substituir o antigo engenho.

De acordo com Ferreira (1987, p. 26), “a usina Tamoio foi considerada durante muito tempo como agroindústria modelo no Estado, chegando a existir como pequena cidade, com cerca de 15 mil habitantes, dos quais 10 mil eram fixos (...)”.

Em 1925 surge a segunda usina na região de Araraquara, a usina Itaquerê, sendo seu proprietário Carlos Leôncio de Magalhães, mais conhecido como Nhonhô Magalhães, o quarto rei do café (VECCHIA, 1997). Inicialmente a usina pertencia ao município de Tabatinga, porém, devido ao desmembramento municipal, a usina passou a pertencer ao município de Nova Europa (FERREIRA, 1987).

Em 1926 os engenhos existentes na região de Araraquara desaparecem em consequência da praga do mosaico que devastou grandes áreas de canaviais paulistas (LORENZO, 1979), e em 1930 a região de Araraquara contava apenas com dois engenhos em funcionamento: Fortaleza (Tamoio) e Itaquerê.

De acordo com Lorenzo (1979, p. 66), de 1910 a 1930 a cultura canavieira estava sempre atrelada e subordinada ao ritmo de expansão da cafeicultura:

A indústria de fabricação do açúcar, embora tenha apresentado uma fase de ascensão, estava naturalmente subordinada ao ritmo de expansão cafeeira dessa forma, no momento em que, durante os anos da guerra, surgiu uma situação conjuntural e favorável, a indústria açucareira pode crescer, entretanto, tendo desaparecido as principais razões que permitiram sua expansão, a produção do açúcar entra em decadência.

O século XX se inicia com um conjunto de consequências do século passado, decorrente de todo um processo de mudanças no país, entre eles o regime republicano, alguns avanços no processo de industrialização que veio complementado com o desenvolvimento dos meios de produção, onde gradualmente ocorre a substituição dos engenhos pelas usinas, estas cercadas de grandes inovações tecnológicas (como a produção do açúcar branco), o que faz aumentar gradativamente a produtividade da região sudeste. (RAMOS 2007).

Juntamente com isso, em 1929, a crise mundial que se espalhou pelo mundo e que afetou a própria economia brasileira, arrastando o café junto, acabou provocando a migração de muitos cafeicultores paulistas para a atividade canavieira, provocando uma mudança profunda na agricultura paulista. (SZMRECSÁNYI, 1979; FERREIRA, 1987).

A crise de 1929 contribuiu para a gradativa interrupção da atividade cafeeira no Estado de São Paulo e o início da expansão canavieira, ou melhor, a retomada de sua expansão que foi adiada pela economia cafeeira.

De acordo com Costa (1973, p. 62), as sucessivas crises do café no comércio internacional iniciam um processo de diversificação da agricultura, conseqüentemente o surgimento da agroindústria:

Com a intensificação do processo de retração do café na década de 30, surgem as usinas de açúcar, a partir dos engenhos de pinga e álcool pré-existentes. Da mesma forma, a “desespecialização” da área, refletindo um fenômeno geral da Economia Paulista, propiciou o desenvolvimento de uma série de “novas atividades” agrícolas, e a partir delas, a agroindústria.

De acordo com De Carli (1941 apud FERREIRA, 1987, p. 27), na década de 1940 a usina Tamoio e a usina Itaquerê totalizavam juntas 11% da cana plantada em todo o Estado de São Paulo:

Na década de 40, a usina Itaquerê possuía 6.473ha. de cana própria no município de Tabatinga, perfazendo um total de 10,9% das terras pertencentes ao município. Em relação ao Estado de São Paulo, dos 141.765 hectares de cana plantada, as duas usinas da região de Araraquara, Tamoio e Itaquerê, correspondiam com 9.690 ha. e 6.473 ha, respectivamente, totalizando uma participação superior a 11% da cana plantada em todo o Estado.

A região cafeeira de Araraquara e Mogiana (divisa com o Estado de Minas Gerais) se destacou nas primeiras décadas do século XX, pois concentrou em seu território a grande maioria de usinas e de grupos canavieiros em formação, podendo destacar: Matarazzo, Reis

de Magalhães, Monteiro de Barros, Silva Prado, Dumont, Ferreira Ramos etc. Com exceção para o grupo Societé, Alves de Almeida, Morganti e Nogueira que se localizavam na região de Piracicaba, Monte Alegre e Campinas, respectivamente (RAMOS, 1983).

A origem dos primeiros capitais investidos para as primeiras usinas no Estado de São Paulo, de propriedade destes grupos já citados, são oriundos das atividades comerciais e cafeeiras. Portanto, podemos afirmar que a origem dos capitais investidos no açúcar e no álcool provinham do comércio e da cafeeicultura, pois nos anos 30 São Paulo era um Estado “importador” de açúcar (RAMOS, 1983).

Os primeiros grupos açucareiros que surgiram eram grandes “refinadores-comerciantes-atacadistas”, pois a maioria dos lucros estava na atividade de refino e comércio, (RAMOS, 1983).

De acordo com Costa (1973, p. 68/69), a região de Araraquara era beneficiada devido a algumas características determinantes para a concentração de agroindústrias em seu território:

A disponibilidade de determinados produtos agrícolas na própria área, sua posição geográfica em relação a outras zonas de produção de matérias-primas agrícolas – além da pré-existência de uma razoável infraestrutura de transporte herdada do café – combinaram-se para conferir as vantagens locais que explicam a relativa concentração da agroindústria na área.

Com a expansão das usinas em São Paulo surge o medo de superprodução, e em 01/06/1933 através do Decreto n.º. 22.789¹ (BRASIL, 1933) o governo federal cria o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) “e se inaugura oficialmente a política de limitação da produção de açúcar no país, implementando-se as quotas de produção divididas por Estado” (CARVALHO, 2013, p.29).

De acordo com Queda (1972), se iniciava a primeira fase da ação interventora do Estado, com o objetivo de controlar o setor através do IAA, e “foi, portanto, com o IAA que realmente teve início o processo de planejamento da agroindústria canavieira no Brasil” (SZMRECSÁNYI, 1979, p.177).

¹ BRASIL. Chefe do Governo Provisório da Republica dos Estados Unidos do Brasil. Decreto no 22.789, de 1 de Junho de 1933. “Dispõe sobre a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool e dá outras providências”. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22789-1-junho-1933-503228-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso 10/09/2018.

1.2 - A formação, o crescimento e a modernização das usinas no período de intervenção estatal.

A intervenção do Estado representa uma tentativa para a transição de uma economia do tipo colonial, baseada em uma sociedade patriarcal de bases agrárias, para uma economia capitalista industrial de produção nacional (QUEDA, 1972). “O intervencionismo é a condição indispensável para que se processe a industrialização de um país inserido periféricamente no capitalismo mundial” (IANNI, 1965 apud QUEDA, 1972, p. 13).

De acordo com Szmrecsányi (1979, p. 162), as relações do Estado com o complexo canavieiro sempre existiram no decorrer da história brasileira:

A intervenção estatal foi intensa durante o período colonial, deixou de ter importância durante o Império e nas primeiras décadas do regime republicano, voltando a se acentuar depois da revolução de 30, com destaque para sua prioridade de planejamento. A história da intervenção no setor se inicia a partir da criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) e se caracteriza por uma evolução dividida por etapas diferentes entre si e não linear.

O intervencionismo se intensifica depois de 1930 em consequência da grande depressão econômica de 1929, da revolução de 1930 e da II Guerra Mundial (1939-1945), sendo instaurada a pedido dos próprios produtores para resolver o problema de superprodução que gerava a queda dos preços e a desorganização dos mercados internos, juntamente com as restrições dos países importadores devido à crise econômica mundial (QUEDA, 1972; SZMRECSÁNYI, 1979).

A ação estatal para fomentar a produção canavieira e açucareira era tão profunda que Ramos (1999) a denominou de “intervenção estatal”, intervenção que se fez presente desde a produção da matéria-prima até a distribuição, consumo e exportação. O Estado regulava o preço da cana, o preço do açúcar e as quotas dos fornecedores e das usinas, estabelecendo a política de equilíbrio entre a produção e o consumo para estabilizar os preços, além de financiar as safras para fornecedores e usineiros e criar órgãos para julgar as infrações. Também protegia o setor dos conflitos que surgiam ao longo de seu processo de expansão, chegando até a disciplinar as relações entre fornecedores-usineiros-lavradores (QUEDA, 1972; RAMOS, 1999).

Ferreira (1987, p. 28) destaca a distribuição das fábricas de açúcar centrifugado em 1940 no Estado de São Paulo, com destaque para a região de Araraquara:

O Estado de São Paulo em 1940 possuía 80 fábricas de açúcar centrifugado, na maioria de pequeno porte, distribuídas na Depressão Periférica Paulista, destacando-se os municípios de Piracicaba, Santa Bárbara do Oeste, Porto Feliz, Rio das Pedras e Capivari. No Médio Planalto Paulista as principais fábricas localizavam-se em Araraquara, Sertãozinho e Santa Rosa do Viterbo.

Em 1943, no contexto de substituição de importações, surge a firma de Mário Dedini em Piracicaba, que se constituiu na primeira oficina de consertos e reparos de peças para usinas e engenhos do mercado interno. Em 1948 surgiria a metalúrgica de assessorios para usinas S/A MAUSA, que substituiria equipamentos importados (FERREIRA, 1987). Essa nova tecnologia iria auxiliar ainda mais no processo de expansão da agroindústria canavieira paulista, principalmente na melhoria da fabricação, no aumento da capacidade de novas moendas e para a confecção, reparos e adaptações de equipamentos pesados para as usinas (FERREIRA, 1987; QUEDA, 1972).

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) gerou inúmeras dificuldades na exportação, importação e transporte marítimo, mas também gerou algumas consequências estruturais benéficas na economia brasileira, como por exemplo, o processo de substituição de importações dos bens de consumo e a produção de álcool que passa a ser uma prioridade estratégica frente à escassez de derivados do petróleo. Contudo, uma das consequências principais e mais duradouras da Segunda Guerra Mundial foi a transferência do eixo da agroindústria canavieira do Nordeste para o Centro-Sul (SZMRECSÁNYI, 1979).

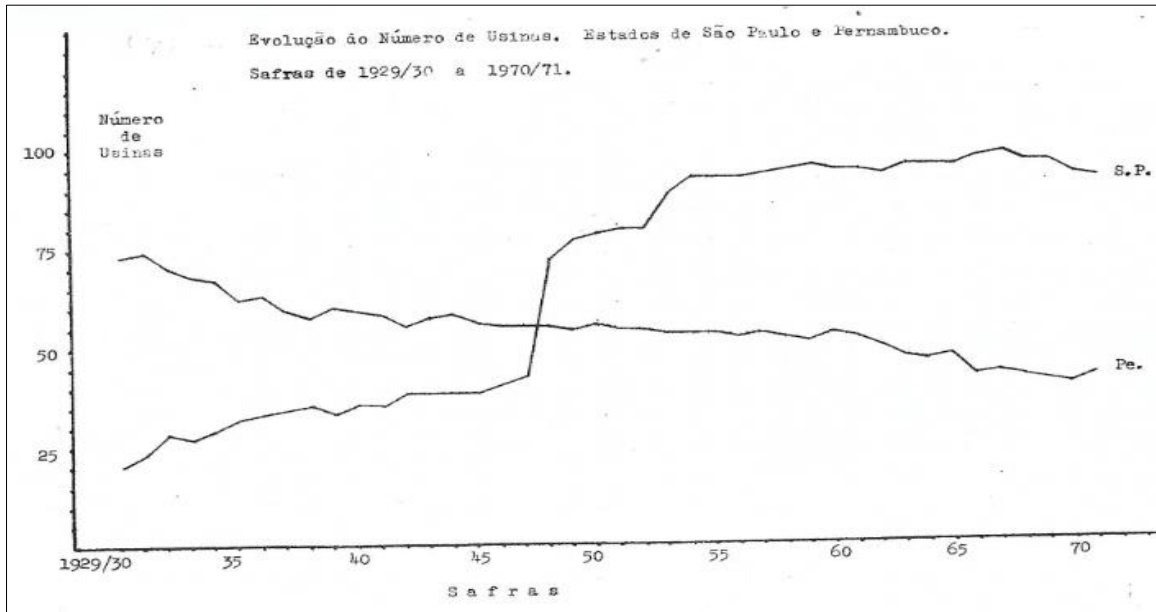
Grande parte do transporte para escoar a produção do Nordeste para o Centro-Sul era realizado por via marítima, o que chamamos de comércio de cabotagem, e devido ao risco de potenciais ataques, este comércio foi interrompido durante a Segunda Guerra, o que gerou desabastecimento de açúcar e álcool no Centro-Sul, que até então era provido pelo nordeste, que sofria com a superprodução (SZMRECSÁNYI, 1979).

Diante da necessidade de abastecer o Centro-Sul (maior mercado consumidor) e evitar o racionamento, o Governo Federal afrouxou o controle e o IAA autorizou a abertura e instalação de novas usinas, bem como a liberação do regime de quotas, favorecendo a expansão e a produtividade no Centro-Sul (SZMRECSÁNYI, 1979).

Bray, Ferreira e Ruas (2000) considera esse afrouxamento do IAA como uma fase liberalizante, que vai gerar a expansão das usinas paulistas e a utilização plena da capacidade produtiva destas, e conseqüentemente a modernização do setor, com melhores maquinários.

A figura 1 demonstra a expansão das usinas paulistas a partir de 1947, suplantando de modo permanente, a partir desta data, as usinas de Pernambuco.

Figura 1 - Evolução no número de usinas no Estado de São Paulo e Pernambuco. Safras 1929/30 - 1970/71 (em unidades).



Fonte: Queda (1972, p. 101).

Após a Segunda Grande Guerra ocorre uma grande expansão da cultura canavieira no leste do Estado de São Paulo, onde existia uma grande concentração populacional, elevada produção industrial e localização privilegiada para a exportação, próxima ao porto de Santos. Na década de 40 são instaladas 49 novas usinas de açúcar e álcool no Estado de São Paulo, onde o IAA estabelece a consolidação das cinco regiões canavieiras do Estado: Piracicaba, Araraquara, Ribeirão Preto/Sertãozinho, Jaú e Vale do Paranapanema (FERREIRA; ALVES, 2009).

Com o fim da II Guerra e com o fim do Estado Novo os usineiros de São Paulo pressionam intensamente o IAA (que era visto como um produto do regime deposto) para expandir sua capacidade e sua produção. Em 1946 se elevam os limites de produção de açúcar em âmbito nacional, e como o Decreto-Lei nº 9.827² (BRASIL, 1946), refere “os futuros aumentos de quotas de produção serão distribuídos pelo IAA entre os Estados proporcionalmente aos respectivos consumos” (SZMRECSÁNYI, 1979).

Neste mesmo período ocorre o aumento do consumo interno de açúcar no Centro-Sul, que gerou o aumento das quotas de produção, expandindo a cultura canavieira ainda mais (BRAY; FERREIRA; RUAS, 2000).

² BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto-lei nº 9.827, de 10 de setembro de 1946. “Dispõe sobre a produção açucareira e dá outras providências.” Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del9827.htm> Acesso em 10/09/2018.

De acordo com Szmrecsányi (1979, p. 219), “[...] é inegável que o crescimento da produção açucareira do Estado de São Paulo foi mais do que proporcional à evolução de seu consumo. Entre as safras de 1946/47 e de 1951/52, a produção paulista de açúcar teve um incremento de quase 84%”.

Bray, Ferreira e Ruas (2000) reiteram Szmrecsányi (1979) ao demonstrar que na safra de 1945/46 o Estado de São Paulo possuía em funcionamento 40 usinas que produziam 2.894.896 sacas de açúcar de 60 quilos, já na safra de 1950/51 foram produzidos 6.279.784 sacas de açúcar.

Aproveitando o crescimento produtivo do Estado, alguns benefícios oferecidos pelo IAA, e diante de um ambiente externo favorável, a partir de 1940 implantaram-se mais quatro novas usinas na região de Araraquara: Chibarro, Maria Izabel, Santa Cruz, e Zanin, interessadas na produção de açúcar e álcool (FERREIRA, 1987).

De acordo com Ferreira (1987, p. 32), “quando esses novos grupos partem para a atividade canavieira, eles determinam o fim do café plantado no final do século passado, propiciando espaço para a cana-de-açúcar, cujo mercado consumidor era próspero e convidativo”.

Entre 1940 e 1950 “a indústria açucareira foi o primeiro ramo agroindustrial a se desenvolver e iniciou-se com a transformação dos antigos engenhos em usinas mais modernas [...]” (LORENZO, 1979, p. 90). Até o início dos anos 50 a indústria açucareira se caracterizou como a atividade agroindustrial mais importante da região de Araraquara (LORENZO, 1979).

A usina Chibarro (Araraquara) propriedade do grupo Biazzi S/A, teve curta duração, “Na safra de 1958/59, devido à crescente concorrência entre as usinas e, por ser de pequeno porte, seus proprietários resolvem vendê-la para o grupo Jamil Jacob, proprietários da usina São José da Estiva, município de Novo Horizonte (SP)” onde a área canavieira estava em desenvolvimento (FERREIRA, 1987, p. 33).

A usina Maria Izabel, localizada na Fazenda Alpes (Santa Lucia), era propriedade de Bento de Abreu Sampaio Vidal (Deputado Estadual e Secretário da Agricultura na primeira República) grande cafeicultor, e possuía uma plantação com 350.000 pés de café em sua fazenda. Na década de 20 iniciou com o cultivo de laranja, sendo um dos pioneiros em exportação da fruta para Londres. Também obteve êxito na criação do bicho da seda, na plantação de uvas e na fabricação de vinhos, o que caracterizava uma grande diversificação de lavouras no decorrer dos anos (REVISTA ARARAQUARA, 1974).

Seguindo a tendência econômica da região, de acordo com Lorenzo (1979, p. 92), em 1939 a Fazenda Alpes inicia a plantação de cana-de-açúcar, e em 1940 consegue cota do IAA para a produção de açúcar batido e aguardente:

“[...] obteve em 1940 uma cota para produzir açúcar do Instituto do Açúcar e do Alcool (I.A.A) e instalou um engenho em turbinador, que produzia 2.000 sacas de açúcar anualmente. A compra desse engenho foi efetuada com o dinheiro da venda de uma fazenda de café que se localizava na região de Marília. A matéria prima utilizada – a cana – começou a ser plantada em 1939, em parte de suas terras localizadas no município de Araraquara (no mesmo local onde foi instalada a usina), que até então haviam servido para o cultivo do café.

Em 1948 ocorre o falecimento de Bento de Abreu, e neste mesmo ano seus herdeiros conseguem a autorização para a instalação da usina e a ampliação das cotas para 20.000 sacas (cotas adquiridas de uma usina decadente de Pernambuco, diante da dificuldade de ampliação de cotas perante o controle estatal efetuado pelo IAA) (LORENZO, 1979).

Em 1951 o pequeno engenho se transforma na usina Maria Izabel, inicialmente com uma cota autorizada de 20.000 sacas de açúcar cristal, chegando em 1970 em 150.000 sacas. Porém, na década de 70, suas cotas e suas máquinas são vendidas para uma outra usina açucareira da região, a usina Santa Cruz (LORENZO, 1979; REVISTA ARARAQUARA, 1974).

A usina Santa Cruz iniciou suas atividades em 1947, logo após o término da II Guerra Mundial, produzindo açúcar e álcool. Era propriedade de Antônio e Novênio Pavan que vislumbraram uma grande oportunidade no solo fértil do município de Américo Brasiliense (até então distrito de Araraquara, conseguindo sua emancipação em 1964). Em 1952, o grupo foi incorporado a uma unidade empresarial possuidora de usinas em Piracicaba e Sertãozinho – Luís/João Ometto, criando assim a firma Ometto Pavan S.A Açúcar e Álcool. (LORENZO; FERREIRA, 1987; REVISTA ARARAQUARA, 1974).

Aos poucos a usina foi adquirindo terras, formando grandes extensões de canaviais, abrangendo municípios de Américo Brasiliense, Santa Lucia, Rincão, Araraquara e Silvânia. Em 1974 era constituída pelas fazendas Santa Cruz (local da usina), Paulinéia, Santa Maria do Retiro, Santo Antônio, Maria Mendes, Mucurí, Contendas, Santa Francisca, Apeninos, Monjolo, São Pedro, São José, São Luiz, Itaporanga e Monte Verde, possuindo um total de 7.712 hectares de cana (REVISTA ARARAQUARA, 1974).

De acordo com Ferreira (1987, p. 34), “a existência da usina foi fundamental para que ocorresse a formação do município de Américo Brasiliense em 21 de março de 1965,

constituindo-se em típica “cidade dormitório” para bóias-frias, na maioria trabalhadores da usina Santa Cruz.

A sexta agroindústria implantada na região de Araraquara foi a usina Zanin Açúcar e Álcool Ltda, fundada em 1947. Seu fundador, Domingos Zanin, montou um pequeno engenho de aguardente em Piracicaba no ano de 1929, porém, encontrava dificuldade de expandir seus negócios, pois Piracicaba já possuía muitas usinas de açúcar. Transferiu-se para Araraquara e adquiriu a fazenda Água Branca (REVISTA ARARAQUARA, 1974).

Os fatores que levaram a usina a se fixar neste região foram: “a existência de um engenho de aguardente e a posição geográfica favorável com vias de acesso rodo-ferroviário, facilitando e escoamento de açúcar no mercado interno” (FERREIRA, 1987, p. 36).

Com a Segunda Guerra Mundial e a crise de desabastecimento de açúcar, seu amigo Mario Dedini, estimulou o senhor Domingos Zanin na aquisição de novas cotas de açúcar (nesta época uma produção de 3.200 sacas já dava direito à fundação de uma usina) (REVISTA ARARAQUARA, 1974).

Portanto, com a colaboração da família Dedini, surge em 1947 a usina Zanin, com uma produção inicial de 10.000 sacas e “com 346,65 ha de terras próprias; tendo na safra 50/51 o total de 1.241,58 ha plantados por suas duas empresas: Agropecuária São Bernardo Ltda e Agropecuária São Paulo Ltda” (FERREIRA, 1987 p. 36; REVISTA ARARAQUARA, 1974).

O quadro 1 apresenta a produção açucareira das seis usinas da região canavieira de Araraquara do decênio de 1940:

Quadro 1 - Produção Açucareira da região de Araraquara do decênio de 40 (em sacas de 60 Kg).

PRODUÇÃO AÇUCAREIRA DA REGIÃO CANAVIEIRA DE ARARAQUARA												
Decênio de 40 - Sacas de 60 kg												
	40/41	41/42	42/43	43/44	44/45	45/46	46/47	47/48	48/49	49/50	50/51	Total
Chibarro								3.730	8.001	5.374	9.108	26.213
Itaquerê	78.706	78.104	72.730	97.152	66.240	57.295	102.160	90.520	83.150	106.448	96.645	929.150
Maria Izabel								1.417			2.403	3.820
Santa Cruz								23.129	32.607	32.973	49.850	138.559
Tamoio	226.872	194.974	353.113	302.725	327.376	307.434	503.810	517.116	378.036	475.620	434.046	4.021.122
Zanin								9.879	15.388	25.507	42.070	92.844
Total	305.578	273.078	425.843	399.877	393.616	364.729	605.970	645.791	517.182	645.922	634.122	5.211.708

Fonte: IAA (1987 apud Ferreira, 1987, p. 35).

O quadro 1 mostra as duas mais antigas e maiores usinas: Tamoio e Itaquerê, que iniciaram suas atividades no período cafeeiro, com produção total neste decênio de 4.021.122 e 929.150 sacas de açúcar, respectivamente. As quatro novas usinas: Chibarro, Zanin, Santa

Cruz e Maria Izabel, que iniciaram suas atividades na década de 40, em um período onde os engenhos começaram a se transformar em usinas e as plantações de café começavam a declinar, apresentaram uma produção que condiz com o início das atividades. A produção total do decênio na região de Araraquara foi de 5.211.708 sacas de açúcar, sendo que as usinas Tamoio e Itaquerê foram responsáveis pela produção de 4.950.272 sacas de açúcar, que representa quase 95% da produção total deste período.

Para Ramos (1983) as décadas de 1930 a 1940 se caracterizam por um curto período de desconcentração técnica, onde a produção total é maior, porém o tamanho médio das usinas foi decrescendo, e isso se deu devido ao grande número de engenhos que se transformaram em usinas com o objetivo de suprir a demanda do mercado paulista durante o período da II Guerra e logo após seu término. Ou seja, o crescimento da produção paulista se deu devido a ampliação numérica de usinas, e não da ampliação das plantas de usinas já existentes.

De acordo com Ramos (1983, p. 51), “o número total das usinas, que havia crescido a taxa de 5% ao ano entre 1930 e 1945, [...] dobra entre 1946 e 1952. Este [...] salto no número de fábricas não ocasionou correspondentes acréscimos na produção total, daí a queda média da produção por usinas”.

Ramos (1983, p. 51) destaca que logo após o curto período de desconcentração técnica, se inicia um longo período, agora, de alta concentração técnica: “A média da produção das usinas, que havia levado duas décadas (anos 30 e 40) para crescer 43,7% (de 55.000 a 80.000 sacas), ou seja, a uma taxa anual de 2,4%, cresceu, na década de 50, de 80.000 para 255.000 sacas, ou seja, a uma taxa de 12,3% ao ano”.

A década de 50 se caracteriza pela expansão significativa da agroindústria sucroalcooleira mediante o aumento da demanda interna de açúcar e álcool, como também um ambiente externo favorável (quebra da safra europeia de beterraba, de onde produziam o açúcar de beterraba) e pelas instabilidades internacionais de alguns produtores de açúcar e álcool (crise de Suez, agitações político-militares em Cuba), bem como ao processo de urbanização e de industrialização nacional, expansão esta que foi incentivada pelo IAA. (CARVALHO, 2009; SZMRECSÁNYI, 1979).

Queda (1972) salienta o início da rápida concentração técnica na década de 50, sendo importante destacar a grande contribuição da Dedini para esse processo, fornecendo equipamentos maiores e aumentando o tamanho médio das usinas paulistas.

De acordo com Bray, Ferreira e Ruas (2000, p. 3), a década de 50 se caracterizou pela modernização dos equipamentos industriais, juntamente com a melhoria técnica dos canaviais:

A partir da década de 50, a modernização acelerada do Centro-Sul açucareiro tornou-se, além do maior mercado produtor, também o maior mercado consumidor de açúcar e álcool do País. O avanço das indústrias produtoras de equipamentos industriais como a Dedini e Zanini no Estado de São Paulo, a crescente ampliação da racionalização da produção, a busca de novos mercados no exterior e a melhoria técnica dos canaviais deslocaram o eixo açucareiro/alcooleiro nacional para a Região Centro-Sul.

Szmrecsányi (1979, p. 33-34) caracteriza os anos de 1950 a 1959 como determinantes para a mudança do eixo econômico canavieiro do nordeste para o centro-sul: “Fase de intenso crescimento do subsetor, e também da economia nacional; crescimento voltado para dentro e caracterizado pela definitiva transferência do eixo da agroindústria canvieira do país para a região Centro-Sul”.

A expansão de unidades industriais gera concorrência entre os produtores, o que acarreta a modernização tecnológica no campo e na usina com o objetivo de obter ganhos em produtividade (PISSINATO, 2014).

A expansão da cultura canvieira passou a ter a seguinte configuração no Estado de São Paulo no início do decênio de 50: a tradicional área de Piracicaba na Depressão Periférica e mais duas novas áreas açucareiras alcooleiras no Planalto Ocidental: Ribeirão Preto e Araraquara (FERREIRA, 1987, p. 37).

Com as medidas de apoio e incentivo da década de 50, a região canvieira de Araraquara passa a contar com mais sete usinas de açúcar a álcool: usina da Serra, Maringá, Ipiranga, Storani, Santa Ernestina, Santa Luiza e Contendas.

A sétima usina a se estabelecer na região de Araraquara foi a usina açucareira da Serra em 1953 no município de Ibaté, propriedade de Nello Morganti e Ivo Morganti.

Depois de alguns anos os proprietários fundaram a Agropecuária Nello Morganti S/A com o objetivo de administrar as terras da usina e das propriedades arrendadas. A usina da Serra possuía uma planta e uma capacidade de moagem maior do que as outras usinas da região em estudo. “(...) Em 58/59 (cinco safras depois de sua abertura) a empresa já era a segunda maior produtora de açúcar da região, (...), sendo sua produção superada apenas pela usina Tamoio” (FERREIRA, 1987, p. 38).

O oitavo grupo agroindustrial canvieiro da região de Araraquara foi a usina Maringá, propriedade do imigrante português Graciano da Ressureição Affonso, que também montou

várias outras empresas para a família, entre elas: Citro Maringá S/A (pretendiam transformar-se em produtores de suco concentrado), Transportadora Bom Retiro S/A, Revenda Autorizada de Veículos Chevrolet e várias empresas cinematográficas na região (FERREIRA, 1987).

Logo que chegou ao município de Araraquara, Graciano foi trabalhar na usina Santa Cruz, onde ficou fascinado pelo cultivo e processamento da cana-de-açúcar, tanto que começou a fazer álcool para perfume para a empresa Phebo. Montou uma destilaria, e desta surgiu a usina Maringá (GRACIANO, 2016).

Em 1954 é fundada a nona usina da região no município de Descalvado, na fazenda Boa Vista Grande: a usina Ipiranga Açúcar e Álcool. Inicialmente a usina pertencia a oito acionistas que eram na maioria fornecedores de cana, porém, no decorrer dos anos ficaram apenas dois acionistas majoritários: Alzira Barreiro Scatena e Cid Romeu Barros. Também fundaram duas agropecuárias para administrar a produção agrícola: Guilherme Scatena e Rampa Agropecuária. (FERREIRA, 1987).

A décima usina a ser aberta vai ser da família Storani, proprietários de indústrias têxteis em Jundiaí, que se mudam para Araraquara e decidem variar de ramo industrial. Adquirem uma propriedade de 700 hectares, e se tornam fornecedores de cana para a usina Santa Cruz. Em 1958 iniciam as atividades de sua própria usina (FERREIRA, 1987).

De acordo com o Sr. Emydio Storani (apud Ferreira, 1987, p. 40):

mudamos de ramo industrial porque ficamos com receio da morte de Getúlio Vargas e a desorganização do país ... em Araraquara o início foi difícil, nós tínhamos a propriedade e não dispúnhamos de quota para a produção de açúcar, ficamos dez anos para conseguir comprar e transferir três quotas do nordeste do Brasil para São Paulo, porém no final da década de 50 a produção teve início.

Com base em Lorenzo (1979, p. 93), “a usina Storani, de forma semelhante ao caso da Usina Maria Izabel, foi adquirida em 1967 pela Usina Santa Cruz”, que eram os principais compradores de cana dos Storani, antes de abrirem sua própria usina.

Ferreira (1987, p. 40) refere que “a décima primeira usina implantada na região de Araraquara foi a Santa Ernestina em 1958 no município de Dobrada, na fazenda Santa Eliza, e propriedade do grupo Tonini. A empresa, em todo seu tempo de atuação, somente produziu açúcar”.

A usina Santa Luiza foi a décima segunda a surgir na região, no ano de 1959, sendo instalada na fazenda Santa Cecília, em Motuca (até então distrito de Araraquara, conseguindo sua emancipação em 1990), sendo propriedade de Francisco Malzoni e de seus filhos: Silvio, Carlos Fernando, Maria Luiza e Roberto Malzoni (FERREIRA, 1987; LUIZ, 2013).

De acordo com Ferreira (1987, p. 41), “com o crescimento da empresa compraram mais duas grandes fazendas, Aquidaban e Laranjeiras, ficando com um total de 11.335 ha nos municípios de Araraquara e Matão”, e ainda possuíam mais 5.111 ha de terras arrendadas nos municípios de Araraquara, Matão e Rincão (FERREIRA, 1987).

No ano de 1972 o Sr. Roberto Malzoni, pertencente ao grupo Malzoni (Motuca) adquire a usina Itaquerê (Nova Europa) ficando como diretor presidente e alterando o nome da empresa para usina Santa Fé S/A Açúcar e Álcool (FERREIRA, 1987).

Os quadros 2 e 3 apresentam a produção de açúcar e álcool, agora das doze usinas da região de Araraquara do decênio de 1950:

Quadro 2 - Produção Açucareira da região de Araraquara do decênio de 50 (em sacas de 60 Kg).

PRODUÇÃO AÇUCAREIRA DA REGIÃO CANAVIEIRA DE ARARAQUARA											
DECÊNIO DE 50 - SACAS DE 60 KG											
USINAS	51/52	52/53	53/54	54/55	55/56	56/57	57/58	58/59	59/60	60/61	TOTAL
AÇ. da SERRA			59.165	84.651	125.083	135.010	197.800	336.555	239.250	322.020	1.499.534
CHIBARRO	12.002	16.788	12.392	9.264	8.973	10.452	17.584	20.125	23.738		131.318
IPIRANGA					11.949	32.028	49.365	66.420	54.954	62.209	276.925
ITAQUERÊ	122.592	130.144	130.730	138.873	103.866	115.751	134.143	188.015	163.762	149.136	1.377.012
MARIA IZABEL	1.761	151	36.080	53.857	36.847	70.233	101.706	125.222	102.441	108.180	636.478
MARINGÁ							33.882	76.967	57.949	50.531	219.329
SANTA CRUZ	69.057	99.933	128.356	152.020	129.134	178.438	214.042	319.331	263.201	314.435	1.867.947
SANTA ERNESTINA									71.937	95.380	167.317
SANTA LUIZA							4.322	9.131	16.289	44.648	74.390
STORANI								26.247	18.116	27.840	72.203
TAMOIO	486.794	552.426	605.616	705.174	584.066	495.302	637.362	816.192	920.070	925.925	6.728.927
ZANIN	58.313	66.004	59.377	83.416	81.350	75.915	103.639	156.563	135.475	168.067	988.119
TOTAL	750.519	865.446	1.031.716	1.227.255	1.081.268	1.113.129	1.493.845	2.140.768	2.067.182	2.268.371	14.039.499

Fonte: IAA (1987 apud Ferreira, 1987, p. 42).

Quadro 3 - Produção Alcooleira da região de Araraquara do decênio de 50 (em mil litros).

PRODUÇÃO ALCOOLEIRA DA REGIÃO CANAVIEIRA DE ARARAQUARA												
DECÊNIO DE 50 - 1000 LITROS												
DESTILARIAS	49/50	50/51	51/52	52/53	53/54	54/55	55/56	56/57	57/58	58/59	59/60	TOTAL
AÇ. da SERRA					563	1.418	1.363	1.269	2.301	3.484	2.419	12.817
IPIRANGA						1.166	446	353	427	465	1.030	3.887
ITAQUERÊ	821	956	911	1.110	936	954	680	687	750	1.040	810	9.655
MARINGÁ					8.188	7.790		3.057	10.440	8.698	7.805	45.978
SANTA CRUZ		210	271	788	1.016	2.431	2.116	2.039	3.298	3.886	4.016	20.071
STORANI					900					3.555	3.369	7.824
TAMOIO	4.594	5.227	5.704	6.538	9.699	9.933	8.568	5.643	8.372	11.858	12.085	88.221
ZANIN	106	119	80	312	509	1.037	828	658	864	1.083	1.177	6.773
TOTAL	5.521	6.512	6.966	8.748	21.811	24.729	14.001	13.706	26.452	34.069	32.711	195.226

Fonte: IAA (1987 apud Ferreira, 1987, p. 43).

De acordo com o quadro 2, no final da década de 50 a região canavieira de Araraquara possuía 11 usinas em funcionamento (fechamento da usina Chibarro, já citado na página 29). A produção total de sacas de açúcar da região neste decênio foi de 14.039.499, destaque para a usina Tamoio, com uma produção total de 6.728.927 sacas de açúcar, e para as outras três

maiores: Da Serra, Itaquerê e Santa Cruz, com produção de 1.499.534, 1.377.012 e 1.867.947 sacas de açúcar respectivamente.

Referente à produção de álcool, o quadro 3 demonstra que a região de Araraquara possuía oito destilarias anexas às usinas, com uma produção total no decênio de 195.226 mil litros de álcool, com destaque para a produção da Tamoio, Maringá e Santa Cruz com 88.221, 45.978 e 20.071 mil litros de álcool respectivamente.

Durante toda a década de 50 o IAA iria controlar a produção e os preços no mercado interno, escoando para o mercado externo os excedentes das safras, porém, tudo muda na década de 60 com a Revolução Cubana e o rompimento das relações dos EUA e de outros países com Cuba, que excluíram o açúcar cubano de seu mercado. O crescimento do setor na década de 60 vai ser impulsionado pela exportação de açúcar devido à conjuntura internacional favorável, e não mais pelo crescimento do mercado interno (PISSINATO, 2014).

Na década de 60, com base na saída de Cuba no mercado mundial de açúcar, o IAA formula uma política expansionista com o objetivo de incrementar as exportações de açúcar e ampliar a capacidade produtiva do parque industrial e das lavouras de cana, aumentando consideravelmente as unidades industriais com o Plano de Expansão da Indústria Açucareira Nacional (SZMRECSÁNYI, 1979), expansão que irá culminar em uma crise de superprodução já no ano de 1965-66.

Szmrecsányi (1979) considera que de 1960 a 1968 ocorre o grande retorno da agroindústria canavieira brasileira ao mercado internacional, com um modelo nacional de desenvolvimento voltado unicamente para o exterior.

O aumento da produtividade neste período está atrelado à produção de equipamentos para a agricultura visando sua mecanização.

Carvalho (2009, p. 30) afirma que “a década de 1960 foi marcada pela implantação e difusão, nacionalmente, de um setor industrial voltado para a produção de insumos e equipamentos para a agricultura. Almejava-se passar de uma agricultura [...] tradicional, [...] para uma agricultura mecanizada [...]”.

De acordo com Ramos (1983, p. 28), os grupos que contribuíram no processo de expansão e modernização da agroindústria canavieira foram o grupo Dedini e logo depois Zanini:

O grupo Dedini soube, assim, tirar proveito e auxiliar o processo de expansão da agroindústria canavieira em São Paulo. Teve seu espetacular crescimento nas

décadas de 30, 40 e 50, alicerçando sua posição hegemônica no fornecimento de equipamentos. Somente a partir dos anos 60 é que destacará um outro produtor - a Zanini – na região de Ribeirão Preto, que, junto com a Dedini, praticamente dividem o mercado entre si.

O décimo terceiro grande grupo agroindustrial canavieiro a se implantar na região de Araraquara em 1964 é o grupo Salvagni, proprietários da usina Contendas, município de Taquaritinga. O grupo já existia em 1946 com a produção de aguardente, quando em 1964 conseguem pequena quota do IAA para iniciarem a produção de açúcar e álcool, tanto que no ano de sua fundação chegaram a produzir 115.946 sacas/60Kg de açúcar (FERREIRA, 1987).

A expansão da produção açucareira ocorreu basicamente no Estado de São Paulo, tomou impulso em 64 com a elevação dos limites de produção das usinas, coincidindo com a campanha de erradicação do café (financiada pelo governo) que foi substituído pela cana, tendo um mercado internacional favorável. O plantio de cana foi descontrolado, e o resultado disso explodiu em 1965/1966, com uma das piores crises da agroindústria canavieira nacional (SZMRECSÁNYI, 1979).

O quadro 4 e 5 demonstram a produção de açúcar e álcool das doze usinas da região de Araraquara do decênio de 1960:

Quadro 4 - Produção Açucareira da região de Araraquara do decênio de 60 (em sacas de 60 Kg).

PRODUÇÃO AÇUCAREIRA DA REGIÃO CANAVIEIRA DE ARARAQUARA											
DECÊNIO DE 60 - SACAS DE 60 KG											
USINAS	61/62	62/63	63/64	64/65	65/66	66/67	67/68	68/69	69/70	70/71	TOTAL
AÇ. da SERRA	337.430	315.826	380.898	421.800	771.330	448.678	449.545	582.846	646.100	582.846	4.937.299
CONTENDAS				34.750	105.150	60.672	115.946	39.875			356.393
IPIRANGA	92.523	95.811	82.000	74.682	147.929	104.111	154.262	161.714	141.641	200.000	1.254.673
ITAQUERÊ	164.100	160.116	159.450	131.251	224.506	160.670	158.606	120.582	113.552	205.319	1.598.152
MARIA IZABEL	122.385	84.681	80.380	99.777	124.968	104.989	140.719	98.507	122.941	138.478	1.117.825
MARINGÁ	140.341	133.500	169.617	214.267	234.221	194.024	193.232	217.551	200.317	435.530	2.132.600
SANTA CRUZ	367.100	334.080	383.350	532.300	804.000	476.620	476.028	615.665	613.887	615.665	5.218.695
SANTA ERNESTINA	78.490			35.372	128.294	99.091	154.434	170.171	268.380	215.180	1.149.412
SANTA LUIZA	54.505	40.404	215.600	47.391	86.772	86.466	154.260	124.065	108.741	200.168	1.118.372
STORANI	58.027	51.586	45.910	68.750	97.557	78.875	111.019	93.370	87.384		692.478
TAMOIIO	775.692	731.550	795.686	695.010	1.132.426	935.643	998.242	861.560	691.193	1.167.100	8.784.102
ZANIN	180.504	153.325	138.960	147.819	265.495	183.817	183.519	203.190	134.836	237.937	1.829.402
TOTAL	2.371.097	2.100.879	2.451.851	2.503.169	4.122.648	2.933.656	3.289.812	3.289.096	3.128.972	3.998.223	30.189.403

Fonte: IAA (1987 apud Ferreira, 1987, p. 47).

Se compararmos a produção total de açúcar da década de 50 (quadro 2) com a da década de 60 (quadro 4) podemos notar um aumento considerável, de 14.039 sacas de 60 Kg para 30.189 sacas de 60 Kg, reflexo do grande volume de exportações e de um mercado internacional favorável.

Quadro 5 - Produção Alcooleira da região de Araraquara do decênio de 60 (em mil litros).

PRODUÇÃO ALCOOLEIRA DA REGIÃO CANAVIEIRA DE ARARAQUARA												
DECÊNIO DE 60 - 1000 LITROS												
DESTILARIAS	60/61	61/62	62/63	63/64	64/65	65/66	66/67	67/68	68/69	69/70	70/71	TOTAL
AÇ. da SERRA	6.040	4.837	4.797	5.658	4.055	10.647	10.769	20.413	12.305	8.259	18.162	105.942
CONTENDAS						738	729	446				1.913
ITAQUERÊ	1.190	1.440	1.240	1.760	1.200	1.788	1.055	1.393	800	1.220	1.910	14.996
IPIRANGA	830	852	1.025	1.484	1.531	1.982	3.314	2.810	757	2.045	3.044	19.674
MARINGÁ	5.020	5.312	2.669	4.833	5.276	11.743	16.267	18.129	9.179	4.789	11.854	95.071
SANTA CRUZ	3.950	3.430	2.655	4.759	4.284	9.131	17.900	14.225	6.815	6.164	12.425	85.738
SANTA LUZIA	213	490				341	779	1.037	104		181	3.145
STORANI	1.868	622		1.222	470	900	824	846		855		7.607
TAMOIO	11.146	7.552	6.140	9.858	6.398	12.045	10.900	9.851	6.799	6.533	8.502	95.724
ZANIN	1.415	1.707	910	1.580	1.465	2.875	5.428	4.237	1.425	1.755	3.460	26.257
TOTAL	31.672	26.242	19.436	31.154	24.679	52.190	67.965	73.387	38.184	31.620	59.538	456.067

Fonte: IAA (1987 apud Ferreira, 1987, p. 48).

Também podemos notar no quadro 5 que na safra 65/66 temos uma crise de superprodução de açúcar, reflexo da euforia do setor, situação que só iria se normalizar com a queda do preço do açúcar no mercado internacional e com o advento do Decreto-Lei 4.870³ (BRASIL, 1965) pelo IAA.

Também na safra de 65/66 podemos notar um aumento considerável na produção de álcool, que também pode ser um reflexo da crise de superprodução, porém nas duas safras subsequentes notamos um aumento ainda maior, o que pode ser explicado devido ao preço baixo do açúcar no mercado internacional e as medidas adotadas pelo IAA para controlar a produção.

1.3 - O plano de racionalização: o início das fusões / aquisições e seu impacto no estatuto da lavoura canavieira.

Na década de 70 o país passaria por profundas transformações internas, refletindo também no setor agroindustrial canavieiro. O I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) teria como objetivo para o setor a modernização de equipamentos e maquinários voltados para o aumento da produtividade agrícola (FERREIRA, 1987).

A partir de 1968 as exportações de açúcar superaram todas as expectativas graças a um aumento da demanda (como consequência dos efeitos da Revolução Cubana), dos preços no mercado internacional e a existência de capacidade ociosa na agroindústria canavieira no país (SZMRECSÁNYI, 1979).

³ BRASIL. Poder Executivo. Lei nº 4.870, de 1 de Dezembro de 1965. Dispõe sobre a produção açucareira a receita do instituto do açúcar e do álcool e sua aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 2/12/1965, Página 12251 (Publicação Original). Coleção de Leis do Brasil - 1965, Página 147 Vol. 7 (Publicação Original). Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4870-1-dezembro-1965-368377-norma-pl.html> >. Acesso em 11/09/2018.

Em 1969 o IAA estabelece o Programa Nacional de Melhoramentos da cana-de-açúcar (PLANALSUCAR), visando a melhoria da qualidade da matéria-prima, com destaque no Estado de São Paulo para o laboratório agroindustrial de Piracicaba (que realizava análises químicas de álcool, açúcar, solo, fertilizantes etc) e a Estação Experimental de Araras (que tinha o objetivo de produzir novas variedades de cana de açúcar) (SZMRECSÁNYI, 1979).

Em 1971 é criado o Programa de Racionalização da Agroindústria Canavieira com o objetivo de eliminar as pequenas usinas e os pequenos fornecedores que pressionavam os preços para cima. De acordo com Tsukada (2011, p.18):

[...] a proposta era eliminar as pequenas usinas, consideradas ineficientes, bem como os pequenos fornecedores de cana-de-açúcar, uma vez que a presença destes no sistema forçava os preços para cima. Além disso, o programa propunha o cancelamento das inscrições de usinas que tivessem paralisado a produção por três safras consecutivas a partir da safra 1968/69 e revisava periodicamente aquelas que estavam em atividade, por meio da Lei nº 5.654/71.

O Planalsucar juntamente com o Programa de Racionalização visava aumentar a produtividade e as exportações, e tornar o produto mais competitivo em relação a custos. (SZMRECSÁNYI, 1979).

O Programa de Racionalização estimulava a fusão, incorporação e realocização de unidades industriais açucareiras (dentro de uma mesma região geoeconômica), visando uma maior eficiência das usinas para obtenção de economia de escala, o que acelerou o processo de concentração de renda e de terras do setor (RAMOS, 1999; FERREIRA, 1987), e consequentemente atingindo os pequenos fornecedores de cana, considerados “nulos” do ponto de vista econômico.

O Plano de Racionalização da Agroindústria Canavieira foi o maior responsável na década de 70 pelo fechamento de 23 usinas no interior do Estado de São Paulo (FERREIRA, 1987), conforme o quadro 6:

Quadro 6 - Implantação e fechamento de usinas no Estado de São Paulo (em unidades).

IMPLANTAÇÃO E FECHAMENTO DE USINAS NO ESTADO					
DE SÃO PAULO					
	ANTES DE 40	DÉCADA 40	DÉCADA 50	DÉCADA 60	DÉCADA 70
Implantação	33	49	21	4	4
Fechamento		3	5	5	23

Fonte: IAA (1987 apud Ferreira, 1987, p. 58).

A região de Araraquara também sentiu os efeitos do plano de racionalização. Além das incorporações e vendas efetivadas, que já foram citadas neste trabalho com a venda da usina Chibarro para o grupo Jamil Jacob de Novo Horizonte, a incorporação da usina Santa Cruz dos Pavan pelo grupo Ometto de Piracicaba e a compra da usina Itaquerê (Santa Fé) pelo grupo Malzoni de Motuca, ocorreram mais cinco incorporações neste período (FERREIRA, 1987).

A primeira venda realizada no período do plano de racionalização envolveu a usina Contendas (Taquaritinga) da família Salvagni, que vendeu seu corpo fabril e suas cotas para a usina São Geraldo (Sertãozinho), da família Simioni, devido a sua produção ser considerada pequena. A família Salvagni manteve sua agropecuária, e posteriormente, com o Programa Nacional do Alcool, volta como destilaria autônoma (FERREIRA, 1987).

Outra grande alteração que se destacou na região neste período foi a incorporação realizada pelo grupo Silva Gordo (proprietários do extinto Banco Português), incorporando o grupo Morganti (possuidor de 6% do parque industrial canavieiro paulista na época) e suas duas usinas: Tamoio (Araraquara) e Monte Alegre (Piracicaba) (FERREIRA, 1987).

De acordo com Ramos (1983, p. 91-92), já na década de 70, o grupo Silva Gordo enfrenta problemas financeiros e vende a usina Monte Alegre (Piracicaba) para o grupo Ometto/Dedini, que posteriormente a fecha, e sua cota é transferida para a usina Tamoio (Araraquara) e Tupy (Goiás). Quanto ao grupo Silva Gordo:

[...] durante algumas safras (70/71, 71/72 e 72/73) ele foi o segundo maior grupo açucareiro do estado paulista, pois que havia comprado cinco usinas, sendo as duas do grupo Morganti (Tamoio e Monte Alegre) e as três do grupo Societé, que se nacionalizara em 1969 (Piracicaba, Porto Feliz e Raffard). Tal “entrada” do grupo Silva Gordo na produção açucareira fazia parte de uma estratégia do Grupo proprietário do Banco Português do Brasil, que queria tornar-se em pouco tempo um dos maiores, senão o maior, grupo açucareiro do Brasil. Mas isso não foi possível: provavelmente por problemas financeiros, o grupo vende as usinas Porto Feliz e Raffard para os proprietários/sócios da COPERSUCAR, em 1973 e vende a usina Monte Alegre para os irmãos Ometto/Grupo Dedini em 1975. Pela difícil localização da usina Piracicaba (área central da cidade) ela é fechada e sua quota transferida para outras duas usinas do Grupo: a Tamoio, em Araraquara-SP e a Tupy, no estado de Goiás. Uma observação importante [...] o Grupo Silva Gordo conservou a posse de boa parte da terra, criando empresas de loteamento e imobiliárias, transformando antigos canaviais em áreas urbanizadas ou urbanizáveis.

Na safra de 1970/71 a usina Storani também é desativada e adquirida pela usina Santa Cruz, de Américo Brasiliense (FERREIRA, 1987; LORENZO, 1979).

A usina Maria Izabel (Santa Lucia) é incorporada pelo grupo Ometto/Pavan. A família Ometto e a família Pavan eram parentes, sendo os Pavan proprietários da usina Santa Cruz

(Américo Brasiliense) e os Ometto, proprietários da usina São Martinho, Santana e Iracema. A incorporação ocorreu na área industrial e nas quotas, porém, as terras da fazenda Alpes ficaram nas mãos dos proprietários (FERREIRA, 1987).

A última incorporação do período foi com a usina Santa Ernestina (Dobrada), sendo adquirida pelo grupo Lauro Corona, proprietários da usina Bonfim (Guariba). “Devido à proximidade das duas usinas, a direção da usina Bonfim resolveu extinguir a parte industrial da usina Santa Ernestina, agregando-a a usina Bonfim” (FERREIRA, 1987, p. 61).

O plano de racionalização também iria afetar profundamente o Estatuto da Lavoura Canavieira, acarretando ainda mais na diminuição de fornecedores de cana na região de Araraquara.

O Estatuto da Lavoura Canavieira foi promulgado em 21/11/1941 através do Decreto-Lei n. 3855⁴ (BRASIL, 1941), com o objetivo de atenuar os conflitos existentes entre usineiros (proprietários de grandes e modernas unidades industriais) e fornecedores (muitos deles ainda senhores de engenho), (SZMRECSÁNYI, 1979).

De acordo com Ramos (1983, p. 122) “o usineiro ficava menos comprometido com a produção de matéria-prima e dos riscos, e procura deliberar os recursos financeiros”.

Afirmativa reafirmada por Bray, Ferreira e Ruas (2000, p. 19):

[...] o IAA passou a contribuir com os usineiros tendo por finalidade melhor capitalizá-los e aparelhá-los, na busca contínua do crescimento produtivo das usinas através da ampliação da capacidade das moendas. Assim, os usineiros se aplicariam no crescimento e modernização do setor industrial e a produção de cana-de-açúcar caberia principalmente a uma maior participação dos fornecedores.

O Estatuto da Lavoura Canavieira foi uma tentativa na proteção aos fornecedores de cana contra os poderosos usineiros. O objetivo era estabelecer regras no fornecimento da matéria-prima, limitando em 50% o percentual de moagem da própria usina (QUEDA, 1972). Infelizmente o Estatuto falhou diante do poder de produção de cana das usinas, “ilhando” os pequenos fornecedores.

Baseado no fracasso do Estatuto, podemos constatar a formação de uma agroindústria latifundiária com grande poder de negociação, como afirma Silva (1982, p. 85-86) sobre a dinâmica de crescimento das agroindústrias no Estado de São Paulo:

⁴ BRASIL. Poder Executivo. Decreto nº 3.855, de 21 de Novembro de 1941. Dispõe sobre o Estatuto da Lavoura Canavieira. Diário Oficial da União - Seção 1 - 27/11/1941, Página 22239 (Publicação Original). Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3855-21-novembro-1941-414000-norma-pe.html> >. Acesso em 11/09/2018.

[...] existem dois mecanismos pelos quais a expansão se efetuou. O primeiro modo predominou num período que podemos classificá-lo como sendo anterior ao Programa Nacional do Alcool. O princípio do mecanismo consistia em pressionar os pequenos produtores a deixarem suas terras, sendo inúmeras as formas usadas. Fortemente amparados pela atual política de crédito, os usineiros tem partido para uma aquisição sistemática das terras vizinhas as suas propriedades originais. Todavia, o elevado preço das terras não chega a ser um grande problema, dada a possibilidade que o usineiro tem de desviar parte dos financiamentos recebidos para sua aquisição....a única opção que resta aos pequenos produtores ilhados no meio dos canaviais das usinas é vender suas terras aproveitando os preços altos e comprar maiores extensões em regiões mais distantes.

Com o Plano de Racionalização a partir de 1970 (onde os pequenos grupos foram retirados do mercado) o IAA deixou de prefixar as quotas de cana entregue as usinas, e, portanto, deixava de existir a obrigatoriedade dos 50% de cana entregue pelos fornecedores (FERREIRA, 1987).

Com base em Bray, Ferreira e Ruas (2000, p. 45), “a partir do momento em que a burguesia açucareira paulista passou a ter as rédeas do controle da política do açúcar, passou a existir o apelo de acabar com as estruturas de cunho protecionista, regionalista e paternalista no setor”. Tanto que em 1971, acabam sendo revogados vários dispositivos do Estatuto da Lavoura Canavieira de 1941, estimulando assim a concentração de terras, rendas e de grupos empresariais (BRAY; FERREIRA; RUAS, 2000).

De acordo com o quadro 7, podemos notar que no início da década de 1970 as regiões de Piracicaba, Ribeirão Preto, Sertãozinho, Araraquara e Jaú mantinham aproximadamente os 40% de cana de fornecedores, fato que muda drasticamente no início da década de 1980, onde a única que manteve o percentual foi a região de Piracicaba. A região de Araraquara foi a que mais sentiu a diminuição dos fornecedores (de 32,5% para 18,7%).

Quadro 7 - Percentual de Usineiros e Fornecedores nas safras 1970/71 e 1982/83 (em %).

PERCENTUAL DOS USINEIROS				
E FORNECEDORES NAS SAFRAS 1970/71 E 1982/83				
REGIÕES	1970/71		1982/83	
	PRÓPRIA	FORNECEDORES	PRÓPRIA	FORNECEDORES
PIRACICABA	56,1	43,9	57,0	43,0
RIB. PRETO/SERTÃOZINHO	61,2	38,8	70,4	29,6
ARARAQUARA	67,5	32,5	81,3	18,7
JAÚ	57,8	42,2	70,5	29,5
CATANDUVA	48,2	51,8	78,2	21,8
P. DO PARANAPANEMA	70,9	29,1	77,1	22,9
OESTE PAULISTA	68,0	32,0	93,4	6,6

Fonte: IAA; ORPLANA (1987 apud Ferreira, 1987, p. 64).

Entre as décadas de 70 e 80 as usinas começam a buscar novas terras, e até a disputá-las com outras usinas e com a citricultura da região, ocorrendo uma supervalorização das terras, tudo isso como consequência do plano de racionalização, e posteriormente do Programa Nacional do Alcool (FERREIRA, 1987), impactando ainda mais na participação dos fornecedores de cana, como mostra o quadro 8:

Quadro 8 – Participação dos Fornecedores de Cana nas Agroindústrias da Região de Araraquara 74/75 a 84/85 (em %).

AGRO-INDÚSTRIAS	1974/75	1984/85	VARIAÇÃO
AÇ. da SERRA	72	46	-26
IPIRANGA	18	10	-8
LAGOA DOURADA		12	+12
MARINGÁ	50	19	-31
SANTA CRUZ	87	113	+26
SANTA FÉ	85	28	-57
SANTA LUZIA	25	13	-12
SÃO GREGÓRIO		188	+188
TAMOIO	326		-326
ZANIN	59	45	-14
TOTAL	722	474	-248

Fonte: Cooperativa dos Fornecedores de Cana de Araraquara (1987 apud Ferreira, 1987, p. 66).

De acordo com o quadro 8 pode-se notar que na região de Araraquara apenas a usina Santa Cruz e a usina São Gregório (próxima à usina Tamoio) aumentaram a participação de fornecedores, por ser o início de suas atividades, enquanto todas as outras usinas tiveram seu número de fornecedores diminuídos, devido aos elevados custos de produção da cana-de-açúcar ou devido à pressão dos usineiros para a compra de suas terras (FERREIRA, 1987).

Pode-se constatar que a partir do Proálcool houve um grande avanço em áreas cultivadas das usinas e destilarias.

O quadro 9 traça uma comparação dessa evolução, antes e depois (dez anos após) do Proálcool. “Os grandes grupos canavieiros, em média, dobraram a sua área cultivada neste período” (FERREIRA, 1987, p. 86), com destaque para a usina Santa Luiza que aumentou sua área de 3.154 para 12.550 ha.

Quadro 9 - Evolução de área cultivada (em hectares).

EVOLUÇÃO DE ÁREA CULTIVADA PERTENCENTE ÀS USINAS		
ANTES DO PRÓALCOOL E 10 ANOS DEPOIS DO PRÓALCOOL (em ha)		
	ANTES	DEPOIS
Santa Cruz	16.014	33.312
da Serra	10.239	17.318
Maringá	8.674	15.086
Zanin	6.703	14.213
Santa Luiza	3.154	12.550
Santa Fé	4.022	8.275
Ipiranga	3.212	6.630
Tamoio	14.288	7.111
TOTAL	66.306	114.495

Fonte: IAA; Usinas da região de Araraquara (1987 apud Ferreira, 1987, p. 87-88 adaptado).

A usina Tamoio foi a única que sofreu retração em sua área cultivada, devido às dificuldades empresariais que sofreu nesta época. De acordo com Ferreira (1987, p. 88) “No caso das novas destilarias, pelo fato de suas atividades serem bastante recentes, não foi possível obtermos o parâmetro de crescimento [...]”.

Em 1975 o intervencionismo estatal se completa com a criação do Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL), que vai ter como característica básica o financiamento de unidades produtoras de álcool com vários incentivos de investimentos aos usineiros (CARVALHO, 2013).

1.4 - O Programa Nacional do Álcool

Desde 1920 o álcool sofreu com as indefinições governamentais, e apenas na década de 70 é que se definiu claramente uma estratégia para o produto.

A década de 70 se caracteriza pelo desenvolvimento urbano-industrial, o que é comumente chamado de “milagre brasileiro”. O campo também acompanhou esse processo de mudanças com uma alteração profunda em sua base produtiva através do uso da tecnologia, no avanço da mecânica, além de defensivos e adubos, (GONÇALVES, 1997).

Em novembro de 1975, no Governo Militar do Presidente Ernesto Geisel, é criado o Programa Nacional do Álcool – PROÁLCOOL, em decorrência da primeira crise do petróleo, em 1973.

A crise do petróleo foi uma consequência da guerra no Oriente Médio, gerada por um conflito entre Israel, Egito e Síria, países que se localizam próximos a países produtores de petróleo, e que deixou o mundo a beira da degradação energética, quadruplicando o preço do barril (MICHELLON; SANTOS; RODRIGUES, 2008).

O Proálcool pode ser dividido em duas fases que coincidem com as crises do petróleo: a primeira fase de 1975 a 1978 e a segunda fase de 1979 a 1986.

O objetivo principal do Proálcool, juntamente com o Planalsucar (Programa Nacional de Melhoramentos da cana-de-açúcar), já mencionado anteriormente, era viabilizar a produção de um combustível alternativo para substituir a gasolina, e com isso melhorar a economia brasileira e reduzir a inflação (MACEDO, 2011). O Brasil importava 80% de suas necessidades de petróleo, o que iria gerar uma enorme pressão no Balanço de Pagamentos e alta inflação. O álcool era a solução para cobrir a deficiência em petróleo e consumir os excedentes das usinas (MICHELLON; SANTOS; RODRIGUES, 2008).

O Programa também resolveria o problema da queda contínua de preços do açúcar no mercado externo, utilizando a capacidade ociosa das usinas (CARVALHO, 2013).

O Proálcool, que durou de 1975 até 1999, foi fundamental para criar a base produtiva do setor sucroenergético, entretanto, durante esse período, o Governo teve forte atuação na regulação do setor, definindo, por exemplo, os preços e os volumes que seriam produzidos e comercializados por cada usina. O objetivo desse programa era encontrar uma alternativa viável aos combustíveis fósseis. Essa iniciativa foi motivada principalmente pelos dois choques mundiais do petróleo em 1973 e 1979 e proporcionou ao Brasil uma base sólida de conhecimento e competitividade da indústria canavieira (MACEDO, 2011, p. 12).

Ramos (1999) afirma que o Proálcool foi criado devido à pressão dos produtores que haviam ampliado suas unidades industriais para aumentar a capacidade produtiva e atender o mercado internacional de açúcar, e com a queda dos preços o programa do Proálcool seria a salvação.

De acordo com Tsukada (2011, p. 19):

[...] o Proálcool surgiu neste contexto para resolver dois problemas de uma só vez: (a) a questão dos usineiros que haviam se expandido e modernizado seu parque industrial, acarretando dívidas junto ao Fundo Especial de Exportação; (b) a questão dos fabricantes de equipamentos industriais deste ramo (Dedini e Zanini), que

havam se estruturado para fazer frente ao Programa de Racionalização da Agroindústria Açucareira.

Porém, a expansão e o desenvolvimento pós 75 proporcionado pelo Proálcool ocasionam uma modernização heterogênea, concentrada apenas nas usinas localizadas no Estado de São Paulo (RAMOS, 1999).

A primeira fase do Proálcool se caracteriza pelo crescimento rápido da produção de cana de açúcar, conseqüentemente a necessidade de se utilizar áreas maiores para a produção desta, ocorrendo uma concorrência dos espaços rurais onde se produzia alimento (CARVALHO, 2009).

A política intervencionista continuou com as quotas de produção e os preços estabelecidos, porém, o mercado externo era favorável e o governo estimulava tanto a expansão da oferta de cana, como também a demanda (WATANABE, 2001).

De acordo com Ferreira (1987, p. 102), “na primeira fase do Proálcool (1975-1979) a estimativa era atingir a produção nacional de 3,0 bilhões de litros/álcool; na segunda fase (1980/85) a meta estipulada foi para 10,7 bilhões de litros álcool, o equivalente a 170 mil barris de petróleo/dia”.

Devido ao investimento no setor, na primeira fase do Proálcool houve um aumento das destilarias autônomas, e também uma ampliação da capacidade instalada das destilarias anexas já existentes, ocorrendo um crescimento da produção de álcool (BRAY; FERREIRA; RUAS, 2000).

Em 24/09/1979 (final da primeira fase do Proálcool) se instalava na região de Araraquara, especificamente no município de Dobrada, a primeira destilaria autônoma: Lagoa Dourada S/A Álcool e Derivados. De propriedade da família Miori, oriundos de Rio das Pedras (Piracicaba), já eram proprietários de uma agropecuária, de uma empresa engarrafadora de aguardente e faziam parte da diretoria da Associação Profissional dos Engarrafadores de aguardente do Estado de São Paulo (APEAGESP) em Piracicaba. A destilaria chegou a dispor de 1.642,70 ha de propriedades arrendadas nos municípios de Dobrada, Matão, Taquaritinga e Itápolis (FERREIRA, 1987, p. 102-104).

Os quadros 10 e 11 mostram o impacto do Proálcool na produção de açúcar e álcool na região em estudo na década de 70:

Quadro 10 - Produção Açucareira da região de Araraquara decênio de 70 (em sacas de 60 Kg).

PRODUÇÃO AÇUCAREIRA CANAVIEIRA DE ARARAQUARA											
DECÊNIO DE 70 - SACAS DE 60 KG											
USINAS	71/72	72/73	73/74	74/75	75/76	76/77	77/78	78/79	79/80	80/81	TOTAL
AC da SERRA	777.637	777.363	1.115.020	1.080.964	895.420	869.682	1.000.690	920.500	1.005.516	1.005.833	9.448.625
IPIRANGA	200.000	211.758	272.159	242.373	259.700	342.370	404.011	217.255	175.033	174.133	2.498.792
MARIA IZABEL	157.854	13.134									170.988
MARINGÁ	473.315	676.751	651.447	596.260	503.992	718.590	951.825	805.463	427.367	714.950	6.519.960
SANTA CRUZ	615.665	1.049.714	1.491.570	1.285.094	1.197.400	1.541.750	1.905.035	1.470.000	1.350.583	1.800.250	13.707.061
SANTA ERNESTINA	208.422	220.676	386.860								815.958
SANTA FÉ*	205.319	217.391	317.229	300.011	286.641	393.482	430.000	377.627	237.550	309.500	3.074.750
SANTA LUIZA	200.021	211.758	254.266	200.480	252.215	231.134	331.770	353.000	537.000	743.150	3.314.794
TAMOIO	1.321.370	1.485.571	1.650.670	1.605.822	1.382.602	1.414.470	1.673.437	1.300.000	1.039.600	1.069.417	13.942.959
ZANIN	237.937	351.962	458.120	445.525	429.220	572.035	940.600	671.600	589.667	951.333	5.647.999
TOTAL	4.397.540	5.216.078	6.597.341	5.756.529	5.207.190	6.083.513	7.637.368	6.115.445	5.362.316	6.768.566	59.141.886

Fonte: IAA; Usinas da região de Araraquara (1987 apud Ferreira, 1987, p. 105).

Quadro 11 - Produção Alcooleira da região de Araraquara decênio de 70 (em mil litros).

PRODUÇÃO ALCOOLEIRA DA REGIÃO CANAVIEIRA DE ARARAQUARA											
DECÊNIO DE 70 - 1000 LITROS											
DESTILARIAS	71/72	72/73	73/74	74/75	75/76	76/77	77/78	78/79	79/80	80/81	TOTAL
AC da SERRA	19.360	17.018	11.305	9.145	9.169	9.861	14.640	18.786	23.153	21.000	153.437
IPIRANGA	2.280	2.105	2.613	1.781	1.791	1.820	2.587	9.091	12.962	13.400	50.430
LAGOA DOURADA									3.318	9.115	12.433
MARINGÁ	8.213	10.122	7.434	5.800	5.326	8.681	27.031	32.054	43.268	34.889	182.818
SANTA CRUZ	13.617	14.379	10.575	6.747	9.871	12.760	32.637	63.633	72.000	66.000	302.219
SANTA FÉ*	3.487	4.561	3.248	1.456	878	3.117	6.143	8.005	19.218	23.011	73.124
SANTA LUIZA	206						7.547	20.304	22.847	22.506	73.410
TAMOIO	9.110	11.210	27.524	9.592	10.118	11.390	23.340	18.870	16.580	15.393	153.127
ZANIN	3.450	3.535	2.822	2.718	2.605	3.645	10.700	18.750	27.400	23.660	99.285
TOTAL	59.723	62.930	65.521	37.239	39.758	51.274	124.625	189.493	240.746	228.974	1.100.283

Fonte: IAA; Usinas da região de Araraquara (1987 apud Ferreira, 1987, p. 106).

Pode-se notar que a produção de açúcar durante a década de 70 manteve-se de certa forma constante, devido à grande demanda do mercado exterior. Já a produção alcooleira apresentou um crescimento constante nas safras de 76/77 a 80/81, devido à primeira fase do Proálcool. Se compararmos a produção de álcool na região, que em 71/72 foi de 59.723 mil litros, e que em 79/80 foi de 240.746 mil litros, constatamos um crescimento de mais de 400%.

Os principais acontecimentos que marcaram a região canavieira de Araraquara neste período foram: o direcionamento da usina Santa Luiza (Motuca) para a produção efetiva de álcool, a ampliação das destilarias anexas para aumentar a produção de álcool, e o surgimento da destilaria autônoma Lagoa Dourada (Dobrada) (FERREIRA, 1987).

Em 1979, com o segundo Choque do Petróleo, se inicia a segunda fase do Proálcool (1980-1985), que tinha como objetivo a utilização do álcool exclusivamente como combustível, com o intuito de diminuir a vulnerabilidade energética do país (CARVALHO,

2013), diferente da primeira fase, que tinha como objetivo maior solucionar o problema dos produtores devido à crise açucareira (BRAY; FERREIRA; RUAS, 2000).

Já no início da segunda fase do Programa é firmado um acordo entre o Governo Federal e os representantes da indústria automobilística sobre a obrigatoriedade dos automóveis do governo serem movidos a álcool (TSUKADA, 2011), unindo assim o poder da agroindústria canavieira com as montadoras multinacionais.

Entre 1975 e 1986 ocorre um grande crescimento da produção de álcool, apoiada pela expansão da cana em área cultivada e pela adoção de novas tecnologias, ocasionando uma concentração fundiária, industrial e de capital (RAMOS, 2007). O aumento da produção de álcool foi incentivado nos anos 80 pela fabricação e utilização de automóveis movidos exclusivamente a álcool, tanto que em 1985 (auge do Proálcool), as vendas de veículos movidos a álcool representaram 92,7% do total (BRAY; FERREIRA; RUAS, 2000).

De acordo com Michellon, Santos e Rodrigues (2008), esse crescimento vertiginoso ocorreu devido a ações de incentivo realizadas pelo Governo Federal, como:

- Aumento de 20% do percentual de álcool adicionado à gasolina.
- Obrigatoriedade de todos os postos de combustíveis venderem álcool.
- Fixação do preço do álcool em 64,5% do preço da gasolina.
- Redução de tributos sobre o carro a álcool (IPI e IPVA).

Ferreira e Alves (2009, p. 16) afirmam que “em 1975, o Proálcool, foi um plano muito mais voltado para os interesses dos usineiros do que para os benefícios do próprio país. O barril de álcool aqui produzido ficava em US\$ 40,00, enquanto o barril de petróleo poderia ser adquirido por US\$ 22,00.”

O Pró-Oeste é criado em 1980 com o objetivo de direcionar a expansão da cana-de-açúcar para o interior paulista através do Procana (Programa de Expansão da Cana), que direcionava os investimentos do Proálcool para esta região. O propósito era alcançar o equilíbrio econômico regional, priorizando algumas regiões para a implantação de destilarias. (BRAY; FERREIRA; RUAS, 2000; FERREIRA; ALVES, 2009).

As áreas do oeste paulista com prioridade máxima eram: regiões de Presidente Prudente, Araçatuba e Bauru, com média prioridade: regiões de São José do Rio Preto e Marília, ficando o restante do Estado, área totalmente não prioritária (incluindo a região de Araraquara). Em outras palavras isto quer dizer, que todos os projetos de novas destilarias ou ampliação das já existentes, localizadas na região altamente prioritária seriam imediatamente

aprovados; na região medianamente prioritária, aprovados dependendo de estudos; quanto ao restante do Estado, os projetos dificilmente seriam aprovados (FERREIRA, 1987).

Porém, a expansão da cana-de-açúcar continuou a ocorrer em áreas tradicionais não-prioritárias do governo, próximas as grandes usinas, o que demonstra o poder e a influência política e econômica dos usineiros que conseguiam recursos e autorizações para o aumento das quotas (BRAY; FERREIRA; RUAS, 2000).

A segunda fase do Proálcool se caracteriza pelo grande crescimento da produção alcooleira devido principalmente ao aumento da capacidade produtiva das destilarias autônomas instaladas (BRAY; FERREIRA; RUAS, 2000).

A partir da safra de 1982-83 a região de Araraquara passa a contar com mais três destilarias autônomas, além da destilaria Lagoa Dourada, já citada anteriormente. São elas: Santa Helena e São Gregório (grande fornecedora de cana da extinta usina Tamoio que surge para substituí-la) em Ibaté, e destilaria Contendas (Taquaritinga) (FERREIRA, 1987).

A segunda destilaria autônoma a se instalar na região de Araraquara foi a São Gregório em 1982, no município de Ibaté. Os proprietários, Antônio Donato (presidente da Associação dos Fornecedores de Cana-de-Açúcar da Região de Araraquara) e seus irmãos, “eram os maiores fornecedores da usina açucareira da Serra (Ibaté) e resolveram direcionar a produção para a própria destilaria, passando desta maneira a defender concomitantemente os interesses dos fornecedores e usineiros”, se tornando representantes das duas classes (FERREIRA, 1987, p. 110).

De acordo com Ferreira (1987, p. 111), “localizada na fazenda 4R em Ibaté, a empresa possuía 800 alqueires, contando com 188 fornecedores de cana, anteriormente, na sua maioria, fornecedores da extinta usina Tamoio, com propriedades nos municípios de Araraquara, São Carlos e Ibaté”.

A usina Contendas (extinta no início do plano de racionalização, ao ser vendida para a família Simioni), fato já citado, ressurgiu no cenário canavieiro da região nos anos 80 como a terceira destilaria autônoma. Como já foi afirmado anteriormente, a família Salvagni ao vender a usina, manteve sua agropecuária que se transforma em destilaria, aproveitando os incentivos do Programa Nacional do Alcool, tendo como diretor e principal acionista Ernesto Salvagni (FERREIRA, 1987).

Ferreira (1987, p. 112) afirma que, “a destilaria operou nas safras de 83/84 e 84/85 com produção média de 8.451.000 litros de álcool, dispondo de uma capacidade de 90.000 l/dia, sendo na sua maioria extraída dos seus 1.543,96 ha de terras cultivadas”.

A última destilaria autônoma a ser instalada na região em estudo foi a Santa Helena, propriedade de Ildo Valério, também no município de Ibaté. A propriedade se destacava anteriormente como fornecedora de cana-de-açúcar para as usinas da Serra e Tamoio. Em 1978 é instalada uma fábrica de aguardente que se transforma em destilaria autônoma. Possuíam 916 ha de terras próprias e mais 674 ha de cinco fornecedores, perfazendo um total de 42.285 toneladas de cana ao ano (FERREIRA, 1987).

Os quadros 12 e 13 demonstram a produção de açúcar e álcool na década de 80 na região em estudo:

Quadro 12 - Produção Açucareira da região de Araraquara decênio de 80 (em sacos de 60 Kg).

PRODUÇÃO AÇUCAREIRA DA REGIÃO CANAVIEIRA DE ARARAQUARA					
MEADOS DO DECÊNIO DE 80 (SACOS DE 60 KG)					
	1981/82	1982/83	1983/84	1984/85	PRODUÇÃO MÉDIA
AÇ. da SERRA	1.069.167	1.155.833	1.216.667	1.083.650	4.525.317
IPIRANGA	187.983	193.892	192.696	200.000	774.571
MARINGÁ	642.600	738.500	715.090	655.783	2.751.973
SANTA CRUZ	1.537.667	1.800.917	1.980.042	2.116.666	7.435.292
SANTA FÉ	360.400	327.059	398.833	346.250	1.432.542
SANTA LUZIA	833.600	961.000	952.200	917.450	3.664.250
TAMOIO	1.096.600	147.639	0	0	1.244.239
ZANIN	838.967	929.333	920.850	920.833	3.609.983
TOTAL	6.566.984	6.254.173	6.376.378	6.240.632	25.438.167

Fonte: IAA; Usinas da região de Araraquara (1987 apud Ferreira, 1987, p. 113).

Quadro 13 - Produção Alcooleira da região de Araraquara decênio de 80 (em mil litros).

PRODUÇÃO ALCOOLEIRA DA REGIÃO CANAVIEIRA DE ARARAQUARA					
MEADOS DO DECÊNIO DE 80 (1000 LITROS)					
	1981/82	1982/83	1983/84	1984/85	TOTAL
AÇ da SERRA	19.731	21.185	29.847	37.700	108.463
CONTENDAS			7.002	9.900	16.902
IPIRANGA	13.402	17.113	20.600	16.890	68.005
LAGOA DOURADA	13.135	16.190	27.530	30.960	87.815
MARINGÁ	25.900	41.596	60.957	61.028	189.481
SANTA CRUZ	74.270	95.860	113.695	105.740	389.565
SANTA FÉ	21.258	24.539	33.020	30.021	108.838
SÃO GREGÓRIO		16.509	30.036	40.960	87.505
SANTA HELENA				2.440	2.440
SANTA LUZIA	23.500	30.176	28.688	33.005	115.369
TAMOIO	17.445	4.381	0	0	21.826
ZANIN	23.880	34.350	38.700	43.660	140.590
TOTAL	232.521	301.899	390.075	412.304	1.336.799

Fonte: IAA; Usinas da região de Araraquara (1987 apud Ferreira, 1987, p. 114).

Comparando o quadro 11, da década de 70, com o quadro 13 da década de 80, verificamos que não ocorreu alteração considerável na produção de açúcar na região, porém, a produção alcooleira apresenta um grande aumento, dobrando sua produção em quatro safras. Como já citado anteriormente, a usina Tamoio entrou em colapso financeiro e não funcionou mais a partir da safra 1983/84.

No final da segunda fase do Proálcool verifica-se um grande crescimento na produção alcooleira devido à produção das novas destilarias autônomas instaladas. No Estado de São Paulo ocorre uma expansão produtiva dos produtores tradicionais, e também uma maior concentração da posse da terra agricultável (BRAY; FERREIRA; RUAS, 2000).

A segunda metade da década de 80 vai ser marcada por dois acontecimentos que iriam mergulhar o setor em uma enorme crise: o primeiro deles é o fim da crise do petróleo, que vai ocasionar uma redução na produção de álcool, levando os usineiros a produzirem mais açúcar, e até a década de 90 o consumo de álcool vai sofrer com oscilações. O segundo acontecimento é marcado por uma mudança radical na forma de intervenção do Estado, onde o governo aplica uma política de contenção de gastos, diminuindo progressivamente o financiamento para o setor (CARVALHO, 2009).

Com a estabilização e queda do preço do petróleo e o aumento no preço do açúcar no mercado internacional, a resposta do Governo Federal foi o corte drástico de recursos financeiros (entre 1981 e 1984 o investimento girou em torno de um bilhão de dólares anuais, já em 1986 baixou para 84,6 milhões) para o Proálcool, o que gerou uma crise de desabastecimento na década de 90 (CAVALCANTI, 1992; CARVALHO, 2009).

Neste período da história do país não é apenas o setor sucroalcooleiro que irá apresentar dificuldades, a economia brasileira vai se desestabilizar com uma aceleração inflacionária crescente e uma política econômica ineficiente, o que vai acarretar em uma deterioração das condições econômicas e sociais do país (CAVALCANTI, 1992).

O processo de desregulamentação se inicia, e em 1989 a exportação de açúcar, que era realizada pelo IAA, é privatizada, e o Governo Federal perde o monopólio para exportação, bem como o fim da política de quotas para produção de açúcar para o mercado interno. Em 15/03/1990 o IAA é extinto, e a intervenção do Estado no setor chega ao fim. Inicia-se um grave problema entre os usineiros e o Governo Federal (onde os usineiros perdem a “proteção” mercantil e financeira estatal), juntamente com a abertura comercial iniciada pelo Governo (MACEDO, 2011).

CAPÍTULO 2 - A DESREGULAMENTAÇÃO, OS GRUPOS ESTRANGEIROS E A CONCENTRAÇÃO DE EMPRESAS E CAPITAL: O CONTEXTO ECONÔMICO DO FECHAMENTO DA USINA SANTA LUIZA.

2.1 - Os três períodos de evolução dos grupos empresariais

As mudanças internas do subsetor acompanham a evolução dos grupos empresariais, que em diferentes momentos políticos, econômicos e institucionais do Brasil e do mundo, foram se transformando e alterando sua estrutura, seu funcionamento e sua organização empresarial (RAMOS; SZMRECSÁNYI, 2002).

De acordo com Ramos e Szmrecsányi (2002), a transformação sofrida pelos grupos empresariais que controlaram (e alguns poucos casos ainda controlam) a produção de cana no Estado de São Paulo, pode ser dividida em três subperíodos: o primeiro que se inicia no final do século XIX até o ano de 1930, o segundo período que vai de 1930-1990, e o último a partir de 1990.

No primeiro período temos a formação e o desenvolvimento dos engenhos centrais e a primeira entrada de capital estrangeiro no subsetor, com destaque para a Sociétés des Sucreries Brésiliennes. Na verdade os primeiros investimentos estrangeiros foram responsáveis, justamente, pelo surgimento da atividade canavieira no país.

A Sociétés des Sucreries Brésiliennes incorporou quatro usinas em território paulista: o engenho de Porto Feliz, o mais antigo, constituído em 1877, passou por uma série de falências e foi mantido fechado por muitos anos. Em 1907 é incorporado a empresa francesa. Em 1882 é fundado o Engenho Central de Piracicaba, em 1889 é vendido para outro proprietário devido a dificuldades financeiras, e finalmente em 1899 passa para o grupo francês. O engenho Central de Lorena, fundado em 1881, foi transferido para o grupo francês em 1884 por um Decreto imperial. O último engenho, Raffard, fundado em 1884, que também depois de alguns anos de sua fundação, foi incorporado ao grupo francês (RAMOS, 1999).

Pode-se presumir que a venda dos Engenhos Centrais para o grupo francês, que transcorreram entre 1899 e 1907, se deu devido a algumas dificuldades nacionais: endividamento para a aquisição das máquinas importadas já depreciadas e antigas, oscilações de preços, problemas no processamento industrial, diante da dificuldade no fornecimento de cana e o problema da mão-de-obra, ou até mesmo porque “a venda ocorreu porque o capital francês teria feito uma oferta irrecusável” (RAMOS, 1999, p. 63).

Em 1926 a hegemonia da Sucreries Brésiliennes começa a declinar e as usinas independentes passam a superar a produção e ocupar a maior parte dos canaviais paulistas. O número de usinas no Estado de São Paulo vai quase triplicar, tanto que entre 1894 e 1924 o número de usinas salta de sete para dezoito (RAMOS; SZMRECSÁNYI, 2002).

No segundo período temos a saída deste capital estrangeiro e o fortalecimento dos grupos empresariais canavieiros familiares, em sua maioria de italianos e seus descendentes (RAMOS; SZMRECSÁNYI, 2002), juntamente com o fortalecimento da intervenção estatal.

Pequenas usinas formadas por imigrantes italianos e seus descendentes que compraram pequenas propriedades de terras com recursos trazidos na viagem ou com recursos que foram juntando como colonos nas fazendas de café, pois como trabalhadores livres do café podiam utilizar áreas delimitadas pelos proprietários das fazendas para a produção e comercialização de bens agropecuários (RAMOS; SZMRECSÁNYI, 2002).

Portanto, um dos elementos que marcam esse segundo período é que os “ex-colonos do café e do açúcar terem tido acesso à propriedade fundiária, adentrando assim o restrito círculo dos proprietários de engenhos e usinas” (RAMOS, 1999, p. 85).

De acordo com Gordinho (1986, p. 24):

Assim que conseguiam alguma poupança, os colonos compravam um pedaço de terra e frequentemente trabalhavam com a cana-de-açúcar, que não exigia muito capital e tinha retorno rápido. Os italianos se tornaram mestres em fazer pinga e rapadura; faziam também o açúcar batido ou açúcar mascavo, que era o que mais se fabricava em São Paulo nessa época, pois o açúcar branco vinha do Nordeste.

Um exemplo disto é a família Ometto (importante para este estudo, pois em 2007 adquire a usina Santa Luiza). Em 1906 adquirem seu primeiro sítio de seis alqueires na região de Piracicaba, logo depois se tornam sócios de uma olaria e começam a adquirir novas áreas, se aproveitando de propriedades hipotecadas e juntando economias através da exploração do trabalho familiar (RAMOS, 1999).

Na década de 50 assume a liderança entre os maiores grupos açucareiros do Estado de São Paulo, com dez fábricas, superando em produção o grupo Societé e os Morganti.

De acordo com Ramos e Szmrecsányi (2002, p. 95-96):

Nos anos trinta, tornou-se produtor de açúcar de usina, e até de álcool. Mas, foi somente na década de 1950 que veio a assumir uma posição de destaque entre os maiores grupos empresariais produtores de açúcar de usina em São Paulo. Ainda não aparecia entre os oito maiores no final da Segunda Guerra mas, dez anos depois, já se havia transformado no maior grupo usineiro paulista, uma evidência de que sua estratégia de crescimento foi muito bem sucedida. Partindo de pequenas fábricas,

burlando as quotas que eram atribuídas a elas, e atraindo outros produtores agrícolas com o seus fornecedores, ou mesmo com os sócios de suas unidades produtoras, sempre formadas como sociedades anônimas de capital fechado, pôde expandir seus negócios para diversas regiões de São Paulo.

Um dos fatores que facilitaram o crescimento da família Ometto foi a proximidade, inclusive de parentesco, com o Grupo Dedini (RAMOS, 1999).

Ainda no segundo período, no final dos anos 60, vai ocorrer o primeiro Plano de Racionalização da Agroindústria Canaveieira, provocando o processo de incorporação de usinas consideradas antieconômicas pelos grupos empresariais maiores (FERREIRA; ALVES, 2009). E como já discorrido no capítulo um, a região de Araraquara, bem como seus grupos canaveieiros, também sentiram os efeitos do plano de racionalização, através da aquisição e desativação de seis usinas.

Com o Decreto-Lei nº 1.186⁵ (BRASIL, 1971), foram abertos estímulos para as fusões e incorporações de usinas, legalizando e valorizando o processo de concentração de terras e a concentração empresarial “através da absorção de quotas das usinas incorporadas e dos fornecedores” (RUAS; FERREIRA; BRAY, 2014, p. 52), e como consequência deste processo, ocorre também a extinção do grupo francês Societé definitivamente.

O quadro 14 sintetiza a abertura e o fechamento das usinas na região de Araraquara entre 1930 a 1970:

Quadro 14 – Abertura e fechamento das usinas na região de Araraquara de 1940 a 1970.

	Até a Década de 1930	Década de 1940	Década de 1950	Década de 1960	Década de 1970
Usinas que iniciaram suas atividades	Engenho Central Freitas - Fortaleza - Tamoio	Chibarro	Da Serra	Contendas	
	Itaquerê	Maria Izabel	Maringá		
		Santa Cruz	Ipiranga		
		Zanin	Storani		
			Santa Ernestina		
			Santa Luiza		
Usinas Desativadas				Chibarro	Maria Izabel
					Storani
					Santa Ernestina
					Contendas
Total de Usinas ao final de cada década	2	6	12	12	8

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

⁵ BRASIL. Poder Executivo. Decreto-Lei nº 1.186, de 27 de Agosto de 1971. Concede estímulos à fusão, incorporação e realocação de unidades industriais açucareiras e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 27/8/1971, Página 6905 (Publicação Original). Diário do Congresso Nacional - 3/9/1971, Página 1428 (Exposição de Motivos). Coleção de Leis do Brasil - 1971, Página 11 Vol. 5 (Publicação Original). Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1970-1979/decreto-lei-1186-27-agosto-1971-375415-norma-pe.html> >. Acesso em 11/09/2018.

De acordo com Ramos e Szmrecsányi (2002, p. 99) os anos oitenta vão continuar com as mesmas características do pós-guerra: o domínio do mercado canavieiro vai continuar nas mãos dos descendentes de imigrantes italianos, agora com o poder de associação para defender seus interesses:

Assim, ao iniciar-se os anos oitenta, os grupos açucareiros paulistas mantinham a mesma configuração básica do imediato pós-guerra e suas estratégias de crescimento continuavam sendo as mesmas. Grupos de famílias de descendentes de imigrantes italianos, que constituíram empresas, seja de quotas de responsabilidade limitada, seja na forma mais usual de sociedades anônimas de capital fechado, mas cuja constituição e expansão se baseavam fundamentalmente na propriedade e apropriação fundiária, recorrendo a práticas associativas quando se tratava de defender seus interesses junto ao Estado em geral e junto ao órgão de planejamento do setor, o IAA, em particular.

Outra mudança importante vai ocorrer na segunda metade da década de 80, onde devido à crise pública financeira e as mudanças políticas do país, os grupos açucareiros vão buscar no mercado de capitais uma nova alternativa de financiamento, o que leva “a criação de *holdings* e à transformação de empresas em sociedades anônimas de capital aberto” (RAMOS; SZMRECSÁNYI, 2002, p. 102).

O terceiro período se inicia na década de 1990, marcado pelo processo de desregulamentação do setor canavieiro e caracterizado pelo processo de fusões e aquisições com o retorno do capital estrangeiro, onde “grandes grupos economicamente viáveis incorporam usinas economicamente viáveis” (FERREIRA; ALVES, 2009, p. 16). Ferreira e Alves (2009) consideram esse processo o segundo plano de racionalização, agora pós-desregulamentação, onde se inicia o desenvolvimento do capitalismo oligopolista.

2.2 – A crise do Proálcool, a desregulamentação e o retorno do capital estrangeiro.

O fim da década de 80 e o desenrolar da década de 90 vão trazer profundas mudanças para o país e para o setor sucroalcooleiro. A redemocratização política, a adesão para o modelo neoliberal, juntamente com a abertura econômica do país, culminando na crise do Proálcool e com a desregulamentação do subsetor são fatores que iriam determinar uma transformação estrutural profunda do Brasil.

Com a extinção do IAA, com o processo de desregulamentação e a mudança institucional do país, os grupos empresariais canavieiros ficam frente a uma nova realidade,

que os levam a alterar seus comportamentos e criar estratégias de sobrevivência e expansão (RAMOS; SZMRECSÁNYI, 2002).

A maioria das usinas em nosso país foi instalada durante o Proálcool, programa governamental que deixou profundas marcas e um grande legado na agroindústria canavieira, e que se destacou por algumas características: a produção concentrada no Estado de São Paulo, usinas administradas por gestão familiar, formação de usinas mistas (produzindo tanto açúcar como álcool) e com uma integração produtiva vertical entre a cadeia agrícola e a industrial (PINTO, 2011).

Na década de 80 vai ocorrer uma desaceleração do Programa do Proálcool, culminando em 1989 com a crise de desabastecimento. Alguns fatores internos e externos determinaram a estagnação do programa, tais como: o crescimento da produção interna de petróleo (que reduzia a dependência externa), o aumento constante dos preços internacionais do açúcar e a crise do setor público brasileiro (MACEDO, 2011).

Ramos (2007) destaca a crise financeira pública abrangendo União e Estados, reduzindo drasticamente os recursos destinados ao Proálcool. “Na década de 80 [...] os recursos governamentais começaram a se esgotar. Nesta época, os indicadores econômicos do País eram desfavoráveis, levando a uma política de contenção de gastos públicos.” (WATANABE, 2001, p. 27), tanto que em 1989 as exportações de açúcar realizadas pelo IAA são privatizadas.

No final da década de 80 ocorre um crescimento na produção interna de petróleo, fazendo com que o país torne-se aos poucos autossuficiente, reduzindo as importações de petróleo em mais de 60%, e com isso o Proálcool com seus grandes subsídios passa a ficar caro para o país (SZMRECSÁNYI; MOREIRA, 1991).

Importante salientar para este estudo que o termo etanol é sinônimo de álcool, e que com o advento do Proálcool o termo etanol se tornou mais corriqueiro, porém com a diferença que o etanol anidro é aquele misturado à gasolina (possui 99,6% de graduação alcoólica, considerado etanol puro), já o etanol hidratado é o vendido em postos como combustível (possui entre 95,1% e 96% de graduação alcoólica) (NOVACANA, 2017).

Um dos piores momentos da crise do setor foi o desabastecimento de álcool hidratado ocorrido em 1989, onde os usineiros aumentaram a produção e exportação de açúcar em detrimento da produção de álcool, com o objetivo de aproveitar o aumento do preço do açúcar no mercado internacional. Este fato iniciou uma troca de denúncias entre Governo, usineiros e dirigentes da Petrobrás (VIAN, 2003; SHIKIDA; MORAES; ALVES, 2004).

Com o desabastecimento de álcool os consumidores começam a optar pelos modelos movidos à gasolina, e a credibilidade do Proálcool começa a ser questionada (MACEDO, 2011).

Watanabe (2001, p. 28), caracteriza a década de 90 como uma soma de vários fatores que levaram a desaceleração econômica do Proálcool, e mais que isso, uma mudança drástica na política, economia e instituições, com o surgimento de um novo modelo de Estado:

Na década de 90, já na segunda fase do Programa Nacional do Álcool, Proálcool, com carros movidos a álcool hidratado, a demanda deste produto estava super aquecida, ocorrendo uma crise de desabastecimento do produto, comprometendo o futuro do Programa, [...]. O descompasso entre oferta e demanda e o início de problemas entre o setor privado e o governo, bem como a abertura comercial iniciada pelo governo do então Presidente da República Fernando Collor de Melo evidenciaram a necessidade de um novo modelo de intervenção estatal do setor.

De acordo com Pinto (2011, p. 68) “apesar de seu fracasso, o Proálcool deixou um importante legado traduzido em tecnologia, conhecimento e infraestrutura que ajudaria o país a obter importantes vantagens competitivas nos mercados de açúcar e etanol” nas décadas futuras.

Em maio de 1990 o presidente Fernando Collor de Mello através do Decreto nº 99.240/90⁶ (BRASIL, 1990), determina a extinção do IAA, e com ele o fim da intervenção direta do governo no setor, que transcorreu desde a década de 30. Chegava ao fim o protecionismo público e se iniciava a desregulamentação do setor sucroalcooleiro no Brasil, juntamente com sua desestruturação (SHIKIDA; MORAES; ALVES, 2004).

Durante 60 anos (de 1930 a 1990) o setor sucroalcooleiro viveu sob a forte intervenção do Estado, que promoveu o desenvolvimento do setor no país, e atuava, por exemplo, na fixação de preços, na comercialização, no controle de produção (onde as usinas tinham que obedecer as quotas de produção de álcool e de açúcar determinadas pelo Governo) e na intermediação de conflitos entre os atores envolvidos no setor, além do intercâmbio político entre o público e os grupos privados. (PAULILLO et al., 2007), fatos que iriam mudar drasticamente com a extinção do IAA nos anos que se sucederam, pois depois de 60 anos o subsetor estava desprotegido do ambiente externo.

⁶ BRASIL. Poder Executivo. Decreto nº 99.240, de 7 de Maio de 1990. Dispõe sobre a extinção de autarquias e fundações públicas, e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 8/5/1990, Página 8629 (Publicação Original). Coleção de Leis do Brasil - 1990, Página 1901 Vol. 3 (Publicação Original). Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1990/decreto-99240-7-maio-1990-334844-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 11/09/2018.

Esse fato foi apenas uma consequência do processo de mudança que o país atravessava com a abertura comercial. Processo iniciado por uma forte vertente neoliberal, representada pelo governo Collor (1990-1992) e com continuidade no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que alterou de modo significativo a política nacional de comércio exterior (WATANABE, 2001).

Com o Consenso de Washington, em 1989, alguns órgãos financeiros internacionais (FMI, BID) e funcionários do governo norte-americano, reuniram-se para discutir a situação econômica dos países latino-americanos. O resultado desta reunião foi o consenso para a implantação de medidas neoliberais para os países que passavam por crises político-econômicas com o objetivo de conceder “cooperação financeira externa” (BATISTA, 1994, p. 6).

Essas mudanças institucionais que começaram a ocorrer, tanto no cenário político como no econômico do país, tem origem no movimento neoliberal, tanto que os objetivos do país para controlar a inflação (estabilidade monetária), realizar reformas tributárias (controlar gastos públicos e obter equilíbrio nas contas públicas), e facilitar a entrada de capitais estrangeiros, coincidem com os objetivos propostos pelos neoliberais (BACCARIN, 2005).

De acordo com Shikida e Bacha (1999), com a reforma neoliberal em andamento, a principal medida adotada foi a redução do poder interventor do Estado na economia, e uma destas medidas foi a extinção de órgãos públicos ligados a agroindústria canavieira, como o IAA.

Tem início uma desregulamentação gradual, com a liberalização econômica de todo o país. A liberação dos preços do setor sucroalcooleiro foi feita aos poucos, entre os anos de 1995 e 1999, sendo liberados os preços da cana, do açúcar, e do álcool, gradativamente. De acordo com Macedo (2011) esses adiamentos graduais aconteceram pela tensão entre o governo e alguns representantes do setor que possuíam grande influência política.

Vegro, Filho e Amaro (2003) afirmam que o setor sucroalcooleiro foi um dos primeiros a ser desregulamentado, traçando uma cronologia desse processo gradual:

1990 - extinção do IAA: liberação das exportações de açúcar e álcool que antes passavam pela autorização do instituto.

1991 - os subsídios às usinas são cortados.

1995 - liberação da produção, distribuição, revenda e preços do açúcar.

1996 - liberação da produção, distribuição, revenda e preços do etanol anidro (misturado a gasolina).

1999 - liberação do etanol hidratado (combustível) e da cana-de-açúcar.

Com a abertura do mercado em 1999 o planejamento estatal assume somente um caráter indicativo, e não mais de interventor, transformando assim o ambiente institucional e organizacional do setor sucroalcooleiro (WATANABE, 2001).

A partir de 1999, têm início as grandes mudanças que irão impactar na cadeia produtiva, e com isso as usinas começam a adotar estratégias de competitividade diante de um cenário marcado pela concorrência e pelo afastamento do Estado, cuja atuação norteava as relações entre os atores do setor. Iniciava-se uma nova dinâmica para a indústria canavieira do Brasil (MACÊDO, 2011; BORGES; COSTA, 2008).

De modo resumido, Carvalho e Gallo (2012, p. 3) sintetizam o processo de desregulamentação e reestruturação do setor, dando destaque para a troca do modelo de administração familiar para a administração gerencial e as adequações institucionais, como as trabalhistas e ambientais:

Em 1988 tem início o processo de desregulamentação do subsetor, com o fim do monopólio do governo federal para as exportações de açúcar, assim como o fim da política de cotas para a comercialização do produto no mercado interno. Em março de 1990 é extinto o IAA e as cotas para a produção do açúcar deixam de existir em 1991. No final dessa década (mais precisamente entre os anos de 1997 e 1999) foram liberados os preços primeiro do açúcar, após os do álcool e finalmente os da cana. Mas é entre os anos de 1998 e 2000 que oficialmente ocorre à desregulamentação do mercado sucroalcooleiro, com o Estado não mais intervindo diretamente no setor e iniciando o período de reestruturação da agroindústria canavieira. A partir desse momento inicia-se o processo de concentração de capital no subsetor. Com a concentração e a internacionalização do capital, iniciou-se a reestruturação interna da agroindústria, fundada em dois pontos principais: a forma de administração, que se constitui na troca do modelo de administração familiar pela adoção do modelo gerencial (próprio de empresas de ponta da indústria e do mercado financeiro); e o paradigma produtivo, que passou a se adequar às exigências institucionais nas relações trabalhistas e em relação às questões ambientais, principalmente através da intensiva mecanização.

De acordo Macedo (2011, p. 12), o setor passaria por várias mudanças e crises provocadas por reestruturações internas (fusões e aquisições), pelo avanço da tecnologia (motores flex fuel, bioplástico) e pela oscilação dos mercados internacionais (crise econômica mundial de 2008), finalmente sentidos devido à abertura econômica:

Após a desregulamentação do setor, em 1999, a indústria da cana-de-açúcar inicia um importante movimento de reestruturação que ainda se encontra em curso. Esse processo ocorre em ciclos que são influenciados por diferentes fatores como, por exemplo: a própria desregulamentação, o lançamento da tecnologia de motores flex fuel em 2003, o aumento do interesse de diversos países pelos biocombustíveis principalmente a partir de meados de 2007 e 2008, a alta dos preços do petróleo em 2008, e, em especial, a crise financeira mundial iniciada em setembro de 2008, além das novas tecnologias que têm sido desenvolvidas para o uso da cana-de-açúcar, como a comercialização de energia elétrica a partir da queima do bagaço, o diesel

produzido a partir da fermentação da sacarose da cana, a produção de polímeros (bioplásticos), entre outras possibilidades.

A economia brasileira inicia uma nova fase marcada pela abertura econômica e pelo processo de desestatização e desregulamentação, que provoca a reestruturação do setor sucroalcooleiro através de algumas estratégias de competitividade: a formação de *holdings*, a transformação de empresas em sociedades anônimas de capital aberto, bem como a abertura de capitais na bolsa de valores, a entrada do capital estrangeiro, o processo de fusões, aquisições e incorporações e as inovações organizacionais e tecnológicas.

Ramos e Szmrecsányi (2002) e Carvalho e Gallo (2012) corroboram esta afirmação: devido a todas estas crises e mudanças os grupos açucareiros vão buscar no mercado de capitais uma nova alternativa de financiamento, o que leva “a criação de *holdings* e à transformação de empresas em sociedades anônimas de capital aberto” (RAMOS; SZMRECSÁNYI, 2002, p. 102). Já a adoção do processo de fusões, aquisições e incorporações de unidades industriais, realizadas pelo investimento de capital estrangeiro e nacional, estabelecem uma transformação estrutural organizacional, e de acordo com Carvalho e Gallo (2012) provocam a concentração e a internacionalização do capital.

O movimento de fusões e aquisições no setor começou a ganhar impulso a partir de 2000. Levantamento da consultoria KPMG mostra que houve 37 negócios envolvendo fusões e aquisições entre 2000 e 2005 (SCARAMUZZO, 2006).

Inicia-se assim a formação de empresas de grande porte, com destaque para a entrada de grandes grupos estrangeiros, ocasionando a concentração de capital (CARVALHO, 2013). Forma-se o ambiente propício e atrativo ao capital externo e se inicia uma subdivisão dos grupos sucroalcooleiros, bem como o surgimento de novos. O maior destaque deste período vai para o retorno do capital estrangeiro, e sua entrada definitiva e progressiva no subsetor, devido ao novo ambiente competitivo provocado pela desregulamentação estatal (PINTO, 2011).

Pinto (2011) divide a entrada das empresas estrangeiras no setor sucroenergético em três períodos: o primeiro que vai de 1995 a 2002 é marcado pela desregulamentação e pela expansão do mercado internacional do açúcar. O segundo período que vai de 2003 a 2008 vai ser caracterizado pela diversificação nas usinas e marcado com o “boom” do etanol provocado pelos carros flex e pelo avanço da biotecnologia que transforma açúcares em óleos similares aos derivados do petróleo, além da produção de alimentos e energia. O terceiro período de

2009 a 2011 caracterizado pela crise econômico-financeira deflagrada pelo estouro da bolha imobiliária americana.

No primeiro período houve a entrada de quatro empresas estrangeiras, todas francesas, sendo duas trading companies (Louis Dreyfus Commodities e Sucden) e duas cooperativas agroindustriais (Union DAS/Tereos e Béghin-Say) (PINTO, 2011).

No segundo período foi onde mais ocorreu a entrada de grupos estrangeiros via investimento direto (seja por aquisições ou projetos *greenfield*), com dezoito empresas no total. Destas, sete eram trading companies: três dos Estados Unidos (Cargill, Bunge e ADM), uma de Hong Kong (Noble Group) e três do Japão (Sojitz Corporation, Itochu e Mitsui). Cinco eram start-ups formadas por fundos de investimento: a Infinity Bio-energy (Brasil/EUA), a Clean Energy Brazil (Brasil/Inglaterra), a CNAA (Brasil/EUA), a Brenco (Brasil/EUA) e a VREC (Brasil/EUA/Inglaterra/ Bélgica). O restante, uma era petrolífera (a BP da Inglaterra), uma petroquímica (a Dow Chemical dos EUA), uma indústria de biotecnologia (a Amyris dos EUA), uma indústria do açúcar (a Colgua do Panamá), uma produtora de grãos (a Adecoagro da Argentina) e uma do ramo de geração e distribuição de energia elétrica (a Abengoa da Espanha) (PINTO, 2011).

No terceiro período ocorreu a entrada de quatro empresas: a Shree Renuka (maior produtora de açúcar na Índia), a trading suíça Glencor, a produtora de grãos argentina Los Grobo e a petrolífera Royal Dutch Shell com sede na Holanda, isso até o ano de 2011 (PINTO, 2011).

2.3 - A desregulamentação na região de Araraquara

No final da década de 80 a região de Araraquara contava com oito usinas: Santa Fé (Nova Europa), Tamoio (Araraquara, entre a década de 70 e 80 a usina Tamoio foi adquirida pelo grupo Corona), Santa Cruz (Américo Brasiliense), Zanin (Araraquara), da Serra (Ibaté), Maringá (Araraquara), Ipiranga (Descalvado) e Santa Luiza (Motuca). Nesta pesquisa, por falta de dados, não se obteve informações quanto às destilarias que estavam em atividade durante o Proálcool: Lagoa Dourada (Dobrada), Santa Helena e São Gregório (Ibaté) e Contendas (Taquaritinga).

O quadro 15 sintetiza o número de usinas na região de Araraquara, ao final da década de 1980:

Quadro 15 - Usinas na Região de Araraquara ao final da década de 80.

Final Década de 80		
Usina	Município	Família/Grupo
Tamoio	Araraquara	Silva Gordo-Corona
Zanin	Araraquara	-
Maringá	Araraquara	-
Santa Cruz	Américo Brasiliense	Ometto
Santa Luiza	Motuca	Malzoni
Santa Fé	Nova Europa	Malzoni
Ipiranga	Descalvado	-
Da Serra	Ibaté	Ivo Morganti

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Uma hipótese para o processo de fusões e aquisições no subsetor é que este surge com o objetivo estratégico de combater a concorrência, e também, como uma maneira de garantir uma maior quantidade de terras (próprias ou arrendadas) para o plantio da cana, diante de uma capacidade produtiva industrial mecanizada e informatizada.

Várias fusões, aquisições e formação de novos grupos empresariais marcam a região de Araraquara a partir de 2005, processo facilitado pela captação de recursos através da abertura de capital na bolsa de valores e com as parcerias com grupos estrangeiros.

O primeiro fechamento de usina na região de Araraquara ocorre no ano de 2007, com a Usina Santa Luiza, em Motuca (objeto deste estudo), que foi adquirida pelas usinas São Martinho, Cosan e Santa Cruz, que formaram uma *holding*, e adquiriram conjuntamente a Usina por R\$ 179,3 milhões. (JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO, 2007).

Em 2007, logo depois da abertura de capital na Bolsa de Valores de São Paulo, o Grupo São Martinho (Pradópolis) se une com a Usina Santa Cruz (Américo Brasiliense) e Cosan (Piracicaba), formando uma *holding*: a Etanol Participações, comprando a Usina Santa Luiza por R\$ 179,3 milhões. O grupo São Martinho desembolsou R\$ 74,7 milhões (valor obtido na oferta pública de ações). O grupo Cosan investiu R\$ 59,8 milhões e a Usina Santa Cruz R\$ 44,8 milhões (obtidos de suas posições de caixa). O grupo São Martinho ficou com 41,67% da Usina Santa Luiza, enquanto Cosan ficou com 33,33%, e a Usina Santa Cruz com 25%. (JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO, 2007), e no fim do mesmo ano o grupo fechou a usina definitivamente.

De acordo com Ferreira (2009, p.2, grifo nosso):

[...] o que chamamos de segundo plano de racionalização da cultura canavieira, ocorrido no estado, como o que envolveu a compra da Usina Santa Luiza, município de **Motuca**, diferenciando-se por ser uma usina em franca expansão e desenvolvimento, não pertencente a nenhum grande grupo do setor. Cremos que esse fato é muito importante, evidenciando uma tendência que venha a ocorrer em

áreas tradicionais do estado, visto que se existem grandes usinas que podem se transformar em um estorvo para o desenvolvimento do capitalismo oligopolista.

Desde 2000, o grupo São Martinho (Ometto) criou uma estratégia para consolidar o conceito de grupo empresarial, com a padronização de uma marca, o que levou a abertura do capital da companhia em 2007, buscando assim uma competitividade cada vez maior (GRUPO SÃO MARTINHO, 2017).

Em 2011 o Grupo São Martinho adquire 32,5% das quotas dos acionistas minoritários da usina Santa Cruz. Em 2014 o grupo São Martinho assume o controle total da unidade, com a compra das ações do acionista majoritário, Luiz Ometto (que na época também era vice-presidente do conselho da São Martinho), ficando com 92.14% da nova controlada. (BATISTA, 2014).

Atualmente o grupo São Martinho é composto pelas usinas São Martinho, em Pradópolis, na região de Ribeirão Preto (SP); Iracema, em Iracemápolis, na região de Limeira (SP), Santa Cruz, localizada em Américo Brasiliense (SP) e Boa Vista, em Quirinópolis, a 300 quilômetros de Goiânia (GO). A companhia também possui uma unidade para produção de ácido ribonucleico, a Omtek, também localizada em Iracemápolis (GRUPO SÃO MARTINHO, 2017).

De acordo com o grupo São Martinho (2017), “As usinas São Martinho, Iracema e Santa Cruz produzem açúcar e álcool, enquanto que a Usina Boa Vista é dedicada exclusivamente à produção de álcool. Todas elas geram energia elétrica a partir da queima do bagaço da cana, garantindo autossuficiência”.

Em 2016 ocorre a incorporação com a Nova Fronteira Bioenergia uma subsidiária da Petrobrás Biocombustíveis (PBIO), na qual a estatal detém 49%. “Com essa operação, a petroleira passa a deter 6,59% do capital total da São Martinho S.A. Em 23 de fevereiro de 2017 a companhia finalizou o processo de incorporação” (COIMBRA; NETO, 2017, p. 4).

A Cosan nasce em 1936 a partir da usina Costa Pinto em Piracicaba-SP (dos Ometto). A partir de 1986 a companhia adquire novas usinas, incluindo a usina da Serra (Ibaté) em 1998, e inicia a exportação de açúcar, expandindo cada vez mais. No ano de 2000 cria a marca Cosan (COSAN, 2009).

Em novembro de 2000 surge a *joint venture* Franco Brasileira S.A Açúcar e Álcool (FBA) estabelecida entre a Cosan, a Sucden (participação minoritária de 5%) e a Union SDA, ambas francesas. Para a composição do capital social da joint venture, “a Sucden contribuiu

com US\$ 3,7 milhões, a Union DAS investiu US\$ 35,2 milhões e a Cosan contribuiu com a incorporação da Usina Ipaussú” (PINTO, 2011, p. 71).

Em 2001, logo após sua formação, a FBA iniciou suas aquisições, sendo sua primeira usina a Univalem S.A Açúcar e Álcool em Valparaíso – SP e logo depois a usina Guanabara. Em 2002 ocorre a fusão entre a Union SDA com a Union BS, surgindo a Tereos (PINTO, 2011).

Em 2004 a FBA adquire as 4 empresas do grupo Destivale (uma usina, duas empresas agrícolas proprietárias e arrendatárias de terras e um posto de combustível para o abastecimento da frota do grupo). Assim, a FBA se tornava a primeira *joint venture* formada por investidores nacionais e estrangeiros (PINTO, 2011).

Em 2005 a Cosan se torna a primeira empresa do setor a abrir o capital na Bovespa, levantando US\$ 400 milhões, com estrangeiros em sua composição acionária (COSAN, 2009). Neste mesmo ano a FBA é incorporada ao grupo Cosan por meio de uma troca de ações:

De acordo com Pinto (2011, p. 71):

[...] a Sucden transferiu sua parcela no capital social da FBA à Cosan em troca de 0,93% do capital social desta. O mesmo fez a Tereos [...] Por sua participação de 47,5% na FBA, a Tereos recebeu 8,85% do capital social da Cosan. Naquele mesmo ano, a Sucden ampliou sua participação no capital da Cosan para 2,4% em uma operação que contou também com a participação do conglomerado senegalês Lewigton e da companhia de investimentos sediada na Suíça, Commonwealth. Essas duas empresas adquiriram 5,29% e 0,59% das ações da Cosan.

Do total do capital da empresa, mais da metade (57,98%) está nas mãos do empresário Rubens Ometto de Silveira Mello, presidente do grupo. Outros 21,23% estão divididos entre o grupos frances Tereos (8,85%), a Sucden (2,4%), Lewigton (5,29), Commonwealth (0,59%) e a chinesa Kuok (4,1%). O restante está diluído em ações no mercado (investidores estrangeiros e nacionais) (SCARAMUZZO, 2006; PINTO, 2011).

Atualmente, a Cosan diversificou sua atuação no mercado, e através da *holding* Cosan Limited administra seu portfólio que reúne as empresas: Raízen Combustíveis (rede de distribuição de combustíveis com mais de 6.000 postos sob a marca Shell), Raízen Energia (fabricante de álcool e exportadora de açúcar), Comgás (distribuidora de gás natural), Moove (produtora e distribuidora de lubrificantes, com destaque para a marca Mobil) e Rumo (empresa logística com mais de 12 mil quilômetros de ferrovia em sete Estados brasileiros) (COSAN, 2017).

Em 2010 é formada uma *joint venture* entre a petrolífera Royal Dutch Shell PLC (Shell) e Cosan. Em 2011 o negócio se consolida e surge a Raízen, empresa avaliada em R\$ 20 bilhões e faturamento anual estimado em R\$ 50 bilhões (PINTO, 2011).

Os ativos da Cosan que foram envolvidos na *joint venture* incluem vinte e seis usinas, entre elas três usinas da região de Araraquara: da Serra em Ibaté, Tamoio e Zanin em Araraquara (PINTO, 2011).

Os ativos da Cosan que ficaram de fora da negociação incluem: as marcas de açúcar destinadas ao varejo (União e da Barra), lubrificantes (Mobil), Radar Propriedades Agrícolas (que atende as usinas do grupo por meio da prospecção e arrendamento de terras) e Rumo Logística (transporte e armazenagem de açúcar para terceiros) (MAGOSSO, 2010).

Atualmente, na região de Araraquara, a Raízen possui apenas a usina da Serra e a Zanin em atividade, pois a usina Tamoio foi desativada em novembro de 2017, e de acordo com um informativo do grupo Raízen, o fechamento se deu pela falta de matéria prima na região (TOMAZELA, 2017).

Pode-se dizer que a Cosan é uma empresa que se aproveitou do momento para promover fusões e aquisições aproveitando sua estrutura e seu capital.

Portanto, o grupo São Martinho (Ometto), Cosan (Ometto) e Santa Cruz (Ometto, adquirida em 2014 pela São Martinho) adquirem e fecham no mesmo ano (2007) a usina Santa Luiza, e no ano de 2011 a São Martinho adquire a maior porcentagem de ações da usina Santa Cruz, pertencentes ao mesmo grupo.

Outra usina da região de Araraquara seria desativada: a usina Maringá, pertencente ao grupo Diné, que também possui a usina Santa Rita em Santa Rita do Passa Quatro, e a Santa Rita II em São Félix do Araguaia – MT. A usina Maringá encerrou suas atividades entre 2013/2014, com uma dívida em torno de R\$ 1 bilhão e com mais de 50 inquéritos trabalhistas no Ministério do Trabalho (CANA ONLINE, 2015).

Em 1993 a usina Ipiranga de Descalvado é vendida para os seis acionistas, irmãos, da açucareira Santo Alexandre, de Mococa. Em 1997 ocorre a fusão entre as duas empresas, transformando a unidade de Descalvado em matriz e a de Mococa em filial. Em 2005 o grupo adquire a usina Iacanga, e em 2015 ocorre a incorporação da usina Ipiranga e Santo Alexandre pela usina Iacanga, onde a razão social se altera para Ipiranga Agroindustrial S/A. Atualmente a usina Ipiranga é usina sócia da Copersucar, responsável pela comercialização do açúcar e do álcool entre usina e clientes e de sua operacionalização logística (USINA IPIRANGA, 2018).

A usina Santa Fé de Nova Europa é a única que ainda não se transformou em um grande grupo, seja de capital estrangeiro, com outra usina ou com empresas de comercialização. Possui como acionistas os descendentes de seu último proprietário, Roberto Malzoni (um dos sócios da usina Santa Luiza de Motuca). A usina faz parte do grupo Itaquerê, que também possui a Agropecuária Nova Europa, que detêm as terras do grupo (USINA SANTA FÉ, 2018).

O quadro 16 retrata a evolução do processo de fusões e aquisições na região de Araraquara desde 1980:

Quadro 16 - Processo de Fusões e Aquisições na Região de Araraquara pós-80.

Década de 80	Desregulamentação	Grupo Original Nacional das compradoras	Situação Atual
Tamoio	Adquirida pela Cosan/Raízen	Ometto	Desativada 2017
Santa Fé	Não sofreu mudanças	Malzoni	ativa
Santa Cruz	Adquirida pelo Grupo São Martinho em 2014	Ometto	ativa
Zanin	Adquirida pela Cosan/Raízen	Ometto	ativa
Da Serra	Adquirida pela Cosan/Raízen em 1998	Ometto	ativa
Maringá	Desativada	Falência	Desativada 2013/2014
Ipiranga	Fusão e Incorporação da Usina Santo Alexandre e Usina Iacanga	Sócia Copersucar	ativa
Santa Luiza	Adquirida pela holding Etanol Participações, formada pela Usina Santa Cruz, Cosan e São Martinho.	Ometto	Desativada 2007

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Atualmente a região de Araraquara possui cinco usinas em funcionamento. Duas usinas (Zanin e Da Serra) pertencentes ao grupo Raízen da família Ometto (o grupo Raízen é controlado pela holding Cosan), com destaque para a parceria com a petrolífera Shell. Uma usina (Santa Cruz) pertencente ao grupo São Martinho, outra vertente da família Ometto. A usina Ipiranga, que ao longo deste período se fundiu e incorporou mais duas usinas de outras regiões, sendo sócia da Copersucar. E a última usina, a Santa Fé, esta sendo a única que não sofreu alterações no período estudado.

Pode-se concluir no decorrer deste estudo que através da estratégia de fusões e aquisições ocorreu o desenvolvimento do capitalismo oligopolista com a presença de investimentos estrangeiros, juntamente com a concentração fundiária (seja de terras próprias ou arrendadas) e de capital.

A primeira usina a ser adquirida (e fechada) na região de Araraquara pela família Ometto (Cosan/São Martinho) foi a usina Santa Luiza no município de Motuca, (transação já citada anteriormente).

Ferreira (2009, p.16, grifo nosso) relata:

O município de **Motuca**, exemplo clássico de município emancipado graças à existência da parte industrial da Usina Santa Luiza, a pouco menos de duas décadas;

tem com a perda da sua principal atividade econômica, o sério risco de ver a debandada de sua população, a fim de procurarem uma nova atividade para seu sustento.

Pode-se dizer que o município de Motuca foi o primeiro na região de Araraquara a “sofrer” as consequências do processo de desregulamentação que o país atravessava, bem como com o processo de fusões e aquisições. Faz-se necessário um estudo deste município para concluir se o risco a que se referiu Ferreira e Alves (2009), na citação acima, se concretizou ou não, e até mesmo pesquisar o impacto nas receitas da prefeitura, bem como suas implicações socioeconômicas com o fechamento da usina Santa Luiza.

2.4 – O município de Motuca e a usina Santa Luiza.

Motuca é um município situado no Estado de São Paulo, pertencente a 12^a região Administrativa Central (Araraquara), na região nordeste do Estado, a 311 quilômetros da capital, e possui como municípios limítrofes: ao norte, Guariba e Guataporã, ao sul, Araraquara, ao oeste, Matão e Dobrada e à leste, Pradópolis, Guataporã e Rincão (SEADE, 2017).

Os rios do município fazem parte da bacia hidrográfica do Rio Paraná, onde a bacia local do rio Mogi-Guaçu recebe águas do Monte Alegre, Lageado e Córrego dos Macacos (FERREIRA, 2002).

Quanto às rodovias, está localizada à 50 Km da Rodovia Washington Luiz com interligações com as Rodovias Anhanguera e Bandeirantes. Está a 25 Km da SP 255 que liga o norte do Paraná ao Triângulo Mineiro, e também a 25 km da Rodovia Brigadeiro Faria Lima (FERREIRA, 2002).

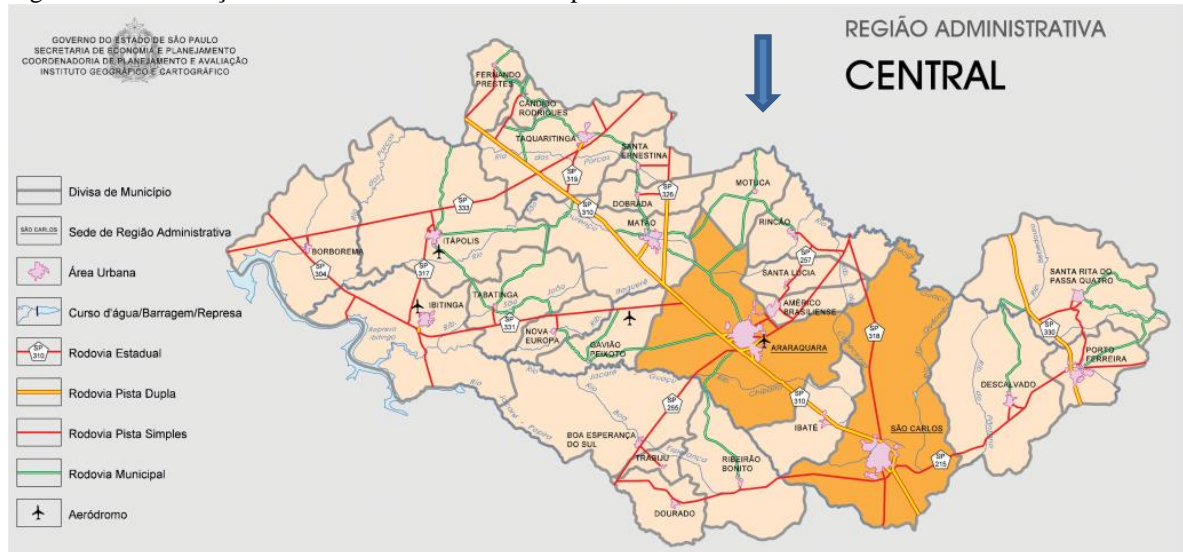
A figura 2 e a figura 3 ilustram a localização do município na região administrativa central do Estado de São Paulo:

Figura 2 - Localização da área de estudo.



Fonte: IGC - Instituto Geográfico e Cartográfico (2017).

Figura 3 – Localização da área de estudo – O município de Motuca.



Fonte: IGC - Instituto Geográfico e Cartográfico (2017).

De acordo com dados do IBGE de 2010, o município de Motuca possui uma área territorial de 228,7 Km², com 4.536 habitantes, sendo 3.531 habitantes em área urbana, em 979 domicílios, e 1.005 habitantes na área rural, em 377 domicílios. Se convertermos Km² para hectares, a área territorial total do município é de 22.870 hectares, com uma área cultivada em 2015 de 21.677 hectares, restando apenas 1.123 hectares de área não cultivada, incluindo a área urbana. Por estes dados pode-se notar que se trata de um pequeno município que possui uma área agrícola de 95%, da área total do município. (IBGE, 2010; SEADE, 2017).

O município em estudo também possui em seu território o assentamento Monte Alegre, que se constituiu entre 1985 e 1991, e que é formado por seis núcleos: os núcleos III e

VI pertencem ao município de Araraquara, enquanto os núcleos I, II, IV e V a Motuca, e que representam 2.747 hectares de seu território (ITESP, 2017).

Figura 4 - Vista aérea da área urbana do município de Motuca



Fonte: Prefeitura do Município de Motuca (2016).

No fim do século XIX a vila de Motuca fazia parte da Sesmaria do Simão, pertencente à fazendeira Hermínia Vieira Borba Moura, da família do bandeirante Borba Gato (LUIZ, 2013).

Em 1 de fevereiro de 1893 era inaugurada a Estação Ferroviária de Motuca, e o vilarejo se tornou um entroncamento ferroviário da Estrada de Ferro da Companhia Paulista, onde o ramal saía de Rincão, passava por Motuca, Guariba e chegava a Jaboticabal. Em 1922 a linha se estendeu até Bebedouro (FERREIRA, 2002).

Seu crescimento se inicia com a estrada de boiadeiro (esta estrada se iniciava no Rio Grande do Sul, passava pelo Estado de São Paulo, inclusive no município de Araraquara e Motuca, seguindo para Minas Gerais e Goiás) e a fazenda do Lajeado e a fazenda Monte Alegre eram utilizadas para o descanso e a pernoite da boiada, local escolhido devido ao grande pasto que possuía e a rica presença de rios, córregos e cachoeiras (FERREIRA, 2002; LUIZ, 2013).

No entroncamento da estrada de ferro com a estrada de boiadeiro se embarcava o gado nos vagões de trem, como também descarregavam boiadas de regiões distantes. Os boiadeiros tiveram tanta importância que o nome do município foi dado por eles, devido a vasta presença de um inseto denominado por mutuca, e os moradores para diferenciar o inseto da cidade batizaram o vilarejo de Motuca (FERREIRA, 2002).

As atividades econômicas que prevaleciam na vila em 1908 eram a horti-fruti-granjeiros e a cafeicultura. O café era produzido mais por imigrantes portugueses que

exportavam sua produção para a Europa através da estrada de ferro até o porto de Santos (FERREIRA, 2002).

No início a vila possuía apenas algumas casas, a estação e um armazém, porém a estrada de ferro atraiu novas famílias que compraram algumas terras ou se fixaram na área urbana. Aos poucos a fazendeira Hermínia Vieira Borba Moura foi vendendo suas terras, além de doar uma parte para a vila, onde foi construída em 1920 a única igreja católica do município (LUIZ, 2013).

As terras foram vendidas para imigrantes portugueses, alemães, italianos e principalmente japoneses. A maioria dos imigrantes chegava ao Brasil para trabalhar nas vastas fazendas de café, e com o pouco de dinheiro que conseguiam juntar compravam terras para a plantação de arroz, café, milho e algodão (LUIZ, 2013).

No dia 15 de março de 1915 foi inaugurada a primeira colônia japonesa particular do Brasil, o Núcleo Colonial Tókyo de Motuca. De acordo com Okubaro (2006, p. 17):

Antes da constituição desse núcleo, um grupo de quatro famílias que já se haviam livrado dos contratos de trabalho nas fazendas de café obtiveram por cessão da proprietária Hermínia Ferraz Borba, uma área de terra para desmatamento. Com a derrubada das árvores, esse pequeno grupo tinha como objetivos fornecer dormentes e lenha para a companhia ferroviária, obter madeira para a construção de suas moradias e preparar uma área para cultivo próprio ou comercialização. As quatro famílias comprometeram-se a comprar a terra mais tarde, o que acabaram fazendo pouco tempo depois. Foi essa compra que permitiu a instalação da Colônia Tokyo, formada no início por quinze famílias, com sessenta pessoas. Ela cresceu tanto que, quinze anos depois, abrigava cerca de 1.500 pessoas, o que exigiu a criação de oito núcleos-satélite

Com destaque para a família Shimizu e para a figura de Sunao Babá, este último considerado o fundador e líder da colônia japonesa.

Devido ao crescimento agrícola, em 31 de dezembro de 1925 Motuca se tornou distrito do município de Araraquara. (IBGE, 2017). “Nesta época, a vila tinha delegacias, três farmácias, três armazéns, máquinas de beneficiar arroz, café e algodão, além das ruas principais já terem iluminação, produzida com lampiões de carbureto” (LUIZ, 2013, p.8).

O crescimento populacional sofreu duros golpes com o surto de malária no final da década de 20 e com o esgotamento das terras que começaram a ficar inférteis (na época não existiam fertilizantes) em 1940, forçando os japoneses a procurarem novas terras em outras localidades. Em 1968 se tem o fim definitivo da colônia Tókyo de Motuca (LUIZ, 2013).

Com a crise de 1929, e conseqüentemente com a crise do café, houve a substituição gradativa da cultura cafeeira pela cultura da cana-de-açúcar. A cana se espalhou por fazendas e sítios provocando o arrendamento de terras e atraindo o migrante nordestino (IBGE, 2017).

No final da década de 50 o distrito já contava com telefone a manivela, coleta de lixo, delegacia e cartório, porém a área urbana possuía apenas 80 casas e 400 habitantes. A maioria ainda vivia na área rural, com aproximadamente 1.500 habitantes (LUIZ, 2013).

De acordo com Luiz (2013, p. 20), em 1959 a história de Motuca mudaria radicalmente com a abertura da Usina Açucareira Santa Luiza, propriedade da família Malzoni.

Em 22 de dezembro de 1900, os irmãos Januário, Núncio e Domingos Malzoni compram de José Gonçalves Machado, de Messias Ferreira, de Acácio Teixeira Duarte e de outros, “as terras da fazendinha” (que fazia divisa com as terras das fazendas: do Matão, Dobrada, Onça e Cambuhy). Era fundada a “Fazenda Três Irmãos” no município de Matão (LEITE, 1992).

Os três irmãos chegaram ao Brasil em 1887 originários de Ortodonico, província de Salerno na Itália. A fazenda possuía 450 alqueires com 150.000 pés de café, além de 50 casas para os 400 colonos que trabalhavam na fazenda (LEITE, 1992).

Em 08 de agosto de 1944 Francisco Malzoni (filho de Núncio Malzoni) adquiriu dos sobrinhos herdeiros do coronel Elias Teixeira Frota 500 alqueires de terras da Fazenda Santa Maria (que ao total possuía 3.000 alqueires), o restante das terras foi vendido para a Estrada de Ferro Araraquara (LEITE, 1992).

Logo depois, incentivado por seu administrador Washington Carvalho, Francisco comprou as terras do Guarantã, do Tristão e da Ponte, englobando uma área que era conhecida como “campos do Valverde” (LEITE, 1992).

Na fazenda Aquidaban (divisa entre Matão e Motuca), Francisco plantou café, já no restante, tudo campo e serrado, foi plantado cana, com o objetivo de fornecer o produto para a usina Corona (LEITE, 1992).

José Theophilo Fleury Filho (tio do ex governador de São Paulo Luiz Antônio Fleury Filho), dono da Fazenda Cachoeira, recebeu do governo Getúlio Vargas uma cota para produzir 3.200 sacas de açúcar anualmente, porém, se a cota não fosse atingida no prazo de três anos esta seria perdida (LEITE, 1992).

Como Fleury não estava conseguindo atingir a cota anual propôs a Francisco Malzoni comprar sua cota. Em 1958 se produziu a primeira safra de açúcar, e no ano seguinte o

maquinário da usina foi transferido para a Fazenda Santa Cecília em Motuca. Nascia a Usina Açucareira Santa Luiza, que em seus primeiros seis meses de safra produziu 6.200 sacas de açúcar, o dobro da cota estipulada pelo Estado. (LEITE, 1992).

Na década de 60 Motuca continuava estagnada em seu crescimento populacional, com cerca de 1.945 habitantes. O município não possuía asfalto nem água encanada, sendo o poço inaugurado em 1968 e sua primeira caixa d'água em 1971 (LUIZ, 2013).

Francisco Malzoni morre em 1961, deixando como herdeiros seus quatro filhos: Silvio, Carlos Fernando, Roberto e Maria Luiza. Inicialmente Silvio é quem assume o controle da empresa, porém em 1972 o outro filho, Carlos Fernando, também passa a administrar a usina, investindo em novas máquinas e expandindo a estrutura da usina, além de contratar profissionais qualificados como o gerente industrial Rui Pinotti (LUIZ, 2013; MALZONI, 2018).

A única filha de Malzoni, Maria Luiza assume a assistência social da empresa e monta um ambulatório para os trabalhadores (que também era usado pela população do distrito em casos de emergência). Também forneciam moradia para seus funcionários, em casas no distrito de Motuca ou em colônias dentro da usina. Realizaram também doações de terras para o distrito, onde posteriormente foram construídos uma escola e um centro médico e odontológico (LUIZ, 2013; MALZONI, 2018).

O asfalto chega na década de 70 e sua população salta para 2.117 habitantes. Nesta época a usina Santa Luiza se fortalece e a maior parte da população do distrito trabalhava na usina (LUIZ, 2013). Se inicia uma dependência do distrito e das famílias nele residentes com a usina, tanto que quando acabava a água ou a energia no distrito, a usina enviava um caminhão pipa ou contratavam um eletricista para dar manutenção na rede elétrica (LUIZ, 2013; MALZONI, 2018).

De acordo com Luiz (2013, p. 28):

Desde a fundação da Usina Santa Luiza, Fernando, Silvio, Roberto e Maria Luiza viram o pequeno distrito crescer em função da usina. E depender cada vez mais dela. Mesmo não tendo a obrigação de ajudar a vila, eles passaram a sentir-se responsáveis por aquele povo. E por amor a Motuca, eles se tornaram uma espécie de “prefeitura”, fornecendo saúde, emprego, água e energia para a população.

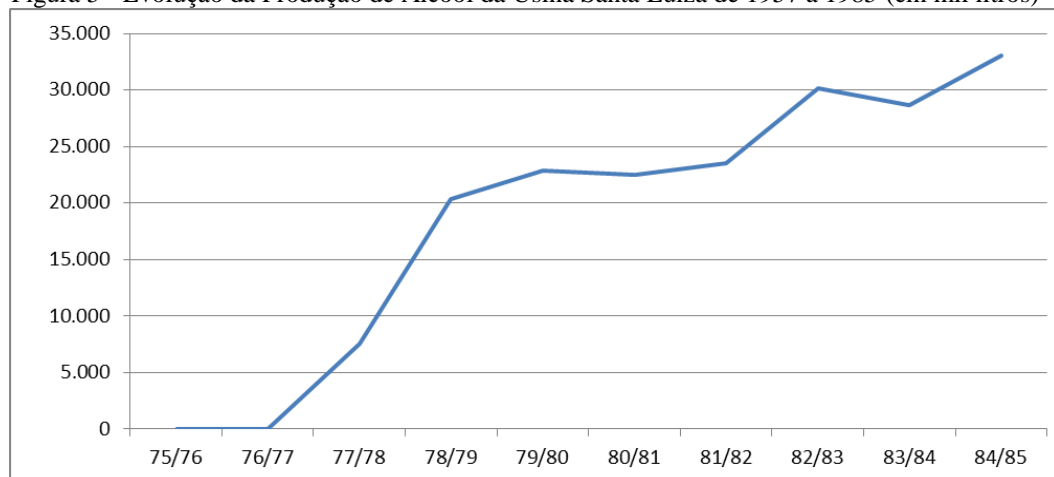
Foi apenas na década de 80 que a empresa se transformou e conseqüentemente transformou a região. Em 1980, bateu um recorde, produzindo quase 1 milhão de sacas de açúcar, de acordo com o quadro 17:

Quadro 17 - Produção da Usina Santa Luiza de 1957 a 1985 (açúcar em sacos de 60 Kg e álcool em mil litros).

Safra	Açúcar (Sacos de 60 Kg)	Álcool (1000 litros)	Safra	Açúcar (Sacos de 60 Kg)	Álcool (1000 litros)
57/58	4.322	0	71/72	200.021	206
58/59	9.131	0	72/73	211.758	0
59/60	16.289	0	73/74	254.266	0
60/61	44.648	213	74/75	200.480	0
61/62	54.505	490	75/76	252.215	0
62/63	40.404	0	76/77	231.134	0
63/64	215.600	0	77/78	331.770	7.547
64/65	47.391	0	78/79	353.000	20.304
65/66	86.772	341	79/80	537.000	22.847
66/67	86.466	779	80/81	743.150	22.506
67/68	154.260	1.037	81/82	833.600	23.500
68/69	124.065	104	82/83	961.000	30.176
69/70	108.741	0	83/84	952.200	28.688
70/71	200.168	181	84/85	917.450	33.005

Fonte: Ferreira (1987, adaptado).

Figura 5 - Evolução da Produção de Álcool da Usina Santa Luiza de 1957 a 1985 (em mil litros)



Fonte: Ferreira (1987, adaptado).

De acordo com Ferreira (2002, p. 12), “a partir de 1986, o DAF/ITESP, órgão do Governo do Estado de São Paulo, instalou em Motuca os assentamentos rurais da reforma agrária na Fazenda Monte Alegre”. De acordo com o mesmo autor, a reforma agrária impactou no município na questão de amparo social, pois os assentados eram pessoas de outras regiões, com pouca técnica e muita vontade de trabalhar na terra.

Quadro 18 - Núcleos do Assentamento Monte Alegre em Motuca.

Município	Assentamento Monte Alegre	Início	Domínio da Terra	No. De Lotes	Área Total (ha)
Motuca	1	mai/85	Estadual	49	726,00
	2	out/85	Estadual	62	857,70
	4	ago/86	Estadual	49	679,35

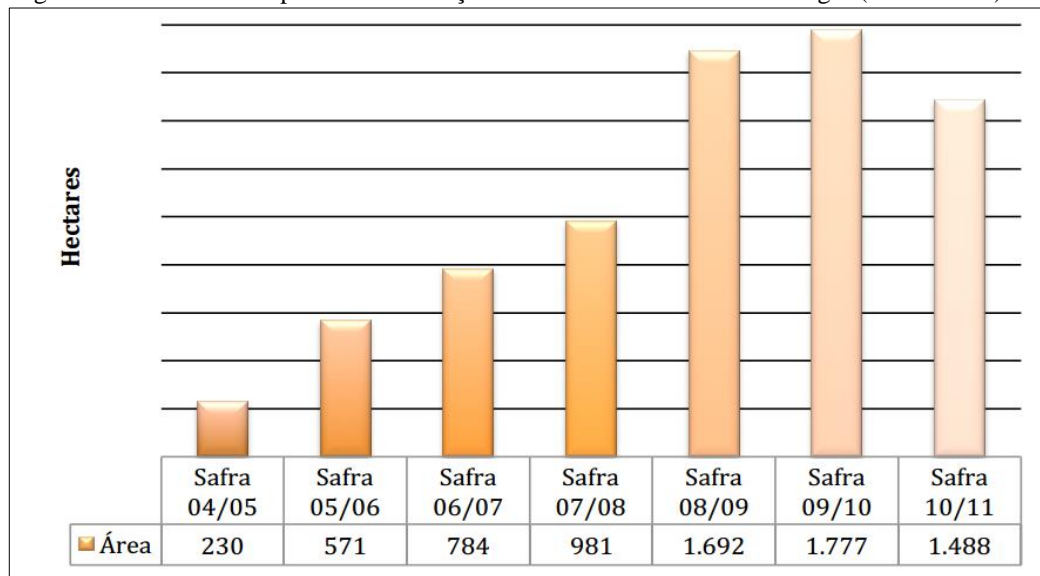
	5	out/91	Estadual	34	483,76
			Total	194	2.747

Fonte: (ITESP, 2017).

A partir de 2002 ocorreu a entrada da cana no assentamento, inicialmente com uma parceria com a Usina Santa Luiza.

A figura 6 ilustra a evolução da área plantada de cana no assentamento:

Figura 6 - Área utilizada para a cana-de-açúcar no assentamento Monte Alegre (em hectares)



Fonte: Bellacosa e Hoffmann (2010).

Nota-se que depois do fechamento da usina em 2007 a área plantada de cana-de-açúcar dobrou no assentamento. Em 2011, 54% da área total do assentamento Monte Alegre era destinada ao plantio de cana-de-açúcar.

De acordo com o estudo realizado por Bellacosa e Hoffmann (2010), a renda da cana propiciou uma melhoria na condição socioeconômica dos assentados, sendo utilizada para pagar dívidas, ampliar e reformar as casas, compra de automóveis e eletrodomésticos, além de servir como investimento em outras culturas e cultivos. Apesar da cana não favorecer o trabalho familiar (que caracteriza o assentado), esta favoreceu (mesmo que de forma temporária) a permanência do assentado na terra.

De acordo com Bellacosa (2010, p. 133) “a usina passa então a ser vista como uma organização “parceira” que se propõe a ajudar sem olhar a condição socioeconômica de cada um, o que os liberta das amarras das instituições financeiras que os impede de continuar a produzir”.

Já Stetter (2004) afirma que o interesse da usina está no controle e no domínio político-econômico sobre os assentados e suas terras. De acordo com Stetter (2004, p. 128) “[...] a política de reforma agrária que defendemos, não deve ser a expressão de relações de poder ou ser conduzida como forma de especulação [...]”, alertando o poder local sobre a importância da diversidade produtiva, tão possível nos assentamentos rurais.

A usina Santa Luiza, não só modificou a estrutura social, econômica e de cultivo do assentamento Monte Alegre, como também influenciou de modo indireto a emancipação do município de Motuca.

Com uma forte influência sobre a cidade, o gerente industrial da usina, Rui Pinotti, juntamente com o engenheiro de segurança do trabalho da usina, Emílio Carlos Fortes, com o apoio da própria Usina Santa Luiza, decidiram na metade dos anos 80, que Motuca deveria tornar-se independente de Araraquara, iniciando o processo para a emancipação de Motuca (LUIZ, 2013).

Processo de emancipação que durou 10 anos devido a dificuldade demográfica e pela relutância de Araraquara em perder os impostos advindos de Motuca.

O município somente foi emancipado em 09/01/1990, graças a Constituição Federal de 1988 que promoveu a descentralização e deu mais autonomia política aos Estados brasileiros, que passaram a ter o poder de elaborar as próprias leis. O município instalou os poderes Executivo e Legislativo apenas em 01/01/1993, devido às eleições que só ocorreram em outubro de 1992 (LUIZ, 2013).

Luiz (2013) refere que a arrecadação conjunta das Fazendas de Motuca (que plantavam laranja, milho, soja e cana), da Agropecuária Aquidaban e da Usina Santa Luiza, representavam a quarta maior renda de Araraquara, (ficando atrás apenas da Cutrale, Lupo e Nestlé). Em 1987 o ICMS arrecadado de Motuca era maior que 55,59% dos municípios paulistas.

No momento em que deixou de ser apenas um distrito de Araraquara os benefícios tributários da Usina foram revertidos para o município de Motuca, possibilitando elevar os gastos em infraestrutura, saúde, educação, saneamento etc. De acordo com Luiz (2013), no primeiro ano como município, a previsão de ICMS era de 6 milhões.

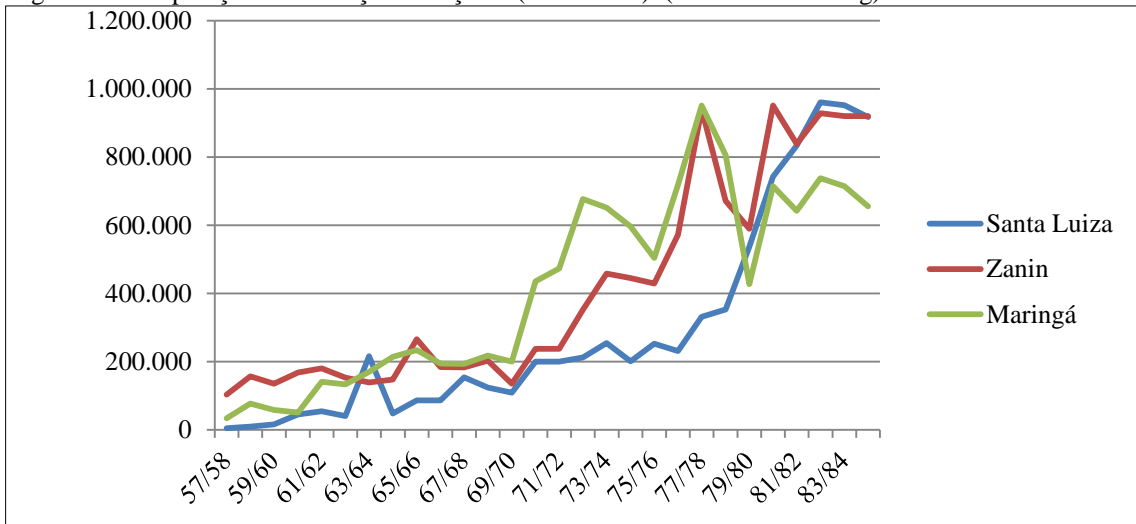
Foi com o apoio dos donos da Usina que Motuca se emancipou depois de uma grande batalha e buscando criar uma estrutura que atendesse minimamente seus habitantes que antes só contavam com os serviços assistenciais oferecidos pela Santa Luiza, muitas vezes chamada de Mãe Luiza (LUIZ, 2013).

Além dos benefícios tributários e da influência na geração de empregos durante quase 50 anos, a usina também exercia uma forte influência política direta e indireta na administração da cidade. De acordo com Luiz (2013, p. 78) “Assim como os dois primeiros prefeitos da cidade, o terceiro eleito também foi indicado pela Usina Santa Luiza”.

No período de maior atividade, a usina Santa Luiza tinha capacidade de moagem de 1,8 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, explorava um canavial de 19 mil hectares em terras de terceiros e comprava 200 mil toneladas de cana de fornecedores (JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO, 2007).

A figura 7 traça uma comparação entre a produção de açúcar da usina Santa Luiza e da usina Zanin e Maringá:

Figura 7 - Comparação da Produção de Açúcar (1957-1985). (em sacas de 60 Kg).



Fonte: Ferreira (1987, adaptado).

Se compararmos a produção de açúcar da Usina Santa Luiza com outras duas grandes usinas do município de Araraquara, Usina Zanin e Usina Maringá, que aproximadamente, no decorrer das décadas de 50 a 80, possuíam uma produção muito próxima, pode-se notar que na safra de 79/80 a Usina Santa Luiza conseguiu suplantar a produção da Usina Maringá, e na safra de 82/83 também suplantou a produção da Usina Zanin.

A partir da década de 1990 a agroindústria canavieira passou por uma reestruturação devido a desregulamentação do setor, provocada pela abertura econômica que provocou a adoção de estratégias de competitividade, ocorrendo várias fusões e aquisições de unidades industriais, e como consequência, no fim do mandato do terceiro prefeito de Motuca ocorreu o fechamento da usina Santa Luiza.

CAPÍTULO 3: ANÁLISE DOS TRIBUTOS DO MUNICÍPIO DE MOTUCA E SUAS IMPLICAÇÕES NA RECEITA CORRENTE

Para estudar as consequências que o fechamento da Usina Santa Luiza teve no município de Motuca se torna fundamental realizar uma análise das receitas correntes da Prefeitura, conjuntamente com a análise de dados sociais e econômicos.

Inicialmente deve-se entender de que forma a atividade sucroalcooleira contribuiu para as receitas municipais. Apesar da influência direta como emprego e renda, são os tributos, em conjunto com os dados sociais e econômicos, que podem mensurar até que ponto o fechamento da usina mudou as características e o desenvolvimento deste pequeno município.

Nesse capítulo, primeiramente, o foco é entender a questão das receitas correntes da prefeitura, ao longo do período de atividade da usina (2000 a 2007) e posterior ao seu fechamento (de 2008 a 2017), e com isso analisar a relação existente entre uma usina e a participação da cana-de-açúcar no município com a arrecadação municipal.

É importante ressaltar que o período analisado sofreu várias mudanças em decorrência de crises nacionais, crises setoriais e até mudanças estruturais como já foi tratado nos capítulos anteriores.

Para este estudo optou-se pela análise do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e do Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR), de competência federal, do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), de competência estadual. Também serão analisados os impostos de competência municipal, tais como o Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), Imposto sobre a Transmissão Intervivos de Bens Imóveis (ITBI) e o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

Alguns outros indicadores também serão analisados, como o VA (Valor adicionado), o Índice de Participação dos Municípios (IPM), bem como o crescimento populacional e a densidade demográfica, que estão teoricamente ligados com a arrecadação e com o repasse de alguns tributos, como o FPM e o ICMS.

Os impostos escolhidos acima serão utilizados como parâmetros de mensuração da economia do município de Motuca, e com isto, através de uma análise temporal, avaliar o impacto na economia e na arrecadação municipal com o fechamento da usina Santa Luiza.

Após a análise destes tributos de modo individual, e de alguns indicadores necessários, o estudo se concentrará nas receitas orçamentárias do município, especificamente nas receitas correntes (sendo adotada neste estudo a classificação/categoria econômica), ou seja, no nível de participação de cada tributo estudado nas receitas correntes. Ao final será feito uma análise geral do nível de dependência dos repasses federal e estadual.

Importante destacar que, tanto no estudo dos tributos como no das receitas, os valores nominais foram deflacionados, sendo o IPCA do IBGE o índice de correção adotado, devido a ser o indicador governamental (oficial) que mede a variação da inflação corrente e que tem histórico desde 1993 até a presente data e, portanto, contempla o período desta pesquisa (de 2000 até 2017).

Por se tratar de valores anuais, todos os valores nominais (originais) foram atualizados (valores corrigidos) para 01 de julho de 2017, portanto, o critério utilizado foi o dia 01 de julho de cada ano (algo próximo de um valor médio).

O quadro 19 demonstra o índice IPCA/IBGE utilizado:

Quadro 19 – Índice IPCA/IBGE

Tabela IPCA - IBGE							
Ano	01/jul	1-jul-17	Índice de correção no período	Ano	01/jul	1-jul-17	Índice de correção no período
jul/2000	1,00	3,00	3,00006500	jul/2009	1,00	1,63	1,63254080
jul/2001	1,00	2,79	2,79475900	jul/2010	1,00	1,56	1,55715540
jul/2002	1,00	2,60	2,59587310	jul/2011	1,00	1,46	1,45920480
jul/2003	1,00	2,23	2,22688180	jul/2012	1,00	1,39	1,39083460
jul/2004	1,00	2,10	2,09964220	jul/2013	1,00	1,30	1,30355490
jul/2005	1,00	1,96	1,95738540	jul/2014	1,00	1,22	1,22372390
jul/2006	1,00	1,88	1,88157580	jul/2015	1,00	1,12	1,12377070
jul/2007	1,00	1,81	1,81461360	jul/2016	1,00	1,03	1,03245560
jul/2008	1,00	1,71	1,71093210	jul/2017	1,00	1,00	1,00000000

Fonte: IBGE (2018).

Nos anexos desta pesquisa constam os quadros, tabelas e figuras com os valores correntes, originais, ou seja, sem os valores deflacionados.

No capítulo quatro a pesquisa se concentrará na análise social e econômica do município englobando uma análise do Produto Interno Bruto Municipal (PIB), do Emprego e Renda, da agricultura e Indústria, da educação, saúde e segurança, do furto/roubo, do Índice

de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS).

O município de Motuca tem algumas características únicas que podem mascarar certos dados que vamos mostrar, mas de maneira geral a intenção é buscar dados consistentes que possam medir o verdadeiro impacto que o fechamento da usina causou nas características socioeconômicas do município. Os dados escolhidos para esta mensuração foram definidos através da avaliação dos casos ocorridos em outros municípios, ou seja, através da revisão de casos similares.

Este estudo não busca apenas comparar números, e sim medir os índices com conotação social, afinal, uma das funções da arrecadação de tributos e do desenvolvimento econômico municipal é que o poder público propicie a melhoria na qualidade de vida da população.

3.1- Competência e repartição tributária

Quando se fala de receitas temos que entender o sistema tributário brasileiro e como se constitui a arrecadação municipal.

Como premissa básica, os governos cobram tributos e o valor pago pelos contribuintes deve retornar à sociedade em forma de bens e serviços públicos, além de promover o bem-estar social através da redistribuição de renda para famílias com menos recursos através de programas sociais (LIMA FILHO, 2016).

Com a reforma de 1967 houve a centralização da arrecadação (sendo esta a sua principal crítica), e conseqüentemente, para compensar esta centralização, houve a necessidade de se melhorar os mecanismos de transferência (repasse) de uma parcela da receita arrecadada para Estados e municípios (PALOMINO et al., 2008).

A Constituição de 1988 possibilitou uma descentralização governamental e uma maior autonomia municipal, ou seja, os municípios ganharam uma independência no exercício das competências tributárias, ampliando as receitas disponíveis, bem como os gastos. Os municípios passam a ser dotados de autonomia política, administrativa, financeira e normativa, com liberdade para determinar a alocação de seus recursos e para administrar suas receitas (PINHEIRO, 2009).

Estava definida a estrutura tributária brasileira, que sofreu alterações na década de 90, com a criação de novas contribuições e impostos, principalmente federais (PALOMINO et al., 2008).

A tabela 1 especifica as competências tributárias de cada membro da federação:

Tabela 1 - Impostos e suas competências.

Competência	Impostos
UNIÃO	<ul style="list-style-type: none"> • sobre operações do comércio exterior – sobre importações (II) e exportações (IE) de produtos e serviços • sobre a renda e proventos de qualquer natureza (IR) • sobre produtos industrializados (IPI): imposto sobre valor agregado incidente sobre produtos manufaturados • sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários (IOF) • sobre a propriedade territorial rural (ITR)
ESTADOS e DISTRITO FEDERAL	<ul style="list-style-type: none"> • de transmissão <i>causa mortis</i> e doação de quaisquer bens ou direitos (ITCD) • sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre a prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS): imposto sobre valor agregado incidente sobre bens em geral e alguns serviços • sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA)
MUNICÍPIOS e DISTRITO FEDERAL	<ul style="list-style-type: none"> • de propriedade predial e territorial urbana (IPTU) • sobre a transmissão <i>inter vivos</i>, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI) • sobre serviços de qualquer natureza (ISS): excluídos aqueles tributados pelo ICMS

Fonte: Brasil (2002, p. 4).

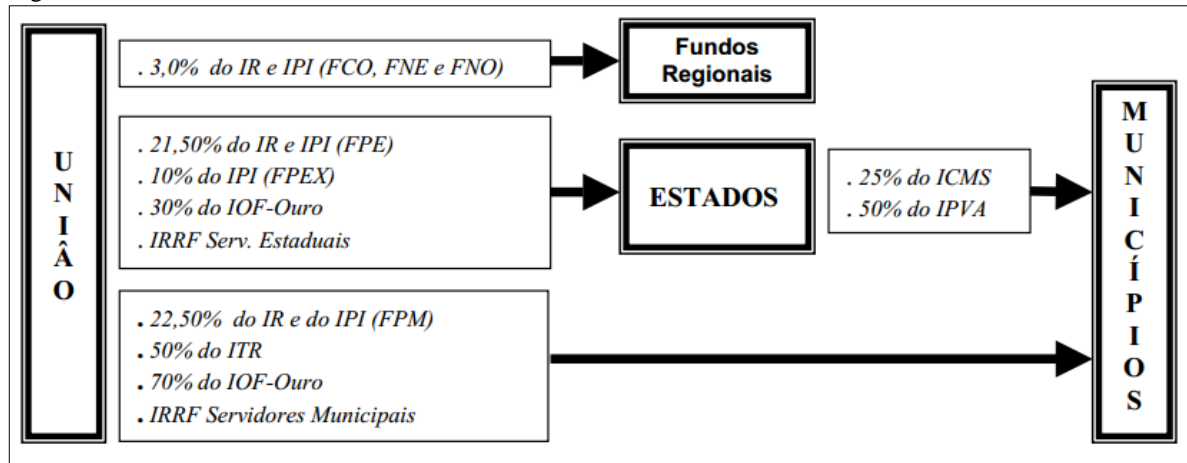
A descentralização promovida pela Reforma Tributária em 1988 propiciou o fenômeno de “municipalização”, com a criação de muitos novos municípios (AFONSO; ARAÚJO, 2000). De acordo com Gomes e Dowell (2000) o surgimento de pequenos municípios (com até 20 mil habitantes) passou de 2% para 25,6% do total de municípios brasileiros até 1997, como é o caso do município deste estudo. “O processo de emancipação municipal do Brasil é uma verdadeira indústria de criação de municípios inviáveis e insustentáveis” (CARVALHO, 2002 p. 541).

A arrecadação própria dos municípios provém, principalmente, do IPTU e do ISSQN, sendo as transferências estaduais (quota parte do ICMS e IPVA) e as transferências federais (FPM - Fundo de Participação dos Municípios) as mais importantes e relevantes para os pequenos municípios, onde alguns destes se tornam totalmente dependentes dos repasses estaduais e federais (PALOMINO et al., 2008). Em sua maioria, os municípios de pequeno porte dependem das transferências verticais, ou seja, são dependentes economicamente e

politicamente dos repasses estaduais e federais, graças a Constituição de 1988 que lhes assegurou descentralização e autonomia. (LIMA FILHO, 2016).

A figura 8 representa o fluxo de transferências da União para Estados e municípios, e dos Estados para municípios:

Figura 8 - Fluxo das Transferências Constitucionais.



Fonte: Brasil (2002, p. 7).

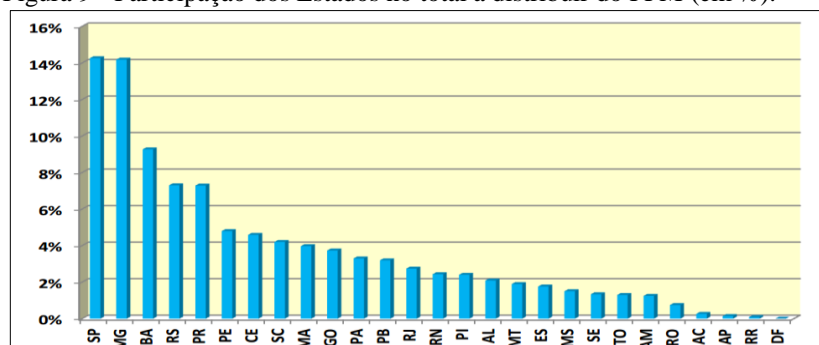
3.2 - Os tributos e o município de Motuca

3.2.1 O Fundo de Participação dos Municípios (FPM)

O FPM (Fundo de Participação dos Municípios) é uma transferência da União para os municípios, sendo formada por 23,5% (Emenda Constitucional 55/2007 que adicionou mais 1%) da arrecadação do imposto de Renda (IR) mais do IPI (Imposto Sobre Produtos Industrializados). Sua distribuição é feita em função do número de habitantes e pela renda *per capita* de cada Estado (BRASIL, 2013).

A figura 9 ilustra a participação de cada estado brasileiro no total do FPM:

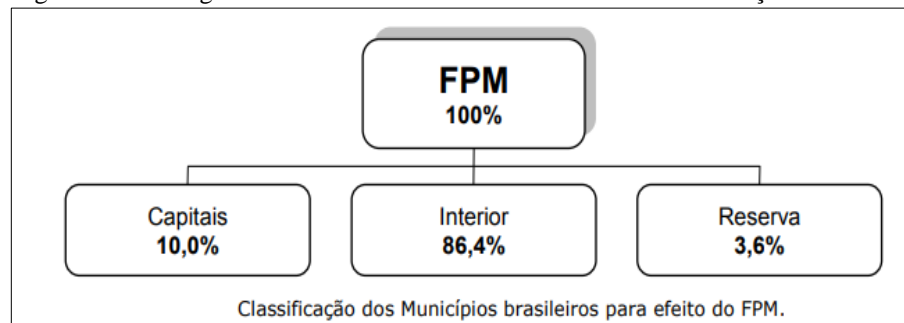
Figura 9 - Participação dos Estados no total a distribuir do FPM (em %).



Fonte: Brasil (2013, p. 8).

A distribuição do FPM é dividida entre capitais (10%), interior (86,4%) e reserva (3,6). Os municípios da reserva são aqueles com população superior a 156.216 habitantes, como por exemplo, o município de Passo Fundo – RS, neste caso este município recebe o percentual da reserva mais o percentual de interior, de acordo com a figura 10:

Figura 10 - Fluxograma da divisão do FPM e coeficientes de distribuição em %.



Fonte: Brasil (2013, p. 5).

Os critérios de distribuição para os municípios considerados capitais e reserva são diretamente proporcionais à população e inversamente proporcionais à renda *per capita*, enquanto os municípios do interior tem um critério diretamente proporcional à população (SILVA, 2009). O que torna o número de habitantes um indicador determinante para se fixar o coeficiente que determina o valor do repasse do FPM para os municípios do interior.

Os repasses são realizados com base em coeficientes, cujo cálculo é feito pelo TCU (Tribunal de Contas da União) com informações fornecidas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). (BRASIL, 2013). A tabela 2 demonstra os coeficientes por faixa de habitantes adotado:

Tabela 2 - Coeficientes por faixa de habitantes do FPM Interior.

Faixa de habitantes	Coeficiente	Faixa de habitantes	Coeficiente
Até 10.188	0,6	De 61.129 a 71.316	2,4
De 10.189 a 13.584	0,8	De 71.317 a 81.504	2,6
De 13.585 a 16.980	1,0	De 81.505 a 91.692	2,8
De 16.981 a 23.772	1,2	De 91.693 a 101.880	3,0
De 23.773 a 30.564	1,4	De 101.881 a 115.464	3,2
De 30.565 a 37.356	1,6	De 115.465 a 129.048	3,4
De 37.357 a 44.148	1,8	De 129.049 a 142.632	3,6
De 44.149 a 50.940	2,0	De 142.633 a 156.216	3,8
De 50.941 a 61.128	2,2	Acima de 156.216	4,0

Fonte: Brasil (2013, p.8).

Palomino et al (2008, p. 3), discorre sobre os critérios para os repasses, salientando que o FPM busca reduzir diferenças tributárias, privilegiando pequenos municípios com nível de renda baixo:

A quota-parte do ICMS e do IPVA é repassada aos municípios em que foi gerada a arrecadação e apenas uma parcela do ICMS é determinada por outros critérios definidos pelo governo estadual. Já os repasses do FPM possuem critérios relacionados ao tamanho, ao nível de renda, entre outros fatores, ou seja, não se faz o repasse de acordo com a origem dos recursos. Esta busca compensar as diferentes capacidades tributárias, privilegiando, assim, municípios menores e com menor nível de renda.

Portanto, cidades de grande e médio porte que possuem uma grande concentração populacional e que possuem uma necessidade maior de investimentos para os serviços urbanos são prejudicados com o repasse de apenas 10% do FPM, enquanto pequenos municípios que possuem uma necessidade por serviços urbanos menores, recebem 86,4%, ocorrendo uma redistribuição de receita dos municípios maiores para os menores. (PALOMINO et al., 2008; GOMES; DOWELL, 2000).

O critério de distribuição do FPM estimulou o surgimento de vários pequenos municípios que não possuem a mínima condição de se sustentarem, levando os grandes municípios e capitais, com mais de cem mil habitantes, a financiarem os pequenos, principalmente via FPM.

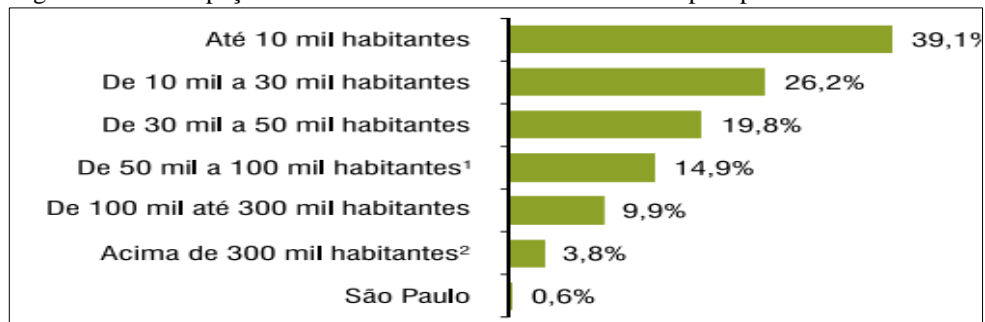
Através do quadro 20 e da figura 11 pode-se observar que quanto menor o número de habitantes maior a dependência pelo repasse federal do FPM, enquanto que ao aumentar o número de habitantes, o repasse do FPM é reduzido.

Quadro 20 - Composição das Receitas dos Municípios Paulistas no ano de 2013 em %.

Município	Receita Tributária Própria	FPM	ICMS	Outros
Até 10 mil habitantes	7,1	36,6	30,9	25,5
De 10 mil a 30 mil habitantes	11,6	25,1	29,3	34
De 30 mil a 50 mil habitantes	13,1	19,2	30,8	37
De 50 mil a 100 mil habitantes	21,3	14,5	26,3	37,9
De 100 mil a 300 mil habitantes	24,8	9,6	27,2	38,5
Acima de 300 mil habitantes	31	3,7	27,4	37,8
Capital	50,1	0,6	18,8	30,5

Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de Frente Nacional de Prefeitos; Aequus Consultoria (2014, p. 10-13).

Figura 11 - Participação do FPM na receita corrente dos municípios paulistas 2013 em %.



Fonte: Frente Nacional de Prefeitos; Aequus Consultoria (2014, p. 25).

O município de Motuca não foge ao que discurremos neste capítulo. O município foi emancipado em 1997, graças a Constituição de 1988, com uma população na época de 3.701 habitantes (SEADE, 2018).

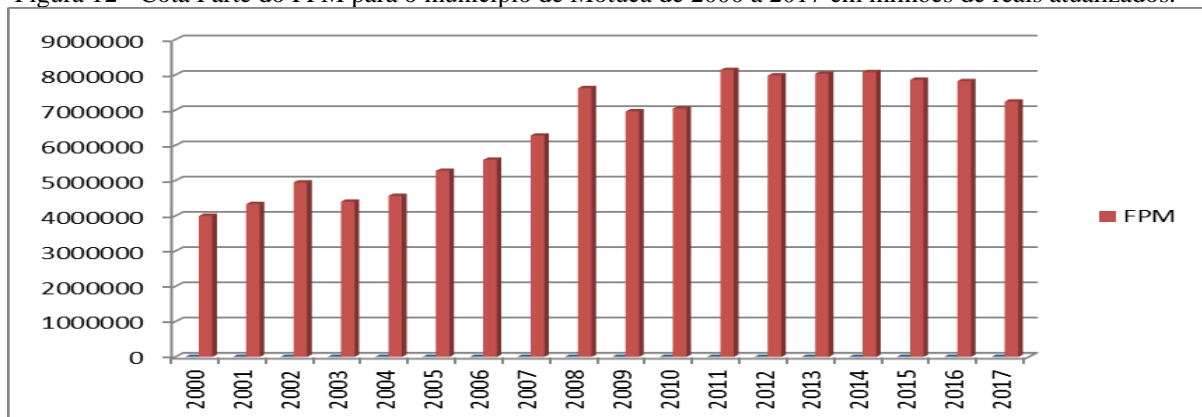
O quadro 21 e a figura 12 ilustram os repasses do FPM para o município de Motuca de 2000 a 2017:

Quadro 21 - Transferências da Cota Parte do FPM para o município de Motuca de 2000 a 2017 em milhões de reais atualizados.

Ano	FPM	População	Densidade Demográfica (Habitantes/Km ²)	FPM per Capita	Ano	FPM	População	Densidade Demográfica (Habitantes/Km ²)	FPM per Capita
2000	4.000.980,08	3.866	16,85	1.034,91	2009	6.965.820,05	4.253	18,54	1.637,86
2001	4.337.312,14	3.905	17,02	1.110,71	2010	7.047.131,01	4.286	18,74	1.644,22
2002	4.953.197,48	3.948	17,21	1.254,61	2011	8.140.543,42	4.322	18,9	1.883,51
2003	4.407.754,37	3.993	17,4	1.103,87	2012	7.985.181,71	4.359	19,06	1.831,88
2004	4.569.370,97	4.036	17,59	1.132,15	2013	8.036.471,67	4.395	19,22	1.828,55
2005	5.280.479,19	4.086	17,81	1.292,33	2014	8.082.212,28	4.432	19,38	1.823,60
2006	5.591.633,09	4.132	18,01	1.353,25	2015	7.861.867,64	4.469	19,54	1.759,20
2007	6.281.119,79	4.171	18,18	1.505,90	2016	7.825.240,60	4.502	19,69	1.738,17
2008	7.626.852,24	4.214	18,37	1.809,88	2017	7.243.310,73	4.536	19,83	1.596,85

Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de Brasil (2018) e SEADE (2018).

Figura 12 - Cota Parte do FPM para o município de Motuca de 2000 a 2017 em milhões de reais atualizados.



Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de Brasil (2018) e SEADE (2018).

Nota-se um aumento gradativo no repasse do FPM de 2000 a 2008, com uma ligeira queda em 2009 e 2010 (logo depois do fechamento da usina), mantendo certa estabilidade de 2011 a 2014, porém em queda gradativa de 2015 a 2017. Se analisarmos os anos de 2000 a 2008 (presença da usina) através da variação percentual, houve um crescimento de 90% no repasse do FPM, enquanto que entre 2009 a 2017 o crescimento foi de 4%. O que pode explicar essa diminuição no repasse é a diminuição no crescimento populacional, que entre 2000 a 2008 se teve um crescimento de 9% na população, enquanto que entre 2009 a 2017 o crescimento foi de apenas 7%. O crescimento da densidade demográfica também corrobora com esta análise, ocorrendo uma diminuição de 9% para 7%. Lembrando que a distribuição do FPM é feita em função do número de habitantes. Um dado preocupante é a queda gradativa do repasse do FPM nos últimos três anos, onde se analisarmos o FPM *per capita* de 2014 a 2017, contata-se uma queda no repasse de 12%.

3.2.2 O Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS)

Mendes (2003, p. 98) relata a importância do ICMS:

É importante notar que os micros municípios não só são os maiores beneficiários das transferências de FPM como também das transferências de ICMS. Isso ocorre, porque o ICMS é um imposto cobrado na origem, ou seja, os recursos ficam no estado (e no município) onde é feita arrecadação. Assim, um pequeno município onde se situe uma atividade geradora de grande arrecadação de ICMS (por exemplo, um município onde haja uma usina hidrelétrica) torna-se “rico”, recebendo grande volume de transferências.

De acordo com Palomino (2008, p. 4) “A expansão da cana e os novos investimentos em usinas tende a impactar as receitas municipais tanto pela geração de renda como por ampliar transferências associadas ao ICMS”.

A arrecadação do ICMS (Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação) é dividida em 75% aos estados (imposto de competência estadual) e 25% aos municípios. A questão do ICMS, devido ao modelo de distribuição, o faz como um dos tributos que tem o local de geração como fator de extrema importância (SÃO PAULO, 2012). A parcela recebida pelos municípios deve respeitar os seguintes critérios:

- No mínimo três quartos (3/4) do valor adicionado relativo a circulação de mercadorias e a prestação de serviços realizados em seus territórios.

- até um quarto (1/4) conforme Lei Estadual.

A distribuição também leva em consideração o índice de participação dos municípios (IPM) que são apurados anualmente e aplicados no exercício seguinte. Em todos os componentes é considerada a relação percentual entre o município e o valor total do Estado. O componente população tem como base o último recenseamento demográfico geral realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), bem como a área cultivada, a área inundada e a área protegida, que tem como base os dados fornecidos e calculados pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento, Secretaria de Energia e Secretaria do Meio Ambiente, respectivamente (SÃO PAULO, 2012).

A tabela 3 ilustra os critérios para a apuração do índice de participação dos municípios (IPM) que é calculado para o repasse do ICMS aos municípios:

Tabela 3 - Critérios para a apuração do IPM.

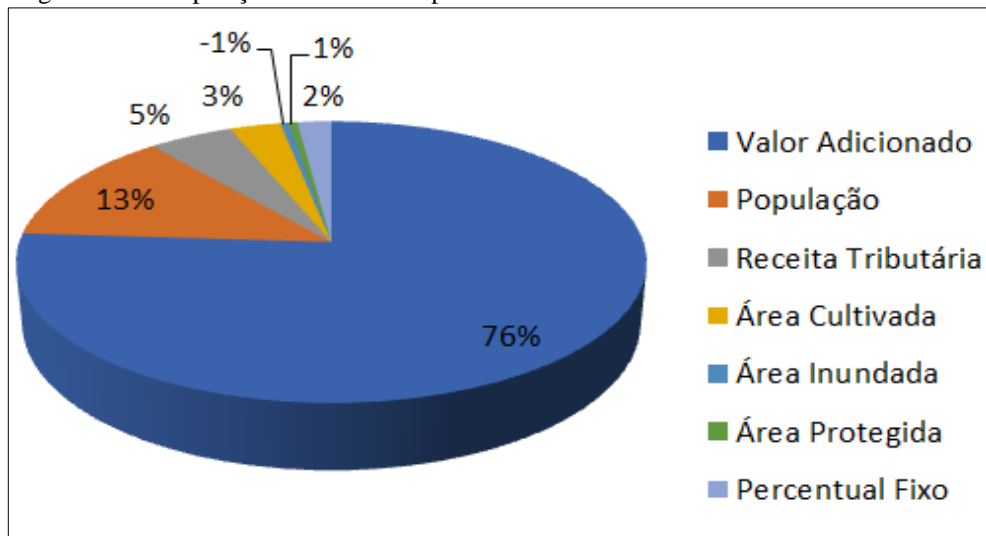
Critérios		Pesos
1. Valor adicionado (VA)	Relação proporcional entre o VA do município e o VA total dos municípios do Estado, de dois anos anteriores ao da apuração. Dados levantados pela Secretaria da Fazenda.	76%
2. População	Relação proporcional entre a população do município e a população total do Estado. Dados do recenseamento demográfico geral mais recente realizado pelo IBGE.	13%
3. Receita tributária	Relação proporcional entre a arrecadação tributária do município e a do total dos municípios do Estado. Dados recolhidos pela Secretaria de Estado da Fazenda.	5%
4. Área cultivada	Proporcionalmente à área cultivada do município em relação à soma de todas as áreas cultivadas no Estado, no exercício anterior ao da apuração. Dados levantados pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento.	3%
5. Área inundada	Proporcionalmente à área dos reservatórios de água para geração de energia elétrica do município em relação à soma da área de todos os reservatórios do Estado existentes no exercício anterior. Dados fornecidos pela Secretaria de Energia.	0,50%
6. Área protegida	De acordo com a área protegida, ponderada em 60%, a área total, ponderada em 25%, o inverso da receita per capita, ponderado em 10%, e o valor adicionado, ponderado em 5%, do município em relação ao Estado.	0,50%
7. Percentual fixo	Igualmente repartido entre todos os municípios do Estado.	2%

Fonte: Frente Nacional de Prefeitos; Aequus Consultoria (2014, p. 32).

A receita tributária tem como base o valor da receita tributária própria de cada município e a soma das receitas tributárias próprias de todos os outros municípios paulistas. O componente fixo é dividido pelo número de municípios do Estado, atualmente 645 municípios paulista. (SÃO PAULO, 2012).

A figura 13 ilustra a composição do Índice de Participação dos Municípios (IPM) no repasse do ICMS:

Figura 13 - Composição do IPM no Repasse do ICMS em %.



Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de Frente Nacional de Prefeitos; Aequus Consultoria (2014, p. 32).

Como o repasse do ICMS tem como critério o Índice de Participação dos Municípios (IPM), e que dentro deste índice o valor adicionado tem peso de 76%, se torna fundamental analisarmos o valor adicionado fiscal do município de Motuca.

O VAF (valor adicionado fiscal) é o principal critério e indicador utilizado pelo Estado para calcular o IPM no repasse do ICMS. “O valor adicionado fiscal surgiu como uma alternativa à substituição de um imposto sobre valor adicionado municipal” (CASTILHO, 2013, p. 168).

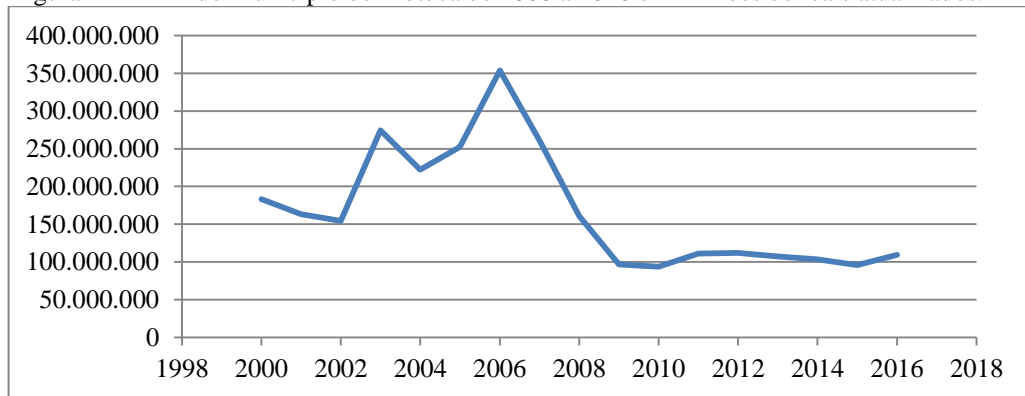
O quadro 22 e a figura 14 retratam o VAF do município de Motuca de 2000 a 2016.

Quadro 22 - VAF do Município de Motuca de 2000 a 2016 em milhões de reais atualizados.

Ano	VAF (em reais de 2017)	Ano	VAF (em reais de 2017)
2000	183.224.321	2009	96.571.970
2001	163.425.126	2010	93.753.425
2002	154.429.921	2011	111.203.370
2003	274.372.557	2012	111.866.934
2004	222.267.010	2013	107.524.850
2005	252.300.308	2014	103.660.833
2006	353.702.783	2015	96.078.554
2007	260.769.537	2016	109.652.436

Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de SEADE (2018).

Figura 14 - VAF do Município de Motuca de 2000 a 2016 em milhões de reais atualizados.



Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de SEADE (2018).

Observa-se na figura 14 a queda brusca no VAF a partir de 2007, sem recuperação até o ano de 2016, reflexo do fechamento da usina Santa Luiza.

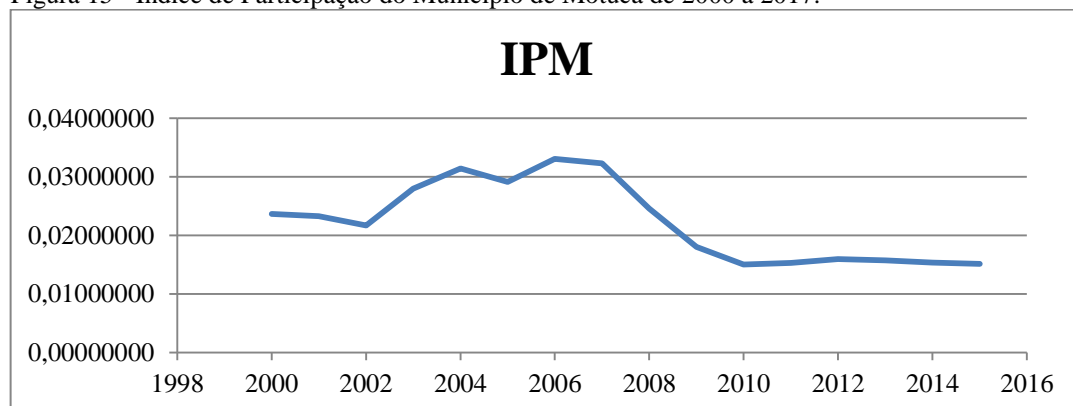
Baseado no estudo do valor adicionado fiscal, o quadro 23 mostra os repasses do ICMS para o município em estudo de 2000 a 2017, juntamente com o índice de participação do município:

Quadro 23 - Repasses do ICMS em milhões de reais atualizados e IPM de Motuca de 2000 a 2017.

ANO	ICMS	IPM	ANO	ICMS	IPM
2000	5.397.813,01	0,02366450	2009	10.313.342,12	0,01800551
2001	5.378.932,55	0,02329246	2010	8.788.711,97	0,01502506
2002	5.725.295,36	0,02167123	2011	6.629.113,21	0,01527244
2003	5.306.735,33	0,02795903	2012	5.615.018,46	0,01595253
2004	5.251.528,66	0,03141974	2013	6.067.718,23	0,01573090
2005	7.000.198,99	0,02912194	2014	5.867.986,22	0,01535279
2006	8.562.600,09	0,03308334	2015	5.502.718,55	0,01510393
2007	8.393.190,59	0,03231875	2016	4.930.705,69	
2008	10.875.333,37	0,02460175	2017	4.862.503,10	

Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de Brasil (2018) e São Paulo (2018).

Figura 15 - Índice de Participação do Município de Motuca de 2000 a 2017.

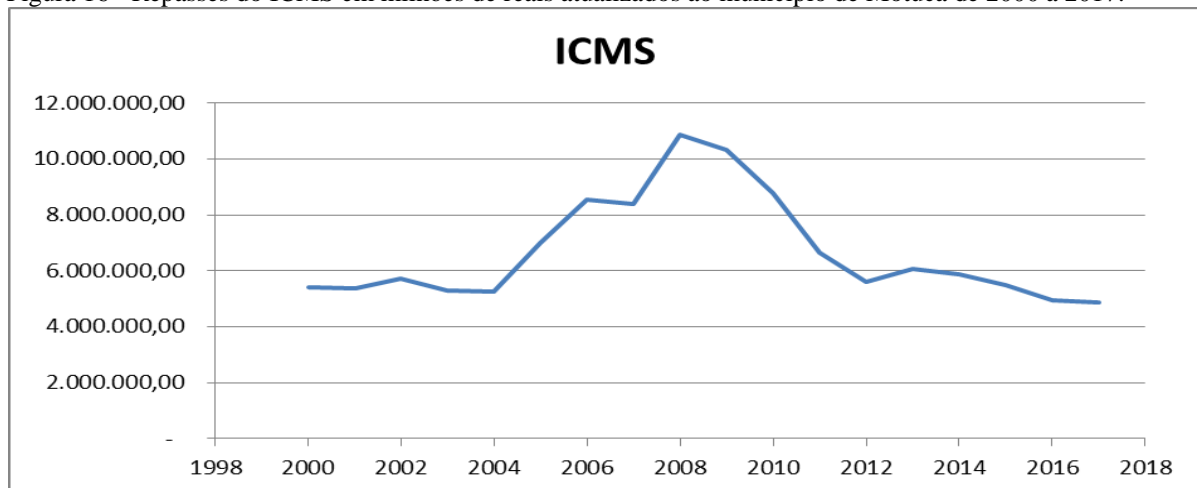


Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de São Paulo (Estado) Secretaria da Fazenda (2018).

O Gráfico do IPM é quase uma cópia do Gráfico do VAF e mostra claramente o declínio de 2007 a 2010, sem recuperação.

A figura 16 ilustra a queda do repasse do ICMS a partir de 2010, reflexo do fechamento da usina Santa Luiza, atingindo no ano de 2011 quase o mesmo valor arrecadado de 2005, tendo um ligeiro crescimento no ano de 2013, porém com uma queda gradativa nos últimos anos (de 2014 a 2017).

Figura 16 - Repasses do ICMS em milhões de reais atualizados ao município de Motuca de 2000 a 2017.



Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de Brasil (2018) e São Paulo (2018).

É importante salientar que um dos critérios para a análise do valor adicionado fiscal é a “relação proporcional entre o VA do município e o VA total dos municípios do Estado, de dois anos anteriores ao da apuração” (FRENTE NACIONAL DE PREFEITOS; AEQUUS CONSULTORIA, 2014, p. 33 grifo da autora). Devido a esse critério que o repasse do ICMS em 2012 foi um dos menores em 12 anos.

O ICMS pode ser considerado o “espelho” da atividade econômica municipal, porém não podemos deixar de considerar o macro ambiente econômico do Estado e do País.

A crise global do final de 2008 provocou uma resposta do governo, que incentivou o consumo doméstico com aumento de crédito para o consumidor e com incentivos fiscais no segmento de bens duráveis, o que ocasionou uma alta no PIB (Produto interno Bruto) e no ICMS até o ano de 2010. “Nesse contexto, a arrecadação de ICMS expandiu-se acima do resultado do PIB (12,8%)” (FRENTE NACIONAL DE PREFEITOS; AEQUUS CONSULTORIA, 2014, p. 32).

Este fato explica os altos valores do repasse do ICMS para o município de Motuca nos anos de 2008 e 2009, quando a usina já tinha encerrado suas atividades, com uma ligeira diminuição no ano de 2010, e voltando a se normalizar no ano de 2011.

3.2.3 – O imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA)

O IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores) também é um imposto de competência estadual, sendo que os municípios recebem cinquenta por cento da arrecadação do IPVA de veículos licenciados em seus territórios. Como o ICMS, os municípios também recebem “uma cota parte do IPVA, proporcional à frota de veículos, que, por sua vez, espera-se, tenha relação direta com a atividade econômica do município” (PALOMINO et al., 2008, p. 18).

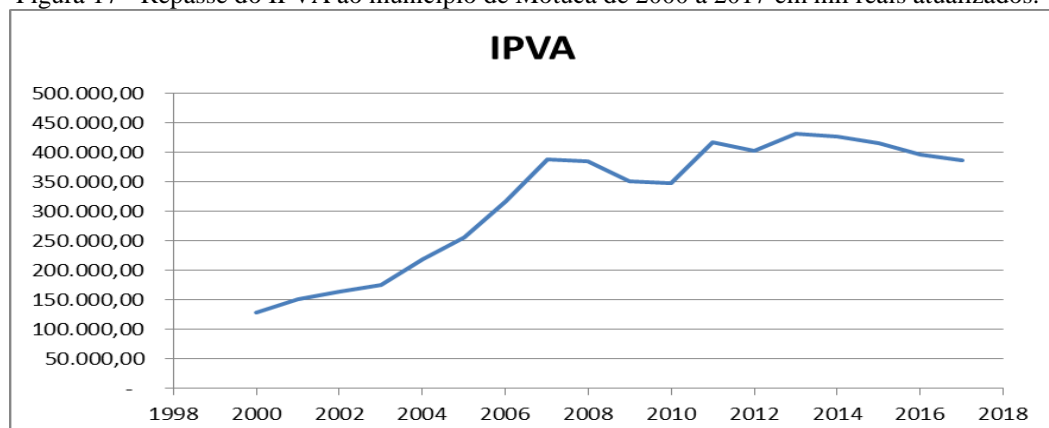
O quadro 24 e a figura 17 mostram o repasse do IPVA para o município de Motuca de 2000 a 2017:

Quadro 24 - Repasse do IPVA de 2000 a 2017 em mil reais atualizados.

ANO	IPVA	ANO	IPVA
2000	129.000,03	2009	350.592,85
2001	150.503,81	2010	348.312,12
2002	163.402,35	2011	416.782,29
2003	175.532,67	2012	402.456,59
2004	219.601,58	2013	431.479,80
2005	255.978,82	2014	426.923,32
2006	317.038,92	2015	416.201,85
2007	387.906,99	2016	395.744,04
2008	385.627,14	2017	385.928,07

Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de São Paulo (2018).

Figura 17 - Repasse do IPVA ao município de Motuca de 2000 a 2017 em mil reais atualizados.



Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de São Paulo (2018).

Sobre o IPVA, o município de Motuca segue o padrão estadual e federal, onde a participação do IPVA é crescente, superando a receita com IPTU e ficando abaixo apenas do

ICMS, resultado do aumento na eficácia da cobrança, além de um aumento considerável no número de veículos na frota total do Estado (LIMA; DINIZ; MACHADO, 2017).

3.2.4 - Imposto sobre a propriedade territorial urbana (IPTU) versus imposto sobre propriedade territorial rural (ITR)

Os tributos que tem vínculo direto com os municípios são o IPTU (Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana), ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), o ITBI (Imposto sobre a transmissão intervivos de bens imóveis) e as taxas e contribuições de melhoria (PALOMINO et al., 2008). As receitas tributárias próprias, assim como o IPVA, podem ter uma relação direta com a atividade econômica do município.

De acordo com Lima Filho (2016, p. 10) “O IPTU incide sobre a propriedade predial e territorial existente na zona urbana, independente de seu uso (residencial, comercial e industrial)”. Este imposto é cobrado pelo valor venal do imóvel, ou seja, o valor de sua venda, e geralmente os municípios adotam uma base de cálculo entre 70 a 80% do valor real de mercado, sendo este valor atualizado de acordo com os índices de inflação. Além disso, o IPTU pode ser progressivo, tanto pelo valor do imóvel como por alíquotas diferentes com base na localização ou uso do imóvel (LIMA FILHO, 2016).

O Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR) é de competência federal, e de acordo com a Constituição de 1988, é estabelecida a repartição de 50% com os municípios do valor arrecadado, porém, se os municípios optarem por fiscalizar e cobrar o ITR, tendo que fazer um convênio com a Receita Federal, este terá direito aos 100% da arrecadação do imposto, contanto que arque com os custos da administração e arrecadação (BRASIL, 2014).

Devido ao município possuir uma área rural maior que a área urbana, optou-se por fazer uma análise conjunta do IPTU (tributo próprio) e do ITR (tributo federal).

Reiterando alguns dados já citados do município: de acordo com o Censo do IBGE de 2010 o município de Motuca possui uma área territorial de 228,7 Km², com 4.290 habitantes, sendo 3.108 habitantes em área urbana com 979 domicílios e 1.182 habitantes na área rural com 377 domicílios. Se convertermos Km² para hectares, a área territorial total do município é de 22.870 hectares aproximadamente, com uma área cultivada em 2015 de 21.677 hectares, restando apenas 1.123 hectares de área não cultivada, incluindo a área urbana. O município também possui o assentamento Monte Alegre que representa **apenas** 2.747 hectares. Especificidade que impacta na arrecadação do IPTU e no repasse federal do ITR.

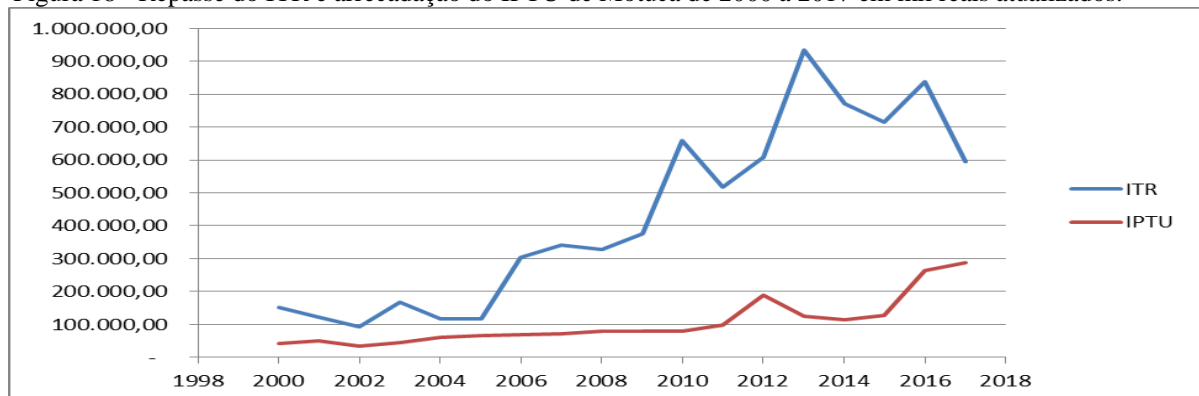
Observa-se no quadro 25 e na figura 18 que o repasse do ITR do governo federal sempre suplantou a arrecadação do IPTU, fato completamente explicável diante do município possuir uma área rural maior que a área urbana, porém, 72% dos habitantes se encontram na área urbana e apenas 28% na área rural.

Quadro 25 - Repasse do ITR e arrecadação do IPTU do município de Motuca de 2000 a 2017 em mil reais atualizados.

ANO	ITR	IPTU	ITBI	ANO	ITR	IPTU	ITBI
2000	151.543,15	41.379,03	68.794,22	2009	376.967,84	79.731,17	30.804,04
2001	121.164,12	50.408,15	131.535,78	2010	657.780,08	79.303,96	330.689,11
2002	92.619,87	34.040,46	38.573,61	2011	516.416,58	97.619,46	29.253,80
2003	168.548,92	44.121,56	16.775,64	2012	608.003,87	188.713,89	17.051,65
2004	116.186,49	60.937,61	18.070,72	2013	934.505,06	125.475,00	213.366,71
2005	117.701,54	67.196,94	46.743,38	2014	771.288,93	114.030,08	105.745,82
2006	302.935,57	69.521,22	47.317,72	2015	714.319,36	128.396,66	289.156,21
2007	340.510,23	72.069,37	55.649,28	2016	836.725,13	262.926,19	276.009,41
2008	328.374,73	78.362,36	61.442,77	2017	593.939,56	287.559,26	12.438,30

Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de Brasil (2018).

Figura 18 - Repasse do ITR e arrecadação do IPTU de Motuca de 2000 a 2017 em mil reais atualizados.



Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de Brasil (2018).

Neste caso encontramos um conflito espacial entre IPTU e ITR. O Brasil tributa pouco e errado a propriedade rural, um dos motivos é a falta de dados confiáveis com o uso da autodeclaração, bem como a falta de fiscalização, a defasagem dos parâmetros para a arrecadação deste imposto que é extremamente baixo comparado com a capacidade contributiva dos proprietários de terras e o desconhecimento do território governado, devido à falta de dados dos cadastros dos imóveis rurais (LEÃO; FRIAS, 2016).

O ITR é isento para proprietários que possuam pequenas glebas rurais de até ou igual 30 hectares e que não possuam outro imóvel. O objetivo desta isenção é inibir os latifúndios improdutivos e conceder benefícios ao pequeno produtor rural, tanto que suas alíquotas são fixadas de forma a desestimular propriedades improdutivas (LEÃO; FRIAS, 2016). Por falta

de dados não foi possível quantificar as propriedades com até 30 hectares que são isentas de ITR no município de Motuca.

Em 2015 a arrecadação com o ITR correspondeu a 0,06% da receita tributária total, em um país que possui uma extensão territorial de 845 milhões de hectares, dos quais 552 milhões seria de área tributável (LEÃO; FRIAS, 2016).

De acordo com os dados do Seade, em 2015 existiam 21.677 hectares de terras cultivadas no município de Motuca, e destas, 11.480 hectares foram de cana-de-açúcar, sendo o ITR arrecadado deste ano de 714.319,36 contra 979 domicílios urbanos, cujo IPTU foi de 128.396,66. Diferente seria se existisse uma tributação de ITR diferenciada para monocultura.

3.2.5 – Imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN)

O ISSQN é o imposto que incide sobre prestação de serviços de qualquer natureza “desde que esta prestação seja remunerada e efetuada por empresa ou profissional autônomo. É pago pelo prestador de serviço e cobrado sobre o valor real do mesmo” (LIMA FILHO, 2016, p. 11).

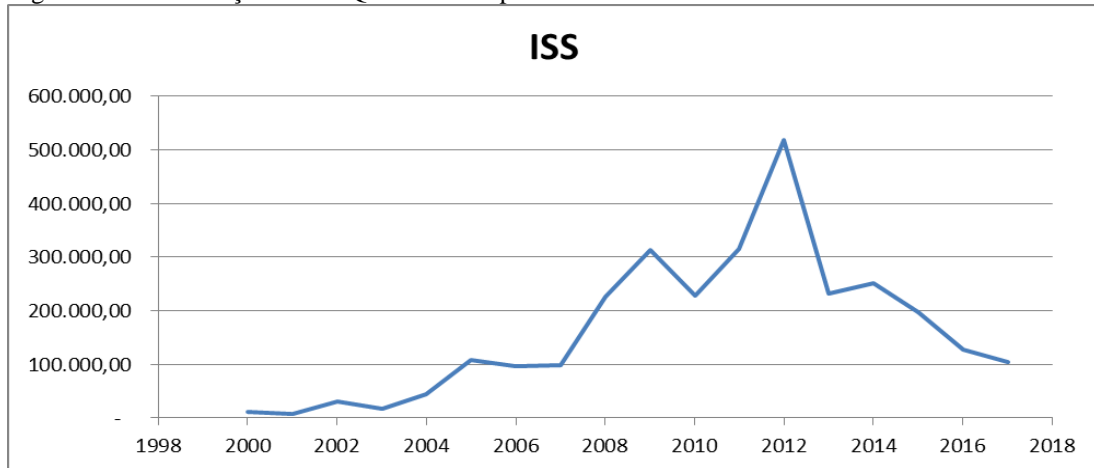
O quadro 26 e a figura 19 demonstram a arrecadação do ISSQN do município de Motuca entre os anos de 2000 a 2017:

Quadro 26 - Arrecadação do ISSQN em mil reais atualizados

ANO	ISS	ANO	ISS
2000	10.573,13	2009	313.018,10
2001	8.240,60	2010	227.785,16
2002	29.644,53	2011	314.683,24
2003	17.648,55	2012	518.352,89
2004	43.271,00	2013	231.636,54
2005	107.415,73	2014	250.615,97
2006	97.258,86	2015	196.526,09
2007	99.208,28	2016	127.993,46
2008	226.067,99	2017	103.608,68

Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de Brasil (2018).

Figura 19 - Arrecadação do ISSQN do município de Motuca de 2000 a 2017 em mil reais atualizados.



Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de Brasil (2018).

A partir de 2008, com o fechamento da usina, ocorreu um grande aumento na prestação de serviços, e uma das explicações possíveis é que a população encontrou, quer seja como trabalhador autônomo, liberal ou como micro empreendedor individual, uma nova fonte de renda, porém que está em declínio desde 2015.

3.3 - Análise da Receita Corrente

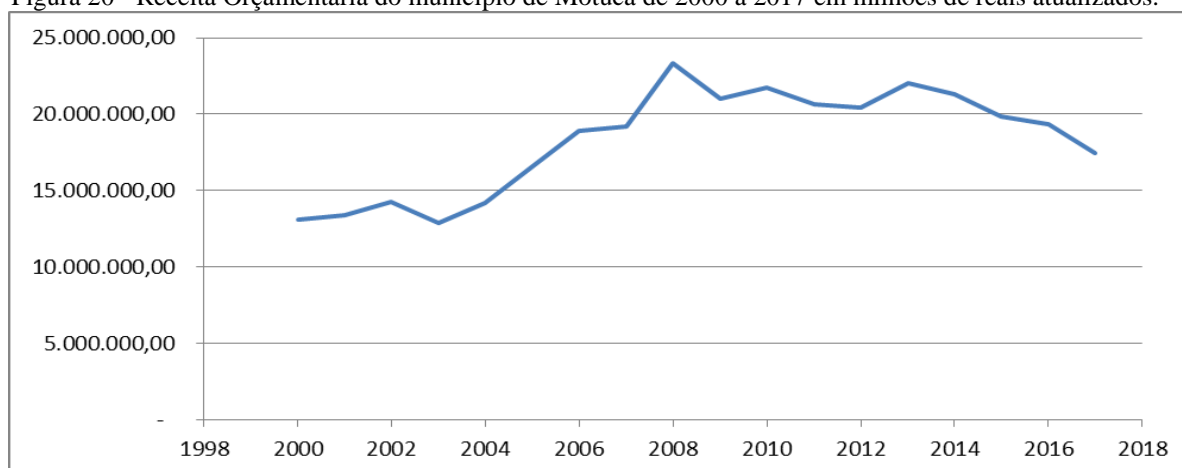
Inicialmente é importante constar o total das receitas do município no período que compreende de 2000 a 2017 para podermos ter uma variável de tempo ampla para a comparação. O quadro 27 e a figura 20 mostram a receita total de Motuca de 2000 a 2017:

Quadro 27 - Receita Total de Motuca de 2000 a 2017 em milhões de reais atualizados

ANO	TOTAL DE RECEITAS (corrente + de capital - deduções)	ANO	TOTAL DE RECEITAS (corrente + de capital - deduções)
2000	13.068.140,82	2009	20.989.589,73
2001	13.358.688,50	2010	21.763.820,54
2002	14.271.009,26	2011	20.623.893,64
2003	12.904.197,03	2012	20.431.122,68
2004	14.185.968,87	2013	22.020.334,75
2005	16.594.743,23	2014	21.327.813,23
2006	18.910.526,20	2015	19.855.728,84
2007	19.196.406,06	2016	19.353.589,73
2008	23.326.908,37	2017	17.458.210,26

Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de Brasil (2018).

Figura 20 - Receita Orçamentária do município de Motuca de 2000 a 2017 em milhões de reais atualizados.



Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de Brasil (2018)

As receitas totais da Prefeitura aumentaram 78% de 2000 a 2008, porém, logo depois do fechamento da usina, de 2009 a 2017, houve uma queda de 16% nas receitas totais, o que nos leva a estudar com mais afinco e de modo mais específico as receitas.

A receita orçamentária municipal é a disponibilidade de recursos financeiros que ingressam nos cofres públicos, sendo classificada por cinco categorias: econômica, origem, espécie, tipo e desdobramento da receita. Para efeitos deste estudo será adotada a categoria econômica que é dividida em receita corrente e receita de capital (LIMA FILHO, 2016).

As receitas correntes se esgotam dentro do período anual (destinada às despesas correntes) e provêm da arrecadação de tributos (impostos, taxas) da receita patrimonial, de serviços (industrial, agropecuária), bem como de recursos financeiro recebidos de outras pessoas de direito público ou privado (ESTADO DE SÃO PAULO, 2018).

As receitas de capital são recursos financeiros provenientes de empréstimos de longo prazo, constituição de dívidas, de conversão em espécie de bens e direitos, transferências de capital na forma de operações de crédito, alienação de bens, amortização de empréstimos etc (ESTADO DE SÃO PAULO, 2018).

No quadro 28 segue a receita orçamentária do município de Motuca de 2000 a 2017. O total se refere ao total de receitas orçamentárias e nestes valores não constam as deduções.

Quadro 28 - Receita Orçamentária de Motuca de 2000 a 2017 em milhões de reais atualizados.

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005
R. Corrente	12.704.597,56	12.977.026,68	14.318.275,83	14.146.712,88	15.327.419,34	18.360.809,30
R. Capital	363.543,26	381.661,82	1.582.862,62	241.272,22	349.750,21	97.764,20
Total	13.068.140,82	13.358.688,50	15.901.138,45	14.387.985,10	15.677.169,55	18.458.573,50
Ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011
R. Corrente	20.677.324,67	21.309.038,15	25.745.085,48	24.332.672,17	23.716.060,57	22.981.992,94
R. Capital	369.798,36	330.849,15	1.024.933,87	277.531,94	1.386.345,82	721.168,20
Total	21.047.123,03	21.639.887,31	26.770.019,36	24.610.204,11	25.102.406,39	23.703.161,14
Ano	2012	2013	2014	2015	2016	2017
R. Corrente	19.511.180,71	20.150.352,11	19.767.882,07	18.652.425,87	18.436.982,96	17.308.210,00
R. Capital	919.941,97	1.869.982,64	1.559.931,16	1.203.092,05	916.606,62	150.000,00
Total	20.431.122,68	22.020.334,75	21.327.813,23	19.855.517,92	19.353.589,57	17.458.210,00

Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de Brasil (2018).

Percebe-se uma pequena oscilação nas receitas orçamentárias totais do município a partir de 2009, ora aumentando, ora diminuindo, porém de 2015 a 2017 as receitas estão diminuindo gradativamente. Nota-se também uma grande diferença entre as receitas correntes e as de capital.

Em todo o período as receitas correntes correspondem à maior parte da receita total, principalmente no ano de 2017 que foi de 99%, e por causa disto as receitas correntes serão mais bem analisadas neste estudo, pois esta representa a efetiva capacidade de arrecadação, enquanto a receita de capital não reflete de modo seguro, pois é formada por itens ocasionais e não frequentes proveniente de “transferências voluntárias (recursos que os municípios recebem da União e do Estado sob a forma de convênio), pelos valores oriundos de operações de crédito e pela receita proveniente da alienação de bens” (FRENTE NACIONAL DE PREFEITOS; AEQUUS CONSULTORIA, 2014, p. 4). Além disso, as receitas de capital tendem a aumentar em anos eleitorais, uma vez que são recursos destinados a investimentos (FRENTE NACIONAL DE PREFEITOS; AEQUUS CONSULTORIA, 2014).

As receitas correntes são divididas em: receita tributária, receita de contribuições, receitas patrimoniais, receita agropecuária, receita industrial, receita de serviços e transferências correntes (LIMA FILHO, 2016).

Neste estudo serão analisadas as receitas correntes: tributária, patrimonial, serviços, transferências correntes e outras receitas correntes. O quadro 29 demonstra as receitas correntes do município de Motuca:

Quadro 29 - Receita Corrente do município de Motuca de 2000 a 2017 em milhões de reais atualizados.

Receita Corrente	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Receita Tributária	543.309,64	669.441,59	679.591,14	733.444,05	985.821,61	1.134.278,06
Receita Patrimonial	90.808,91	142.529,24	224.878,02	293.098,62	119.996,92	256.256,00
Receita Industrial	173.428,48	199.801,90	-	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	254.252,35	245.716,97	262.653,04	259.939,92
Transferências	11.814.232,24	11.792.419,09	12.963.066,56	12.535.349,09	13.733.601,65	16.480.548,98
Outras Receitas	82.818,29	172.834,86	196.487,76	339.104,15	225.346,11	229.786,34
Total Receita Corrente	12.704.597,56	12.977.026,68	14.318.275,83	14.146.712,88	15.327.419,34	18.360.809,30
Total de Receitas (+ capital - deduções)	13.068.140,82	13.358.688,50	14.271.009,26	12.904.197,03	14.185.968,87	16.594.743,23
Receita Corrente	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Receita Tributária	1.067.141,96	1.050.026,01	1.194.890,46	1.154.441,63	1.277.350,71	1.098.376,62
Receita Patrimonial	281.919,59	195.885,22	285.660,97	195.275,94	154.982,10	303.188,38
Receita Industrial	-	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	272.978,75	281.168,88	256.502,51	231.888,17	238.592,26	178.476,35
Transferências	18.842.398,93	19.467.878,06	23.847.042,44	22.458.729,69	21.814.465,16	21.065.559,11
Outras Receitas	212.885,44	314.079,98	160.989,10	292.336,75	230.670,34	336.392,48
Total Receita Corrente	20.677.324,67	21.309.038,15	25.745.085,48	24.332.672,17	23.716.060,57	22.981.992,94
Total de Receitas (+ capital - deduções)	18.910.526,20	19.196.406,06	23.326.908,37	20.989.589,73	21.763.820,54	20.623.893,64
Receita Corrente	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Receita Tributária	1.180.865,54	1.124.261,13	962.685,73	1.030.655,88	953.381,53	760.161,04
Receita Patrimonial	119.937,59	82.189,19	144.665,08	170.123,17	217.798,26	214.128,03
Receita Industrial	-	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	222.212,32	244.409,79	241.167,20	195.933,39	177.110,04	190.283,94
Transferências	20.092.254,24	18.259.348,74	18.236.282,93	17.066.934,08	16.865.636,29	15.893.293,06
Outras Receitas	770.584,37	440.143,27	183.081,14	180.777,61	150.703,30	180.532,31
Total Receita Corrente	22.385.854,07	20.150.352,11	19.767.882,07	18.644.424,14	18.364.629,42	17.238.398,38
Total de Receitas (+ capital - deduções)	20.431.122,68	22.020.334,75	21.327.813,23	19.855.728,84	19.353.589,73	17.458.210,26

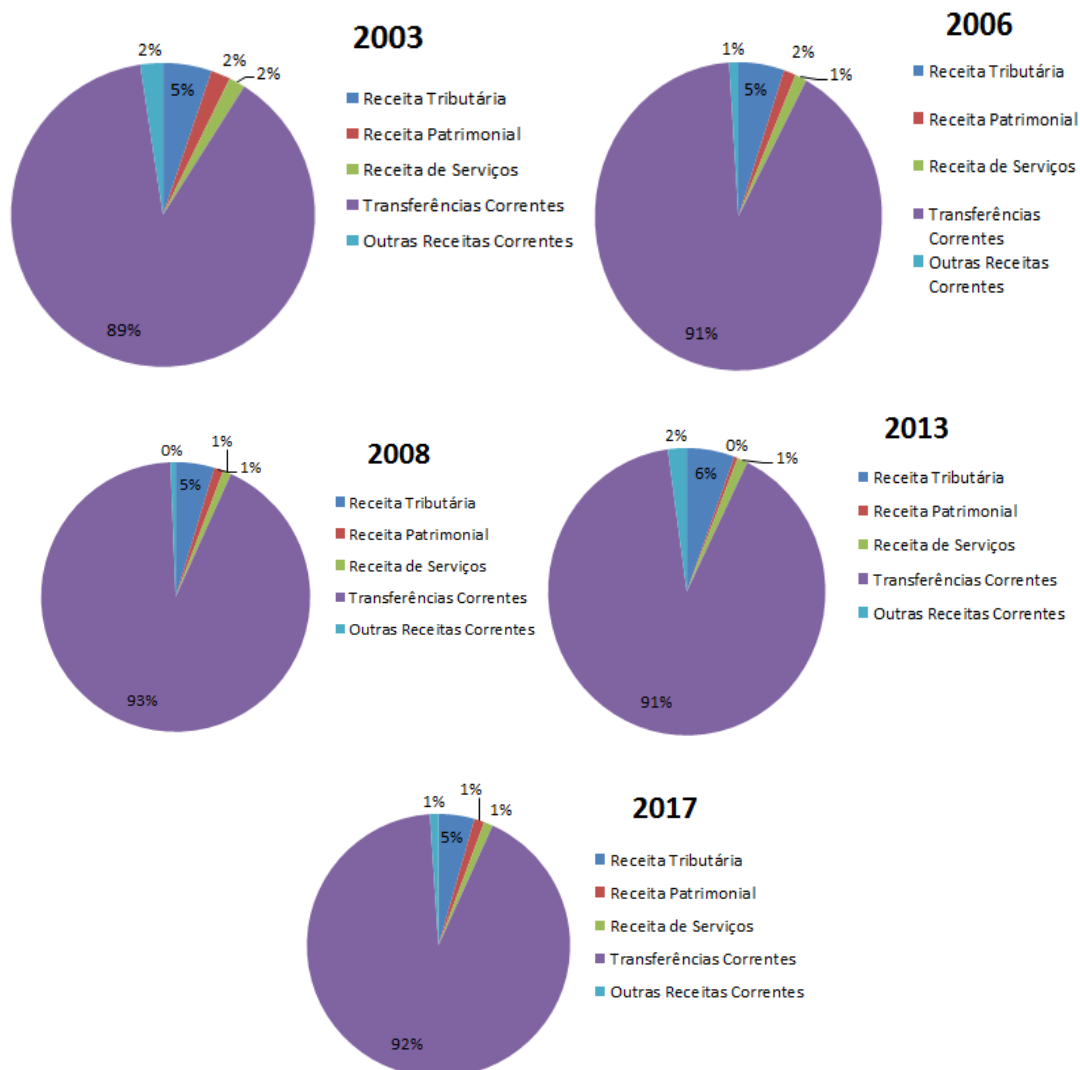
Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de Brasil (2018).

A receita tributária própria é proveniente da arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhoria. A receita patrimonial é a posse do patrimônio do ente público, como arrendamentos, valores mobiliários etc. A receita de serviços é proveniente da prestação de serviços decorrente de transporte, saúde, administrativo, fornecimento de água etc. Outras receitas correntes são multas, juros, indenizações, receitas da dívida ativa etc. As transferências correntes são provenientes de outras pessoas de direito público ou privado, e inserem-se nesta categoria os repasses intergovernamentais, da União e do Estado (ESTADO DE SÃO PAULO, Tribunal de Contas, 2018).

Nos dados utilizados, as transferências correntes incluem as transferências intergovernamentais mais os convênios firmados entre União e Estado.

Para uma melhor análise das receitas correntes do município antes e depois do fechamento da usina, será adotado os anos de 2003 e 2006 (anteriores ao fechamento), os anos de 2008 e 2013 (depois do fechamento) e também o ano de 2017 para se ter uma noção atual do município, o que está representado na figura 21:

Figura 21 - Receita Corrente do município de Motuca de 2003, 2006, 2008, 2013 e 2017 em %.



Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de Brasil (2018).

Observa-se na figura 21 que de 2003 a 2017 não ocorreu mudanças nas receitas correntes totais do município, permanecendo uma média de 91% de transferências correntes, sendo notória a dependência de Motuca para com os repasses do governo Federal e Estadual, com uma independência tributária de aproximadamente 9% apenas, situação que não se alterou com o fechamento da usina e se manteve antes e depois deste, o que nos leva a afirmar que o fechamento da usina não impactou na receita corrente total.

Porém, devido a sua relevância se torna primordial analisar a porcentagem de participação das transferências intergovernamentais (FPM, ICMS e ITR) na receita corrente total. Para isto a análise será dividida em receita tributária própria (taxas, contribuições, IPTU, ITBI e ISSQN), que representa 5%, e devido à baixa relevância mostrada nos gráficos

anteriores, a receita patrimonial, industrial, de serviços e outras receitas correntes serão classificadas como “outros”. E também serão consideradas as outras transferências correntes que incluem os convênios firmados com União e Estado, como os repasses do Sistema Único de Saúde (SUS), do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEB) etc.

O quadro 30 demonstra o confronto de participação entre a receita tributária própria com as transferências do ICMS, FPM e ITR:

Quadro 30 - (%) da Receita Própria, ICMS, FPM e ITR de Motuca de 2000 a 2017 em milhões de reais atualizados.

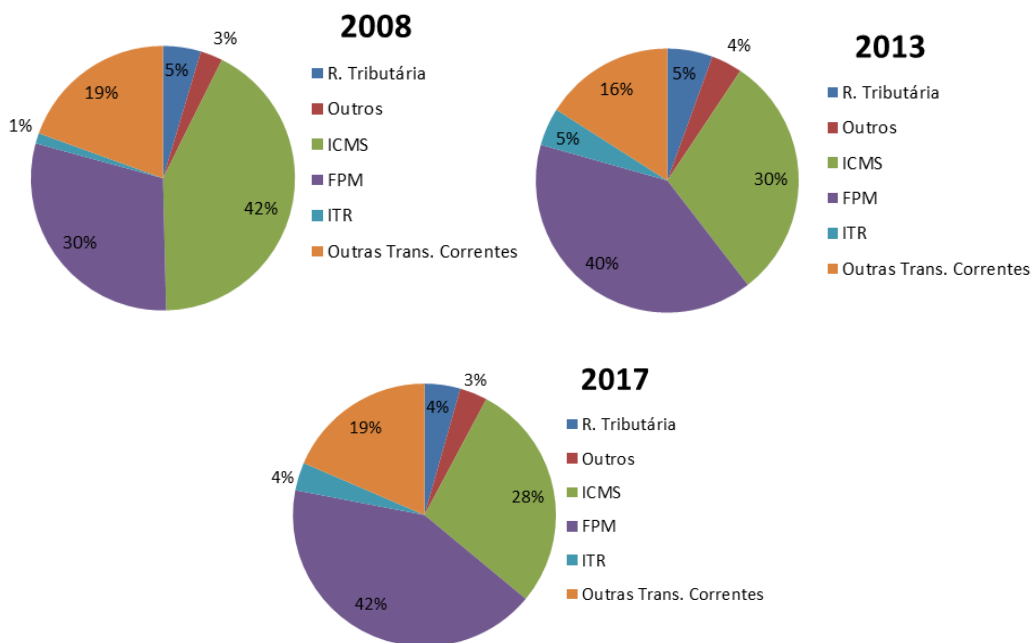
Ano	R. Corrente	R. Tributária	%	Outros	%	ICMS	%
2000	12.704.597,56	543.309,64	4,28	347.055,68	2,73	5.397.813,01	42,49
2001	12.977.026,68	669.441,59	5,16	515.166,00	3,97	5.378.932,55	41,45
2002	14.318.275,83	679.591,14	4,75	675.618,13	4,72	5.725.295,36	39,99
2003	14.146.712,88	733.444,05	5,18	877.919,73	6,21	5.306.735,33	37,51
2004	15.327.419,34	985.821,61	6,43	607.996,08	3,97	5.251.528,66	34,26
2005	18.360.809,30	1.134.278,06	6,18	745.982,26	4,06	7.000.198,99	38,13
2006	20.677.324,67	1.067.141,96	5,16	767.783,78	3,71	8.562.600,09	41,41
2007	21.309.038,15	1.050.026,01	4,93	791.134,08	3,71	8.393.190,59	39,39
2008	25.745.085,48	1.194.890,46	4,64	703.152,58	2,73	10.875.333,37	42,24
2009	24.332.672,17	1.154.441,63	4,74	719.500,86	2,96	10.313.342,12	42,38
2010	23.716.060,57	1.277.350,71	5,39	624.244,70	2,63	8.788.711,97	37,06
2011	22.981.992,94	1.098.376,62	4,78	818.057,21	3,56	6.629.113,21	28,84
2012	22.385.854,07	1.180.865,54	5,28	1.112.734,29	4,97	5.615.018,46	25,08
2013	20.150.352,11	1.124.261,13	5,58	766.742,25	3,81	6.067.718,23	30,11
2014	19.767.882,07	962.685,73	4,87	568.913,41	2,88	5.867.986,22	29,68
2015	18.644.424,14	1.030.655,88	5,53	546.834,17	2,93	5.502.718,55	29,51
2016	18.364.629,42	953.381,53	5,19	545.611,60	2,97	4.930.705,69	26,85
2017	17.238.398,38	760.161,04	4,41	584.944,28	3,39	4.862.503,10	28,21
Ano	R. Corrente	FPM	%	ITR	%	Outras Trans. Correntes	%
2000	12.704.597,56	4.000.980,08	31,49	151.543,15	1,19	2.263.896,00	17,82
2001	12.977.026,68	4.337.312,14	33,42	121.164,12	0,93	1.955.010,27	15,07
2002	14.318.275,83	4.953.197,48	34,59	92.619,87	0,65	2.191.953,84	15,31
2003	14.146.712,88	4.407.754,37	31,16	168.548,92	1,19	2.652.310,47	18,75
2004	15.327.419,34	4.569.370,97	29,81	116.186,49	0,76	3.796.515,54	24,77
2005	18.360.809,30	5.280.479,19	28,76	117.701,54	0,64	4.082.169,26	22,23
2006	20.677.324,67	5.591.633,09	27,04	302.935,57	1,47	4.385.230,18	21,21
2007	21.309.038,15	6.281.119,79	29,48	340.510,23	1,60	4.453.057,46	20,90
2008	25.745.085,48	7.626.852,24	29,62	328.374,73	1,28	5.016.482,11	19,49
2009	24.332.672,17	6.965.820,05	28,63	376.967,84	1,55	4.802.599,68	19,74
2010	23.716.060,57	7.047.131,01	29,71	657.780,08	2,77	5.320.842,11	22,44
2011	22.981.992,94	8.140.543,42	35,42	516.416,58	2,25	5.779.485,91	25,15
2012	22.385.854,07	7.985.181,71	35,67	608.003,87	2,72	5.884.050,20	26,28
2013	20.150.352,11	8.036.471,67	39,88	934.505,06	4,64	3.220.653,78	15,98
2014	19.767.882,07	8.082.212,28	40,89	771.288,93	3,90	3.514.795,50	17,78
2015	18.644.424,14	7.861.867,64	42,17	714.319,36	3,83	2.988.028,53	16,03
2016	18.364.629,42	7.825.240,60	42,61	836.725,13	4,56	3.272.964,86	17,82
2017	17.238.398,38	7.243.310,73	42,02	593.939,56	3,45	3.193.539,67	18,53

Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de Brasil (2018).

O quadro 30 mostra que as maiores mudanças se deram no ICMS e no FPM. Em 2008 o ICMS representava 42% da receita corrente, em 2013 reduziu para 30%, e de 2014 até 2017 sofreu flutuações de 27 a 30%. De 2010 (dois anos depois do fechamento da usina) para o ano de 2017 ocorreu uma queda no ICMS de 9%. Já o FPM em 2008 representava 30%, em 2013 foi para 40%, e de 2014 até 2017 representa aproximadamente 42%. De 2010 para 2017 ocorreu um aumento no FPM de 12%. O ITR aumentou a partir de 2010, porém sofreu flutuações de 2008 para 2017 variando entre 2 a 5%. A participação da receita tributária própria não se alterou significativamente, permanecendo entre 4 e 5% de 2008 a 2017.

A figura 22 demonstra os gráficos dos anos de 2008, 2013 e 2017:

Figura 22 - Participação da Receita Própria, ICMS, FPM e ITR do município de Motuca de 2008, 2013 e 2017 em %.



Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de Brasil (2018).

Pode-se dizer que a redução do ICMS de 9% foi “compensada” em parte pelo aumento do repasse do FPM (12%) e do ITR (2%), porém, de 2008 para 2017 o total de receita corrente está declinando gradativamente (de 25,745 milhões para 17,238 milhões), o que pode ser explicado pela redução das transferências intergovernamentais e dos convênios, que conta no quadro 29: em 2008 eram de 23,847 milhões, em 2017 reduziu para 15,893 milhões, onde inclusive, a partir de 2013, ocorre uma redução gradativa também no repasse do FPM (de 8,036 milhões para 7,243 milhões em 2017).

CAPÍTULO 4: ANÁLISE SOCIOECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE MOTUCA

4.1 - PIB Municipal

O Produto Interno Bruto (PIB) mede a riqueza de todos os bens e serviços que são produzidos no território, neste caso o PIB municipal de Motuca. O PIB *per capita* é o valor final dos bens e serviços produzidos por habitante, ou seja, é a contribuição de cada habitante do município nos diferentes setores da economia local (SEADE, 2018).

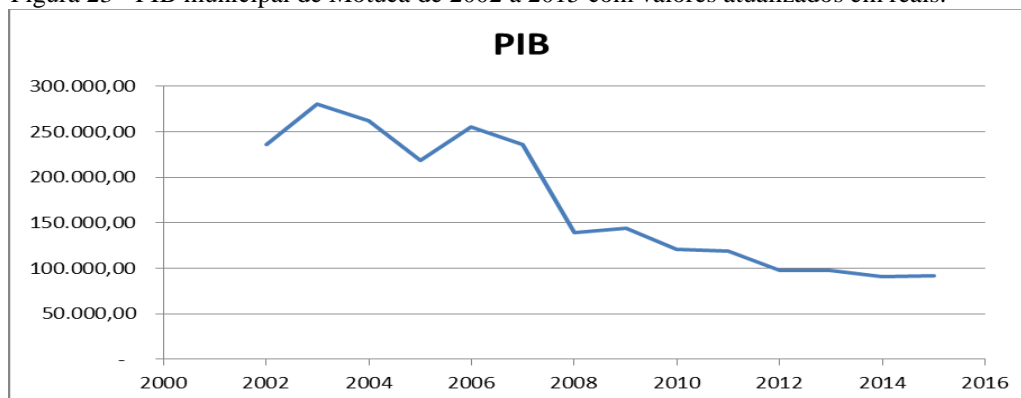
O quadro 31 e a figura 23 demonstram o PIB municipal de 2002 a 2015:

Quadro 31 - PIB de Motuca e sua participação estadual de 2002 a 2015 com valores atualizados em reais.

ANO	PIB	PIB PER CAPITA	PARTICIPAÇÃO NO PIB DO ESTADO (%)
2002	235.809,91	59.728,95	1,5148
2003	280.439,11	70.232,68	1,6966
2004	262.085,89	64.937,04	1,5462
2005	218.899,27	53.572,99	1,3229
2006	254.934,88	61.697,69	1,4726
2007	236.281,00	56.648,53	1,2901
2008	139.530,34	33.111,14	0,7113
2009	143.477,00	33.735,48	0,7015
2010	121.201,25	28.278,41	0,5472
2011	119.270,93	27.596,24	0,5085
2012	97.978,29	22.477,24	0,4036
2013	97.206,37	22.117,49	0,3884
2014	90.955,77	20.522,52	0,3519
2015	91.955,98	20.576,41	0,3636

Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de SEADE (2018).

Figura 23 - PIB municipal de Motuca de 2002 a 2015 com valores atualizados em reais.



Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de SEADE (2018).

De 2007 a 2008 observa-se uma queda de 41% no PIB municipal, queda também de 41% no PIB *per capita*, bem como uma queda na participação do PIB estadual de 44%, reflexo do fechamento da usina. De 2008 a 2015 a situação não se altera de forma relevante, o PIB municipal cai mais 34%, o PIB *per capita* cai mais 37% e a participação estadual retrai mais 48%.

Para calcular o PIB de um município o IBGE leva em consideração a riqueza, ou seja, o valor adicionado (VA), gerada por três setores da economia: indústria, agropecuária e serviços. O setor de administração pública é uma subcategoria do setor de serviços, portanto, o VA da administração pública já está incluído no VA de serviços. Para uma melhor análise o valor adicionado da administração pública foi especificado. O valor do PIB municipal se refere à contribuição do valor adicionado.

O quadro 32 e a figura 24 demonstram o valor adicionado por setor, bem como a porcentagem de cada um no valor adicionado total:

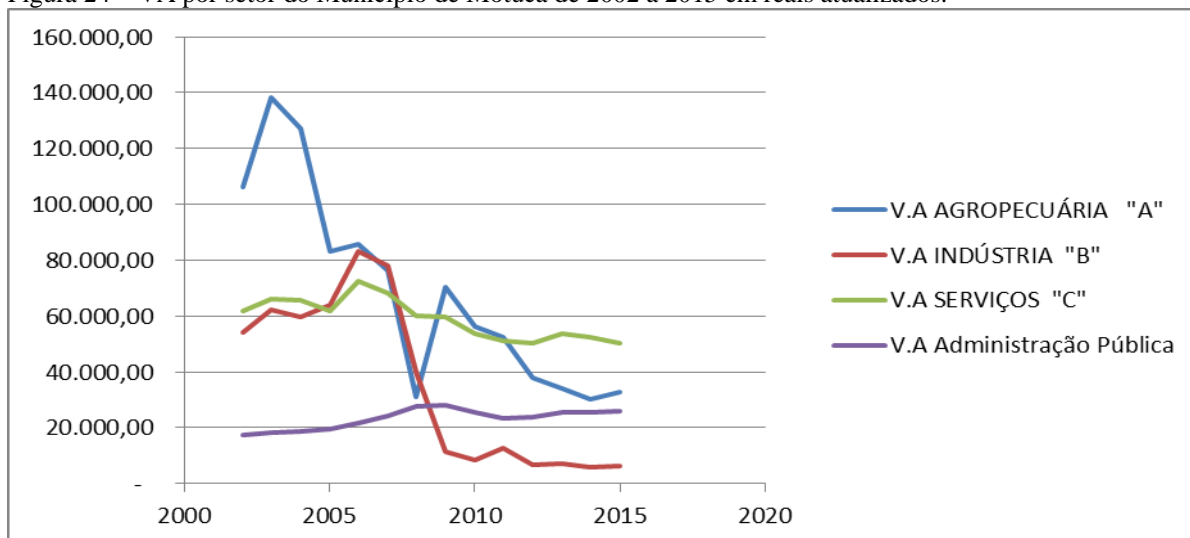
Quadro 32 - Valor Adicionado da Agropecuária, Indústria, Serviços, Administração Pública e sua Participação no VA Total do Município de Motuca de 2002 a 2015 (valores em reais atualizados e em %).

ANO	V.A AGROPECUÁRIA "A"	Participação da Agropecuária no VA Total (%)	V.A INDÚSTRIA "B"	Participação da Indústria no VA Total (%)	V.A SERVIÇOS "C"	Participação dos Serviços no VA Total (%)	V.A TOTAL A+B+C	V.A Administração Pública	Participação da Adm. Pública no VA Total (%)
2002	106.414,44	47,8	54.339,73	24,41	61.878,83	27,79	222.632,99	17.438,93	7,83
2003	138.327,41	51,83	62.473,26	23,41	66.074,89	24,76	266.875,56	18.383,25	6,89
2004	127.012,07	50,35	59.693,14	23,66	65.543,82	25,98	252.249,06	18.908,50	7,5
2005	83.356,48	39,87	63.920,13	30,58	61.768,71	29,55	209.045,32	19.725,87	9,44
2006	85.628,20	35,51	83.129,77	34,47	72.381,07	30,02	241.139,04	21.525,74	8,93
2007	76.251,73	34,29	77.990,65	35,07	68.150,33	30,64	222.392,71	24.408,83	10,98
2008	31.297,47	23,79	40.098,66	30,48	60.180,36	45,74	131.576,51	27.790,86	21,12
2009	70.358,52	49,61	11.651,43	8,22	59.813,84	42,17	141.823,79	27.914,98	19,68
2010	56.171,89	47,49	8.413,17	7,11	53.692,08	45,4	118.277,13	25.372,27	21,45
2011	52.549,64	45,2	12.722,98	10,94	50.987,14	43,86	116.259,78	23.590,93	20,29
2012	37.761,19	39,78	6.793,28	7,16	50.372,22	53,06	94.926,68	23.796,96	25,07
2013	34.109,74	35,99	7.051,34	7,44	53.603,10	56,56	94.764,17	25.489,65	26,9
2014	30.283,17	34,15	5.970,78	6,73	52.429,37	59,12	88.683,33	25.525,44	28,78
2015	32.690,33	36,55	6.320,10	7,07	50.435,62	56,39	89.446,05	26.152,70	29,24

Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de SEADE (2018).

O VA da administração pública, agropecuária, serviços e indústria não considera os impostos.

Figura 24 – VA por setor do Município de Motuca de 2002 a 2015 em reais atualizados.

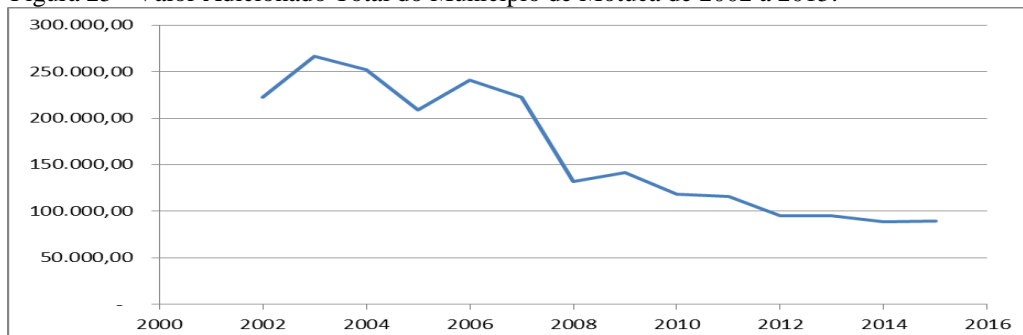


Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de SEADE (2018).

Nota-se na figura 24 que em 2007 ocorre uma queda brusca no valor adicionado da indústria, o que coincide com o fechamento da usina Santa Luiza. O valor adicionado da agropecuária acompanha a queda em 2007 do valor adicionado da indústria, tanto que neste ponto o VA da indústria e da agropecuária divide a mesma posição no gráfico, porém o VA da agropecuária cai menos que o da indústria, voltando a crescer em 2009, porém sem recuperação nos anos seguintes. O valor adicionado de serviços se mantém com certa constância ao longo deste período. Um fato importante que começa a ocorrer em 2011 é a queda do valor adicionado da agropecuária em comparação com o valor adicionado de serviços, sendo este último o setor que predomina no município de 2011 a 2015. Outro fato muito importante é que a partir de 2009 o VA da administração pública suplanta o VA da indústria.

Na figura 25 também nota-se o impacto da queda do valor adicionado da indústria em 2007:

Figura 25 - Valor Adicionado Total do Município de Motuca de 2002 a 2015.



Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de SEADE (2018).

De 2008 para 2009 a participação da indústria no VA total caiu de 30% para 8%, porém esta queda foi compensada pelo aumento na participação da agropecuária no VA total de 24% para 50%, o que explica o aumento no valor do VA total no ano de 2009.

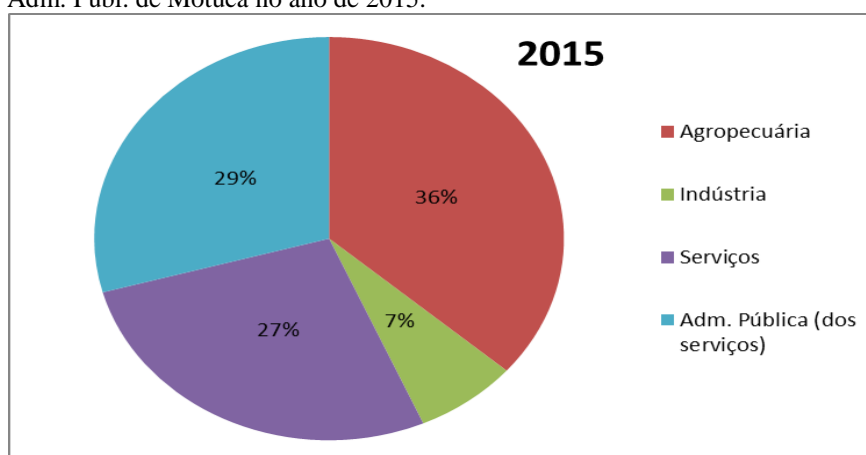
De modo geral de 2002 a 2015 o VA da indústria caiu de 25% para 7% na participação do VA total. O VA da agropecuária tentou compensar esta perda até 2011, quando também começa a declinar, tanto que de 2002 a 2015, sua participação no VA total cai de 48% para 37%.

O VA de serviços e da administração pública são os únicos que demonstram aumento. De 2002 a 2015 o VA de serviços aumentou de 28% para 56%, e o da administração pública aumentou de 8% para 29%. Nota-se que a partir de 2008, com o fechamento da usina, quase metade do valor adicionado dos serviços provêm do valor adicionado da administração pública.

Pode-se dizer que o VA total não sofreu impactos maiores devido ao aumento do VA de serviços (proveniente do aumento no VA da administração pública), o que acabou compensando a queda no VA da indústria e da agropecuária, este último quase se igualando com o VA da administração pública.

A figura 26 demonstra a porcentagem do VA por setor no ano de 2015:

Figura 26 – Participação (em %) do VA da Agropecuária, Indústria, Serviços e Adm. Públ. de Motuca no ano de 2015.



Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de SEADE (2018).

Na figura 26 se somarmos os 29% do VA da administração pública com os 27% do VA de serviços, iremos encontrar os 56% de participação dos serviços no VA total, conforme o quadro 31. Apenas desmembramos o VA da administração pública do VA de serviços total para uma melhor análise.

A figura 26 demonstra que mais da metade do PIB municipal é constituído atualmente pelo setor de serviços, e destes, quase 30% é constituído pela administração pública, sendo o setor de serviços o que mais gera empregos no município.

De acordo com o IBGE (2018), os municípios com menor população e PIB baixo tendem a ter a administração pública como principal setor econômico, e em segunda posição o setor da agropecuária, seguido do setor de serviços. Neste caso o município em estudo ainda possui o setor da agropecuária como principal setor econômico, ficando o setor da administração pública em segunda posição, desviando do padrão abordado pelo IBGE.

Pode-se concluir que pelo município possuir uma área rural maior que a área urbana, é um alerta o VA da agropecuária ser 36% menor que o total de serviços (56%), sendo deste total, 29% provenientes dos serviços da administração pública. Isso demonstra que a monocultura da cana-de-açúcar (que em 2010 representou 99% de área colhida em comparação com as outras culturas e 77% da área territorial), juntamente com a mecanização, não traz benefícios de riqueza para o município.

4.2 - Emprego e renda

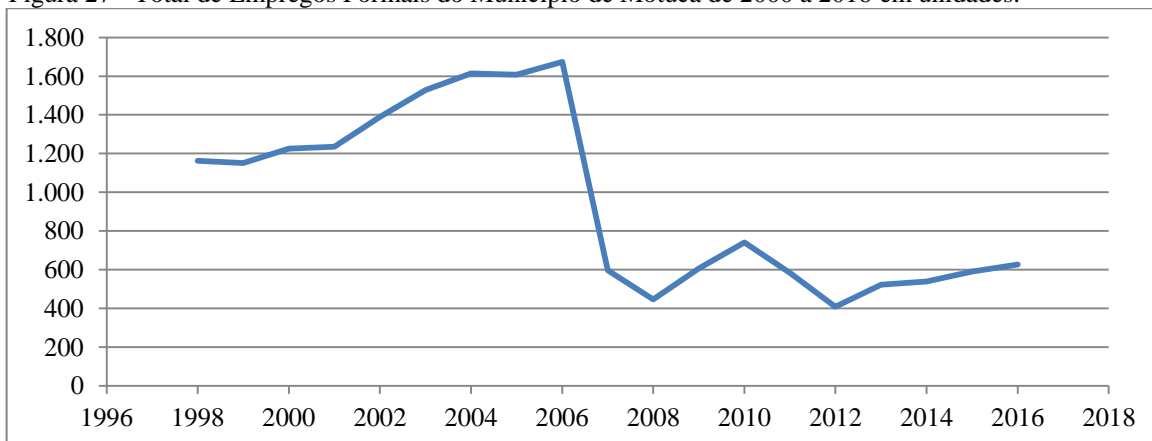
O quadro 33 e a figura 27 demonstram a relação de empregos formais totais, já a figura 28 mostra os empregos formais por setor econômico de 2000 a 2016:

Quadro 33 - Empregos Formais na Agropecuária, Indústria, Serviços, Construção e Comércio em unidades e sua Participação (%) no Total de Empregos Formais do Município de Motuca de 2000 a 2016.

ANO	AGROPEC.	% Agrop.	INDÚSTRIA	% Indústria	SERVIÇOS	% Serviços	CONSTRUÇÃO	% Construção	COMÉRCIO ATACADISTA E VAREJISTA	% Comércio	TOTAL DE EMPREGOS FORMAIS
2000	694	56,65	320	26,12	150	12,24	1	0,08	60	4,90	1.225
2001	679	54,98	324	26,23	166	13,44	3	0,24	63	5,10	1.235
2002	808	58,13	344	24,75	155	11,15	9	0,65	74	5,32	1.390
2003	883	57,79	401	26,24	177	11,58	9	0,59	58	3,80	1.528
2004	910	56,35	380	23,53	213	13,19	6	0,37	106	6,56	1.615
2005	920	57,25	385	23,96	222	13,81	5	0,31	75	4,67	1.607
2006	975	58,24	377	22,52	231	13,80	86	5,14	1.674
2007	143	23,95	73	12,23	244	40,87	137	22,95	597
2008	37	8,30	103	23,09	210	47,09	96	21,52	446
2009	63	10,38	152	25,04	289	47,61	64	10,54	607
2010	29	3,91	227	30,63	364	49,12	58	7,83	63	8,50	741
2011	39	6,69	117	20,07	290	49,74	42	7,20	95	16,30	583
2012	32	7,84	60	14,71	236	57,84	50	12,25	408
2013	44	8,41	140	26,77	252	48,18	55	10,52	523
2014	80	14,84	132	24,49	243	45,08	24	4,45	60	11,13	539
2015	57	9,64	151	25,55	296	50,08	27	4,57	60	10,15	591
2016	52	8,29	167	26,63	296	47,21	44	7,02	68	10,85	627

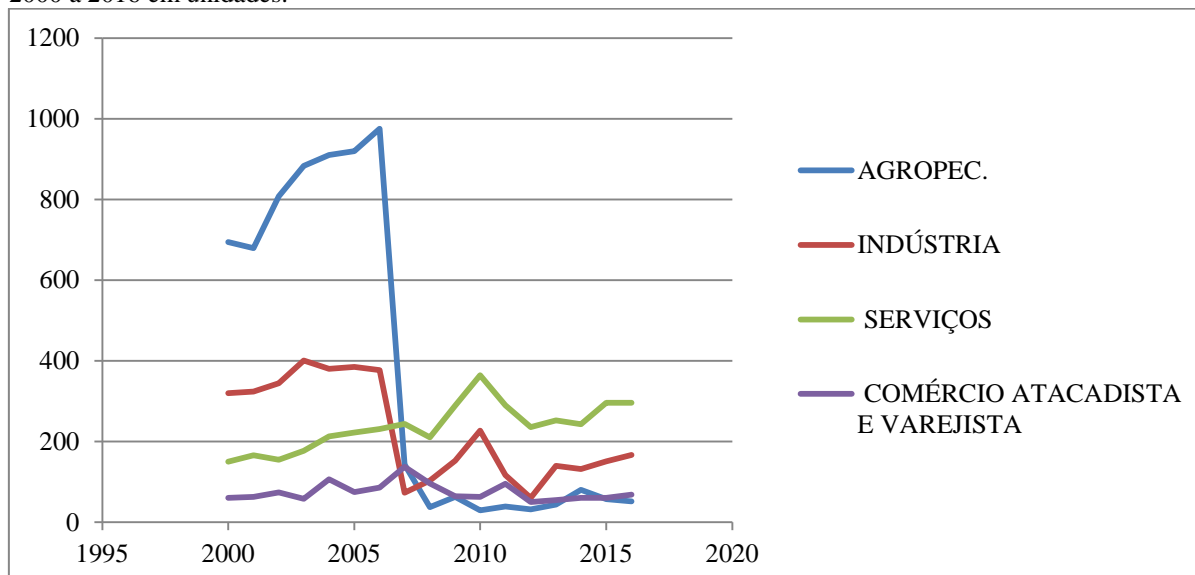
Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de SEADE (2018).

Figura 27 - Total de Empregos Formais do Município de Motuca de 2000 a 2016 em unidades.



Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de SEADE (2018).

Figura 28 - Empregos Formais na Agropecuária, Indústria, Serviços e Comércio do Município de Motuca de 2000 a 2016 em unidades.



Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de SEADE (2018).

Observa-se nas figuras 27 e 28 que ocorreu uma queda brusca no total de empregos formais de 2007 a 2008, ano do fechamento da usina e subsequente, e que os valores não conseguiram voltar para o mesmo patamar de antes, prevalecendo essa queda até os dias atuais. Em 2009/2010 ocorreu uma leve tentativa de recuperação, principalmente do setor de serviços e da indústria, porém voltou a decair em 2012, anos que coincidem com os valores altos de repasses do ICMS já citados neste estudo. Fato que demonstra que quando o governo incentiva o “aquecimento” da economia, isso também reflete na geração de empregos.

Um fato interessante é que os empregos formais da agropecuária sempre foram maiores que os da indústria, mesmo antes da usina fechar (de 2000 a 2007), e que este foi o setor que mais sentiu o impacto do fechamento da usina, tanto que entre 2008 a 2016, de

acordo com o quadro 33, a indústria conseguiu ter uma leve recuperação na geração de empregos, porém o setor da agropecuária caiu gradativamente. O setor da indústria suplantou o setor da agropecuária na geração de empregos a partir de 2008.

A agropecuária representava no ano 2000 aproximadamente 57% dos empregos formais totais, contra 26% da indústria, 12% de serviços e 5% do comércio. Já em 2016 a agropecuária representa 8%, a indústria continua com os 26%, e os setores de serviço e comércio foram os únicos que aumentaram para 47% e 11% respectivamente.

Nota-se na figura 28 que o setor agropecuário foi o que mais sentiu o impacto do fechamento da usina, acompanhando o seu declínio e não se recuperando mais, o que demonstra uma relação próxima do setor agropecuário e da indústria para este município. Análise que reitera o gráfico do valor adicionado já citado anteriormente.

A figura 27 e a figura 28 nos levam a concluir que o fechamento da usina Santa Luiza impactou massivamente nos empregos do setor agropecuário, pois a usina empregava muito mais neste setor, mais que na própria indústria. A Etanol Participações, *holding* formada para a compra da usina Santa Luiza, além de fechar seu corpo industrial, aumenta a mecanização na colheita de cana-de-açúcar, o que faz com que os empregos do setor agropecuário fiquem em último lugar nos setores econômicos geradores de emprego.

A partir de 2007 o setor que se destaca na geração de empregos é o de serviços, em segundo a indústria, e em último o agropecuário, mudando completamente o perfil de emprego do município a partir deste ano.

A análise do número de estabelecimentos empregadores reforça esta conclusão, de acordo com o quadro 34:

Quadro 34 - Total de Estabelecimentos Empregadores do Município de Motuca de 2006 a 2016.

Ano	Total Estabelecimentos Empregadores	Indústria	Fabricação de Produtos Alimentícios	Confecção Vestuário e Acessórios	Comércio Atacadista e Varejista	Serviços	Estabelecimento da Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca	Construção
2006	53	5	1	..	14	19	14	1
2007	62	4	1	..	19	23	16	..
2008	60	5	1	1	18	20	17	..
2009	60	6	..	2	15	19	18	2
2010	67	11	..	5	16	22	15	3
2011	72	11	1	4	19	19	20	3
2012	59	8	1	3	20	16	14	1
2013	65	10	3	3	22	17	15	1
2014	64	7	3	2	22	17	17	1
2015	63	7	2	2	20	20	15	1
2016	64	6	2	1	18	19	15	6

Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de SEADE (2018).

Pode-se notar que se tem um número muito maior de estabelecimentos de serviços e comércio, ficando a agropecuária em terceiro lugar.

O município é sede de uma unidade da empresa Elite, confecção que existe desde 1994. Em 2013 a empresa realizou um novo investimento (R\$ 600 mil). A confecção Pegasus (braço da Elite) produz a linha de elásticos, bermudas, shorts e camisetas, e produz diariamente 3 mil peças com 70 empregados. Além da Pegasus, a Elite ainda possui em Motuca a empresa Pinta e Borda com aproximadamente 100 funcionários.

Logo depois do fechamento da usina a população encontrou na indústria têxtil seu sustento, tanto que no ano de 2011 o município possuía 4 confecções. Atualmente Motuca possui mão-de-obra qualificada para a indústria têxtil, porém ociosa.

4.3 - Produção agrícola

Como já citado anteriormente, o município de Motuca possui uma área territorial de 22.870 hectares, e com base neste dado o quadro 35 e 36 mostram respectivamente a área plantada e colhida total do município, juntamente com os cinco produtos com maior produção de 2000 a 2010, que são: cana-de-açúcar, laranja, amendoim, milho e soja.

Quadro 35 - Área Plantada e Colhida de Motuca de 2000 a 2010 em hectares.

Ano	Área Plant./Colhid Lavoura Permanente (ha)	Área Plant./Colhid Lavoura Temporária (ha)	Área Plant./Colhid Total (ha)	% Área Territorial com Plantação
2000	779	19.487	20.266	89
2001	788	18.110	18.898	83
2002	2.220	16.085	18.305	80
2003	2.805	16.085	18.890	82
2004	2.150	16.495	18.645	81
2005	2.102	16.550	18.652	81
2006	2.102	16.550	18.652	81
2007	2.190	16.738	18.928	83
2008	125	17.920	18.045	79
2009	60	17.500	17.560	77
2010	112	17.500	17.612	77

Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de IPEA (2018).

Quadro 36 - Área Plantada e Colhida das cinco culturas com maior produção do Município de Motuca de 2000 a 2016 em hectares.

Ano	Área colhida cana (ha)	% de Área Territorial com cana	% de Área Plant./Colhid com cana	Área colhida de Laranja (ha)	Área Colhida Amendoim (ha)	Área Colhida Milho (ha)	Área Colhida Soja (ha)
2000	17.900	78	88	709	..	1.090	300
2001	17.000	74	90	688	150	800	50
2002	15.000	66	82	2.120	..	400	600
2003	15.000	66	79	2.697	..	400	600
2004	15.000	66	80	2.070	150	450	750
2005	15.200	66	81	2.014	70	390	850
2006	15.200	66	81	2.014	70	390	850
2007	15.428	67	82	2.114	70	350	850
2008	17.500	77	97	37	..	100	320
2009	17.500	77	100	0
2010	17.500	77	99	37	..	200	..
2011	15.185	66	..	904	..	200	..
2012	10.600	46	..	704	..	200	600
2013	10.600	46	..	704	..	200	600
2014	10.600	46	..	704	..	200	600
2015	11.480	50	..	790	180	120	505
2016	11.600	51	..	775	200	50	580

Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de IPEA (2018); SEADE (2018).

De acordo com o IBGE (2015), o município produziu também abacate, abacaxi, banana, batata-doce, café, feijão, goiaba, limão, mandioca, manga, sorgo e tomate, porém, estes itens foram desconsiderados devido a sua produção ínfima em comparação com os cinco primeiros já citados.

Observa-se no quadro 35 que em 2000 a área plantada equivalia a quase 90% de seu território, em 2007 caiu para 83%, e em 2010 era de 77%, ocorrendo um declínio, o que pode ser explicado por vários fatores, tais como: aumento na atividade da pecuária, pelo crescimento urbano que ocorreu entre 2000 (logo após a emancipação) e 2010 e como uma consequência do fechamento da usina.

Infelizmente, pela ausência de dados, não se pode qualificar e nem quantificar a produção de alimentos proveniente do assentamento Monte Alegre pertencente à Motuca, o que demonstraria a contribuição do assentamento para a economia municipal, bem como se este possui participação nas quatro culturas com maior produção do município.

Nota-se que o principal produto plantado no município é a cana-de-açúcar, e que a área plantada/colhida de cana é desproporcionalmente maior que as outras culturas. No ano de 2000 a cana plantada representava 78% de seu território, em 2011 representou 66%, e em 2016 correspondia a 51%, ou seja, metade de sua área territorial é ocupada por cana-de-açúcar, porém, observa-se certo declínio a partir de 2011.

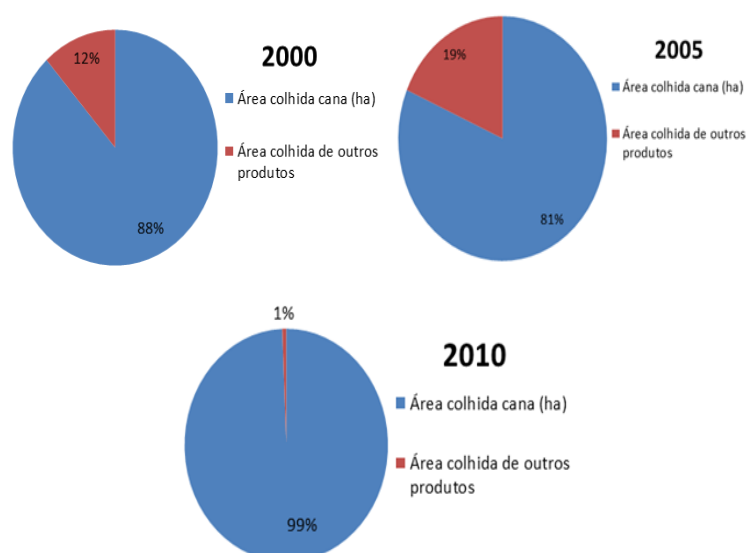
A queda na área colhida/plantada pode ser explicada pela política do governo nos últimos oito anos que priorizou os combustíveis fósseis (descoberta do pré-sal) e deixou o

álcool em segundo plano, “frisando que o foco da crise atual encontra-se nas fragilidades de concorrência do produto etanol hidratado diante da gasolina.” (SANTOS; GARCIA; SHIKIDA, 2015, p. 36). A crise no setor sucroalcooleiro, diante de sua complexidade, vai além da concorrência com a gasolina, pode-se citar também: o aumento dos custos de produção, baixa rentabilidade e as reduzidas margens econômicas, redução do investimento, alto grau de endividamento, lenta adoção de tecnologias para elevar a produtividade, dificuldade histórica na gestão da indústria e da agricultura etc (SANTOS; GARCIA; SHIKIDA, 2015).

Em comparação com a área colhida total de outros produtos, no ano 2000 a cana representava 88% da produção agrícola do município, em 2005 representava 81%, e no ano 2010, 99%, ou seja, no ano de 2010 praticamente toda produção agrícola do município foi de cana-de-açúcar. Por falta de dados não foi possível fazer esta comparação de 2011 até 2016, porém, baseado no declínio já observado de sua área colhida a partir de 2011, presume-se que houve um declínio da cana em comparação com outros produtos agrícolas.

A figura 29 ilustra melhor o domínio de área plantada/colhida de cana-de-açúcar. Neste caso a área colhida de outros produtos do gráfico incluem a laranja, soja, milho, amendoim e todos os outros que não foram citados no quadro 36 por sua pequena produção.

Figura 29 - Comparação com a área colhida de cana-de-açúcar com outras quatro culturas de maior produção do Município de Motuca nos anos de 2000, 2005 e 2010 em %.



Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de IPEA (2018).

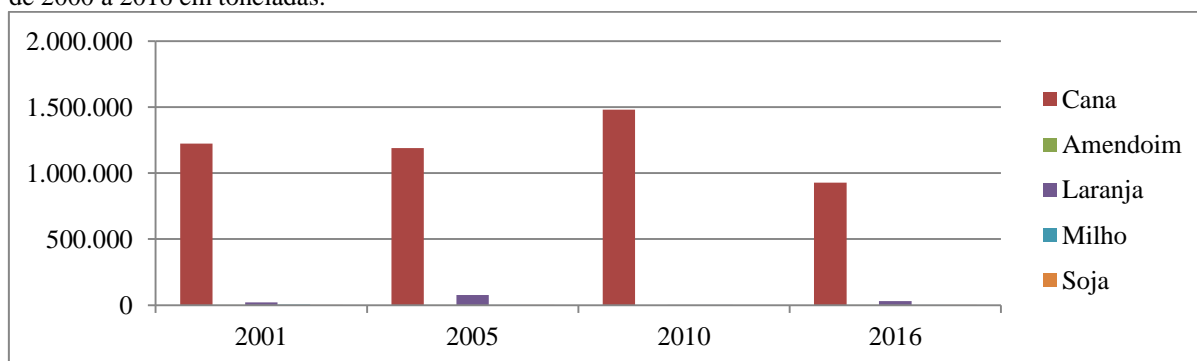
O quadro 37 mostra a produção dos cinco maiores produtos agrícolas deste município, já a figura 30 compara a produção de cana-de-açúcar com outras quatro culturas:

Quadro 37 - Produção de cana e das quatro culturas de maior produção de Motuca de 2000 a 2016 em tonelada.

Ano	Produção de cana tonelada	Produção de amendoim tonelada	Produção de Laranja tonelada	Produção de Milho tonelada	Produção de Soja tonelada
2000	1.288.800	..	34.226	4.278	630
2001	1.224.000	263	20.000	2.880	125
2002	1.074.000	..	91.355	1.440	1.440
2003	1.065.000	..	93.068	1.440	1.440
2004	1.142.250	450	107.674	1.620	1.800
2005	1.190.129	213	76.532	1.404	2.040
2006	1.190.129	213	76.532	1.404	2.040
2007	1.234.240	213	63.420	1.050	2.040
2008	1.575.000	..	1.110	300	768
2009	1.575.000
2010	1.480.000	..	1.110	360	..
2011	1.480.006	..	27120	715	..
2012	742.000	..	20893	960	1620
2013	742.000	..	20893	960	1620
2014	742.000	..	20893	960	1.620
2015	975.800	900	32232	720	1504
2016	928.000	900	31620	300	1740

Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de IPEA (2018) e SEADE (2018).

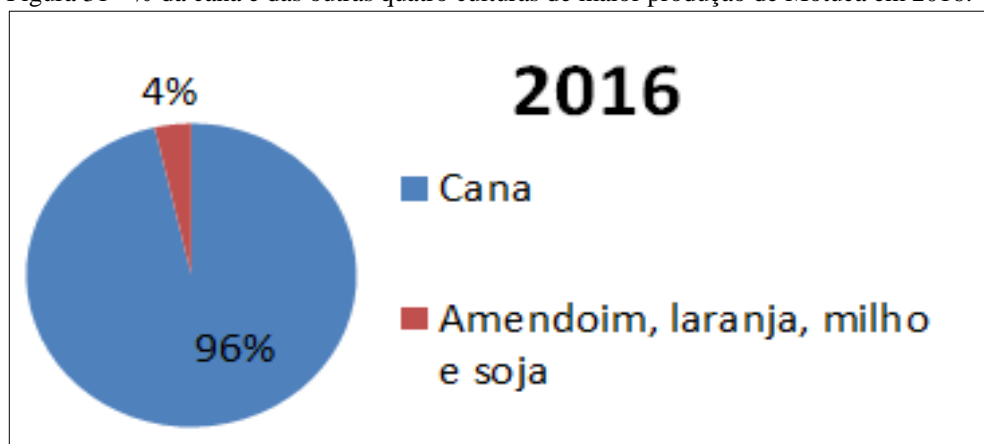
Figura 30 - Produção de cana-de-açúcar e das outras quatro culturas de maior produção do Município de Motuca de 2000 a 2016 em toneladas.



Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de IPEA (2018) e SEADE (2018).

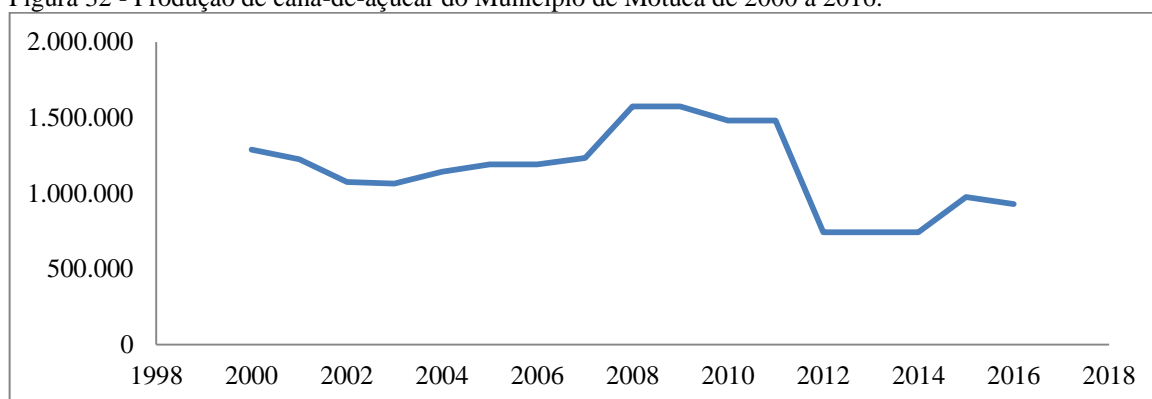
Na figura 30 a produção de amendoim, soja e milho são imperceptíveis, apenas a produção de laranja é visível, porém, se torna incomparável com a produção de cana. Tanto que no ano de 2016 a cana representou 96% em comparação com os 4% de todos os outros produtos, de acordo com a figura 31:

Figura 31 - % da cana e das outras quatro culturas de maior produção de Motuca em 2016.



Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de IPEA (2018) e SEADE (2018).

Figura 32 - Produção de cana-de-açúcar do Município de Motuca de 2000 a 2016.



Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de IPEA (2018) e SEADE (2018).

De acordo com a figura 32, a cana-de-açúcar mantém o mesmo nível de produção de 2000 a 2007 quando em 2008 tem um pico de produção que se mantém até 2011. De 2011 para 2012 a produção cai 50%, mantendo esta baixa até 2014, e com um ligeiro aumento em 2015, porém, sem se recuperar.

A partir do ano 2000 o cenário era favorável ao cultivo da cana-de-açúcar devido às políticas públicas favoráveis e um mercado externo em expansão, acarretando um crescimento da produção. Porém, a partir de 2008 com a crise financeira o governo cortou crédito aos usineiros, e logo depois com a nova política do governo de subsidiar a gasolina, fez o álcool deixar de ser competitivo. Estes e outros fatores contribuíram para que o setor entrasse em dificuldades, o que pode explicar a queda de produção a partir de 2012 e também o alto endividamento setorial.

4.4 - Habitação e infraestrutura urbana

Quadro 38 - Habitação e Infraestrutura Urbana do município de Motuca (em %).

Habitação e Infraestrutura Urbana (em %)	Motuca	Região Governo Araraquara	Estado
Grau de Urbanização (2018)	78,55%	95,91%	96,42%
Coleta de lixo nível de atendimento (2010)	100%	99,83%	99,66%
Abastecimento de água nível de atendimento (2010)	100%	99,43%	97,91%
Esgoto Sanitário nível de atendimento (2010)	99,59%	98,95%	89,75%

Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de SEADE (2018).

O município de Motuca apresenta boas condições de habitação e infraestrutura urbana com resultados acima da média regional e estadual, com exceção do grau de urbanização que ficou abaixo da média, com 78,55%, cujo cálculo é feito pelo percentual da população urbana em relação à população total.

Motuca possui uma área rural muito maior que a área urbana, o que explica o valor de urbanização abaixo da média regional e estadual. Como já dito anteriormente, em uma área territorial de 22.870 hectares e com uma área territorial plantada em 2010 de 17.612 hectares, sobram apenas 5.258 hectares para a área urbana e para a área não cultivada.

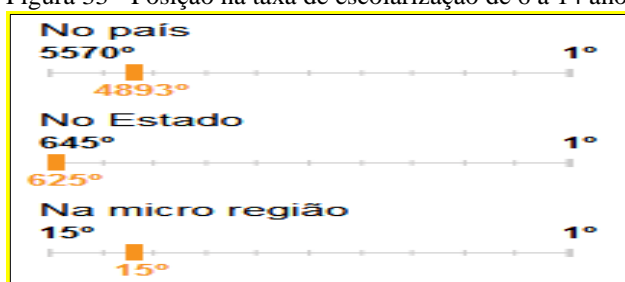
Por ausência de dados não foi possível quantificar a qualidade da habitação, bem como da infraestrutura na área rural do município, bem como no assentamento.

4.5 - Educação, saúde e segurança.

De acordo com os dados do IBGE (2017), o município de Motuca possui duas escolas de ensino fundamental (municipal) e 1 escola de ensino médio (Estadual), com 523 matrículas no ensino fundamental e 136 matrículas no ensino médio.

Importante destacar que estes dados não englobam os estudantes que se deslocam para outro município (principalmente Araraquara) para estudar em outras escolas públicas e particulares, o que pode explicar a posição baixa do município em sua microrregião:

Figura 33 - Posição na taxa de escolarização de 6 a 14 anos.

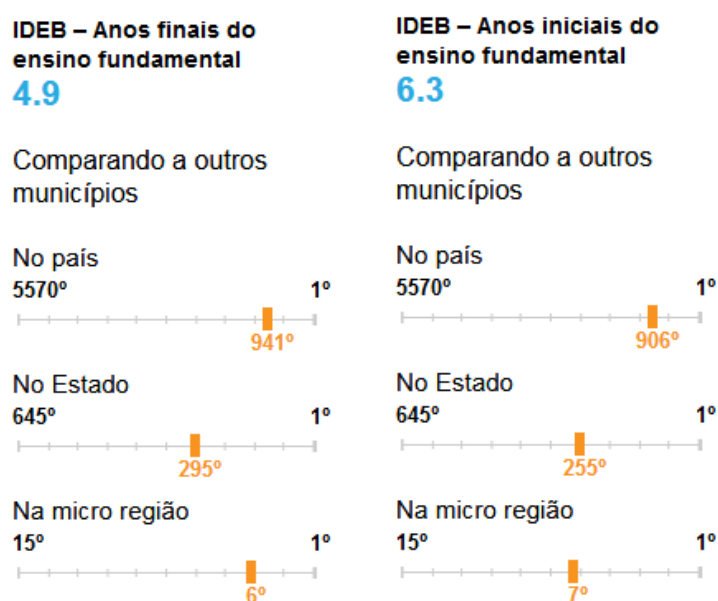


Fonte: IBGE (2010).

De acordo com a figura 33, a taxa de escolarização (2010) de 6 a 14 anos é de 95,4%, ficando em último lugar em sua microrregião, bem como na posição 625 do Estado, de um total de 645.

Em 2015 os alunos dos anos iniciais do ensino fundamental (do primeiro ao quinto ano) tiveram nota 6.3 no IDEB, e os alunos dos anos finais (do sexto ao nono ano) nota 4.9:

Figura 34 - Nota no IDEB dos anos iniciais e finais de Motuca.



Fonte: IBGE (2015).

O IDEB é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado em 2007, pelo Ministério da Educação (MEC), com o objetivo de medir a qualidade do aprendizado nacional no ensino fundamental e estabelecer metas para a melhoria do ensino. O objetivo único é alcançar 6 pontos até 2022, média correspondente ao sistema educacional dos países desenvolvidos. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018).

A nota no IDEB dos alunos dos anos iniciais de Motuca demonstra que já atingiram o objetivo do MEC, ou seja, já possuem uma média igual aos países desenvolvidos. A nota de 4.9 nos anos finais do ensino fundamental coloca o município de Motuca em sexto lugar em sua micro região, faltando pouco para atingir o objetivo do MEC.

Sobre saúde o município possui uma unidade básica de saúde e no quadro 39 seguem algumas estatísticas:

Quadro 39 - Estatísticas de Saúde do município de Motuca.

ESTATÍSTICAS DE SAÚDE	2000		2006		2016	
	Taxa de mortalidade infantil (Por mil nascidos vivos)	Motuca	18,2	Motuca	39,22	Motuca
RGA		16,2	RGA	14,01	RGA	11,4
Estado		17	Estado	13,28	Estado	10,91
Mães que fizeram sete e mais consultas de pré-Natal (em %)			Motuca	98	Motuca	75,32
			RGA	83,93	RGA	81,72
			Estado	74,89	Estado	79,05
Taxa de Mortalidade da população de 15 a 34 anos (por cem mil)	Motuca	70,9	Motuca	135,23	Motuca	134,68
	RGA	138	RGA	122,54	RGA	99,23
	Estado	197	Estado	132,55	Estado	104,02

Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de SEADE (2018).

A taxa de mortalidade infantil do município, nos três anos analisados ficou acima da média da região e do Estado. Sobre a consulta pré-natal não foram encontrados dados anteriores ao ano de 2006, ficando acima da média em 2006, porém piorando seu desempenho em 2016, e quase se igualando com o Estado. A taxa de mortalidade da população de 15 a 34 anos, em 2000 ficou abaixo das médias regional e estadual, em 2006 quase se igualou com a média estadual e em 2016 ficou acima das médias regional e estadual, indicando uma piora crescente neste item.

De modo geral os itens analisados pioraram de forma crescente com o passar dos anos estudados, e também se deve levar em consideração que o município possui médicos apenas em alguns horários específicos (clínico geral e pediatra) e não possui um hospital para cirurgias ou um ambulatório de especialidades, tendo nestes casos a população se deslocar para o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) do município de Américo Brasiliense, que fica a 46 Km de Motuca. Em casos de urgência para a central de vagas da Santa Casa de Araraquara, sobrecarregando ainda mais o serviço de saúde destes municípios.

O quadro 40 mostra o número de profissionais da saúde do município:

Quadro 40 – Profissionais da saúde de Motuca nos anos de 2000, 2006, 2012 e 2017.

Número de Profissionais	2000	2006	2012	2017
Técnico de enfermagem	1	2	15	16
Auxiliar de Enfermagem	7	12	11	10
Enfermeiros	..	1	2	3
Dentista	..	1	..	1

Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de SEADE (2018).

Observa-se um crescimento de profissionais da saúde capacitados no decorrer dos anos, principalmente do profissional técnico de enfermagem. O que é preocupante é que não

foram encontrados dados estatísticos oficiais sobre o número de médicos, bem como os horários disponíveis para a população, e nem sobre quantidade de leitos, sendo esses dados zerados.

O quadro 41 mostra outra análise, agora por coeficientes de profissionais, calculado por mil habitantes, comparando com os dados da região e do Estado:

Quadro 41 – Comparação do coeficiente de profissionais da saúde nos anos de 2000, 2006, 2012 e 2017 com a região e com o Estado.

Coeficiente de Profissionais(por mil habitantes)	2000		2006		2012		2017	
	Técnico de enfermagem	Motuca	0,26	Motuca	0,48	Motuca	3,44	Motuca
RGA		0,68	RGA	1,93	RGA	4,28	RGA	5,54
Estado		0,51	Estado	1,42	Estado	2,88	Estado	4,29
Auxiliar de Enfermagem	Motuca	1,81	Motuca	2,9	Motuca	2,52	Motuca	2,2
	RGA	3,04	RGA	2,9	RGA	2,24	RGA	1,86
	Estado	4,14	Estado	4,63	Estado	4,75	Estado	4,41
Enfermeiros	Motuca	..	Motuca	0,24	Motuca	0,46	Motuca	0,66
	RGA	0,37	RGA	0,71	RGA	1,4	RGA	1,91
	Estado	0,71	Estado	1,15	Estado	2,08	Estado	2,75
Dentista	Motuca	..	Motuca	0,48	Motuca	..	Motuca	0,44
	RGA	3,17	RGA	3,68	RGA	3,94	RGA	4,32
	Estado	2,83	Estado	3,5	Estado	3,56	Estado	3,9
Médico	Motuca	..	Motuca	0,48	Motuca	..	Motuca	..
	RGA	1,17	RGA	1,3	RGA	1,54	RGA	1,78
	Estado	2,03	Estado	2,19	Estado	2,53	Estado	2,88

Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de SEADE (2018).

O município apresenta variações nos índices de saúde, ora um pouco abaixo da média regional, ora um pouco abaixo da média estadual, e outros acima da média regional e estadual.

Um dado que é importante citar neste estudo da saúde é a taxa geométrica de crescimento anual da população. De acordo com SEADE (2018), Motuca possui um índice de 0,80, a região de Araraquara de 0,74 e o estado de 0,82, portanto Motuca acompanha a taxa de crescimento estadual, o que serve de alerta para o município continuar a melhorar seus coeficientes de profissionais da saúde.

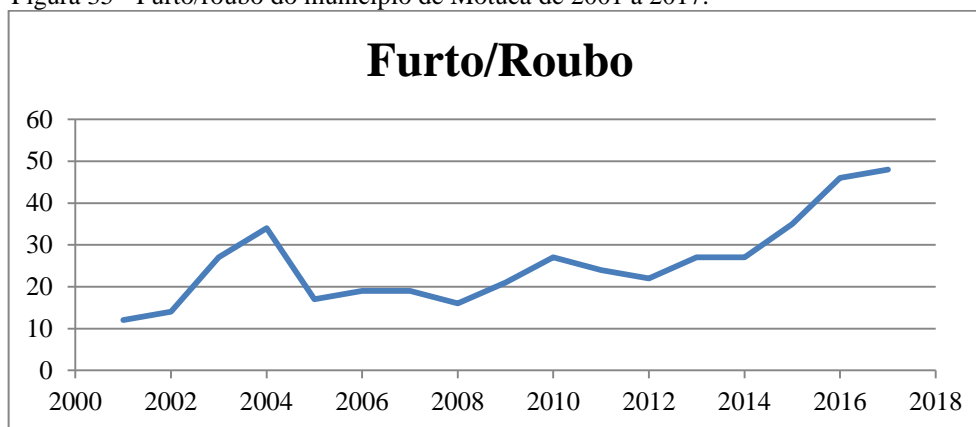
Quanto à segurança, o que se destaca é o crescimento do furto/roubo a partir de 2014. Quando comparado com os índices de furto e roubo do estado, notamos que o município de Motuca acompanha a tendência estadual, de acordo com o quadro 42 e a figura 35:

Quadro 42 - Homicídio, furto/roubo e estupro em Motuca de 2001 a 2017.

Ano	Homicídio doloso	Furto/Roubo	Estupro	Ano	Homicídio doloso	Furto/Roubo	Estupro
2001	-	12	-	2009	-	21	1
2002	-	14	-	2010	-	27	3
2003	-	27	-	2011	1	24	-
2004	1	34	-	2012	-	22	4
2005	-	17	-	2013	-	27	3
2006	-	19	-	2014	-	27	3
2007	-	19	-	2015	1	35	1
2008	-	16	-	2016	-	46	2
				2017	-	48	1

Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de SEADE (2018).

Figura 35 - Furto/roubo do município de Motuca de 2001 a 2017.



Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de SEADE (2018).

4.6 - Índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM)

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal é um indicador que sintetiza três aspectos do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. Quanto mais próximo de 1 maior o desenvolvimento humano no município (SEADE, 2018).

O quadro 43 retrata a classificação adotada para o índice e os valores do município de Motuca:

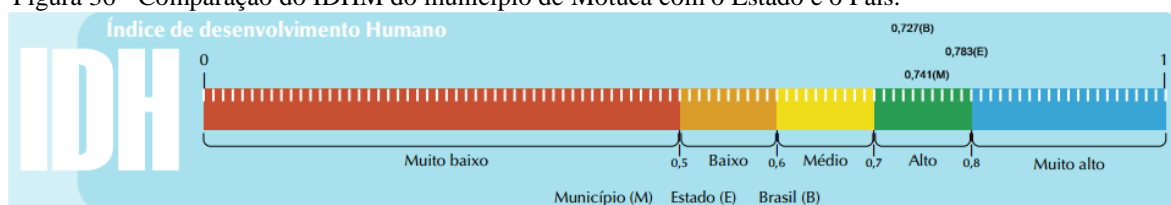
Quadro 43 - Índice adotado para o cálculo do IDHM e o índice de Motuca

Faixas	Valores	IDHM Motuca	
Muito alto	De 0,800 a 1,000	1991	0,496
Alto	De 0,700 a 0,799	2000	0,655
Médio	De 0,600 a 0,699	2010	0,741
Baixo	De 0,500 a 0,599		
Muito baixo	De 0,000 a 0,499		

Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de SEADE (2018).

Observa-se que em 1991 (ano em que o município era distrito de Araraquara), Motuca apresentava um IDHM muito baixo, em 2000 o índice já foi considerado médio, e em 2010 (sem a usina) alto, seguindo o padrão do Estado e do Brasil, de acordo com a figura 36:

Figura 36 - Comparação do IDHM do município de Motuca com o Estado e o País.



Fonte: IBGE (2010).

4.7 - Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS)

O Índice paulista de vulnerabilidade social (IPVS) permite identificar entre os municípios do Estado de São Paulo as áreas em que predominam famílias expostas a algum tipo de vulnerabilidade social. O índice é baseado em uma tipologia de situações de vulnerabilidades e derivada da combinação das dimensões socioeconômica e demográfica, como por exemplo os indicadores de renda, escolaridade e ciclo de vida familiar (SEADE, 2018).

O quadro 44 mostra os componentes das dimensões para o cálculo do IPVS:

Quadro 44 - Componentes das dimensões para o cálculo do IPVS.

Dimensão	Componentes
Socioeconômica	Renda domiciliar <i>per capita</i>
	Rendimento médio da mulher responsável pelo domicílio
	% de domicílios com renda domiciliar per capita até 1/2 SM
	% de domicílios com renda domiciliar per capita até 1/4 SM
	% de pessoas responsáveis pelo domicílio alfabetizadas
Demográfica	% de pessoas responsáveis de 10 a 29 anos
	% de mulheres responsáveis de 10 a 29 anos
	Idade média das pessoas responsáveis
	% de crianças de 0 a 5 anos de idade

Fonte: SEADE (2018).

A partir da análise destas dimensões é possível classificar o grau de vulnerabilidade social da população em sete categorias, de acordo com o quadro 45:

Quadro 45 - Os sete graus de vulnerabilidade social.

Grupo	Descrição	Dimensões		Situação e tipo de setores por grupo
		Socioeconômica	Ciclo de vida familiar	
1	Baixíssima vulnerabilidade	Muito alta	Famílias jovens, adultas e idosas	Urbanos e rurais Não especiais e subnormais
2	Vulnerabilidade muito baixa	Média	Famílias adultas e idosas	Urbanos e rurais Não especiais e subnormais
3	Vulnerabilidade baixa	Média	Famílias jovens	Urbanos e rurais Não especiais e subnormais
4	Vulnerabilidade média	Baixa	Famílias adultas e idosas	Urbanos Não especiais e subnormais
5	Vulnerabilidade alta (urbanos)	Baixa	Famílias jovens	Urbanos Não especiais
6	Vulnerabilidade muito alta (aglomerados subnormais urbanos)	Baixa	Famílias jovens	Urbanos Subnormais
7	Vulnerabilidade alta (rurais)	Baixa	Famílias idosas, adultas e jovens	Rurais

Fonte: SEADE (2018).

Entre os sete grupos o primeiro é denominado de baixíssima vulnerabilidade, ou seja, o melhor indicador que pode ser obtido, já o grupo seis representa uma vulnerabilidade muito alta, ou seja, a população mais exposta à pobreza e um dos piores indicadores. O grupo 7 é uma classificação adotada apenas para rurais com vulnerabilidade alta.

O quadro 46 mostra a classificação de Motuca no IPVS, bem como da região do governo de Araraquara e do Estado de São Paulo para uma melhor comparação. A fonte de dados utilizada pelo SEADE para realizar o estudo do IPVS foi o censo demográfico de 2010 realizado pelo IBGE.

Quadro 46 - IPVS de Motuca, Região e Estado.

IPVS	% da População Exposta		
	Motuca	RGA	Estado
Grupo 1	..	1,7	6,1
Grupo 2	23,9	46	40,1
Grupo 3	25,8	17,2	18
Grupo 4	24,3	23,1	19,2
Grupo 5		11,3	11,1
Grupo 6		0	4,4
Grupo 7	26	0,6	1

Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de SEADE (2018).

Observa-se no quadro 46 que a divisão entre os grupos de risco está balanceada, sendo que metade da população de Motuca (50%) está nos grupos 2 e 3, considerado com uma vulnerabilidade muito baixa e baixa respectivamente. O que chama a atenção é que os outros 50% da população estão divididos entre os grupos 4 e 7. O grupo 4 com vulnerabilidade média possui uma condição socioeconômica baixa, se equiparando com a mesma % de população de sua região, ficando abaixo do índice do Estado. Já o grupo 7 que se refere a vulnerabilidade social rural assusta, quando comparado com os resultados da região e do Estado, o que nos leva a deduzir que 26% da população total do município, que mora na área rural, tem uma vulnerabilidade social alta.

De acordo com dados do SEADE, em 2010 o número total de habitantes de Motuca era de 4.286, sendo 3.105 na área urbana (o que representa 72% da população) e 1.181 na área rural (o que representa 28% da população). Ao analisarmos novamente a vulnerabilidade rural, constata-se que apenas 2% não estão no grupo 7, diferente dos 26% que possuem uma vulnerabilidade social alta, o que se torna preocupante e serve de alerta para o município voltar suas políticas sociais para a área rural.

O município não possui nenhum índice considerado com vulnerabilidade alta ou muito alta. O fechamento da usina não aumentou a vulnerabilidade social do município.

CONCLUSÃO

No decorrer desta pesquisa fica evidente que o município de Motuca deixou de ser um distrito do município de Araraquara, conseguindo sua emancipação em 1990, graças a Constituição de 1988 que possibilitou uma descentralização governamental, bem como uma maior autonomia política, administrativa e financeira.

Porém, as pessoas envolvidas no processo de emancipação só deram prosseguimento em sua luta pela “liberdade de Motuca” por causa da presença da usina sucroalcooleira Santa Luiza, ou como a população a denominava de “mãe Luiza”.

Durante 50 anos, o município teve como maior investidor a Usina Açucareira Santa Luiza, com significativa parcela na arrecadação proveniente do ICMS e na geração de emprego. A cidade se tornou economicamente dependente da Usina, e por outro lado, a Usina sempre exerceu grande influência na política e no desenvolvimento do município.

Depois de sua emancipação, de acordo com Luiz (2013), Motuca se transformou em um “canteiro de obras”, com melhorias em sua infraestrutura, moradia, saúde e educação, tais como: a estrada que liga Motuca - Matão para o acesso à rodovia Faria Lima, posto de saúde, centro médico e odontológico, reforma da estação de trem que se transformou em centro cultural, novos loteamentos e ruas, substituição da antiga iluminação pública e postes, construção do anel viário na entrada da cidade, velório municipal, pavimentação de ruas, implantação da lagoa de tratamento de esgoto, implantação da delegacia, perfuração de um novo poço, reservatório de água e 89 casas do programa habitacional do governo federal.

Tudo mudaria em 2007 com a aquisição da usina Santa Luiza pela *holding* formada pelas usinas São Martinho, Cosan e Santa Cruz (atualmente todas do grupo Ometto), sendo fechada no mesmo ano em que foi adquirida.

A compra da usina Santa Luiza pode ser considerada o primeiro impacto na região de Araraquara proveniente do processo de desregulamentação que desencadeou a entrada do capital estrangeiro, bem como o processo de fusões e aquisições como estratégia de mercado e concorrência.

Portanto, este estudo se torna importante também para a região de Araraquara, pois a partir do fechamento da usina Santa Luiza se desencadearam muitas outras mudanças na região, inclusive com o fechamento de outras usinas.

Além de ser um alerta para um território que é dominado pela monocultura da cana-de-açúcar e que está à mercê de um grande grupo que se formou pós-desregulamentação com parceria estrangeira com a empresa Shell: a Raízen, pertencente ao grupo Cosan. O domínio

do grupo vai desde a prospecção de terras (empresa Radar), ao plantio e a logística (Rumo), diversificando suas atividades neste setor através de outras empresas, porém todas administradas pela *holding* Cosan.

Na verdade, o grupo Cosan se origina da família Ometto, e baseado no quadro 16 (página 66) deste estudo, pode-se notar que a família Ometto dominou a região de Araraquara, região que também é dominada pela usina São Martinho, de Pradópolis, outra dissidência da família Ometto, que administra também a usina Santa Cruz em Américo Brasiliense.

Pode-se constatar que quase toda a cana-de-açúcar proveniente das terras da região de Araraquara está sob o domínio de um mesmo grupo, grupo que está sujeito às oscilações políticas e econômicas nacionais e internacionais, e para tanto, utilizou do processo de fusões, aquisições e parcerias (*Shell*) para crescer e continuar competitiva no mercado mundial.

A usina Santa Luiza foi adquirida para ser fechada, pois ao seu redor estava cercada de grandes usinas como a São Martinho de Pradópolis (Ometto), a Bonfim de Guariba (Raízen), a Santa Cruz de Américo Brasiliense (Raízen) entre outras, pois o que interessava não era o corpo industrial (isso a Raízen conjuntamente com outras usinas de grupo Cosan da família Ometto já possuíam em excesso), e sim a cana-de-açúcar.

Portanto, este trabalho apoia Ferreira e Alves (2009) onde estes afirmam que o fechamento de usinas pós-desregulamentação pode ser considerado o segundo período de racionalização da agroindústria canavieira, porém agora, com o surgimento de grandes grupos e com a parceria de empresas estrangeiras.

Estas constatações surgiram a partir deste estudo, cujo um dos objetivos específicos era justamente realizar um resgate histórico da formação das usinas na região de Araraquara, bem como o resgate dos dados técnicos, históricos e produtivos, analisando as mudanças regionais em conjunto com os momentos políticos, econômicos e institucionais do Brasil, juntamente com a evolução ou declínio destas usinas. Culminando na análise das mudanças internas do subsetor em decorrência do processo de desregulamentação e da entrada do capital estrangeiro que influenciou o processo de fusões, aquisições e o fechamento de usinas ocorridas na região de Araraquara, especificando o fechamento da usina Santa Luiza neste contexto e o município de Motuca.

Quando do encerramento das atividades da usina era esperado que o município se tornasse uma cidade desabitada, quase esvaziada, porém isso não aconteceu da forma que se especulava naquele momento.

Dado todo este contexto, o estudo do impacto do fechamento da usina Santa Luiza, além de ser importante para a região de Araraquara por causa das justificativas já citadas acima, se torna extremamente vital para o próprio município, que cresceu e se desenvolveu baseando sua economia unicamente na atividade canavieira, e que atualmente enfrenta o desafio de procurar alternativas e novas atividades produtivas para reativar sua economia.

Uma das contribuições desta pesquisa é que a partir do caso de Motuca podemos inferir alguma analogia com o que acontece em pequenos municípios semelhantes, e até mesmo propor uma relação no que concerne a relevância ou irrelevância tributária e socioeconômica de uma usina sucroalcooleira para um pequeno município. Além de colaborar e complementar as vastas pesquisas controversas que existem no campo acadêmico sobre a relação entre desenvolvimento e agroindústria canavieira.

Esta pesquisa também apresenta uma peculiaridade e uma vantagem que a difere dos estudos já realizados, pois a análise foi temporal e comparativa e englobou dados orçamentários, tributários, econômicos e sociais durante o funcionamento da usina Santa Luiza (2000 a 2006) e 10 anos após o encerramento de suas atividades (2007 a 2017), fornecendo informações comparáveis temporalmente com o objetivo de determinar se houve mudanças nos dados analisados com a perda da usina.

Porém, é importante ressaltar que este estudo se refere a um pequeno município que possui uma área rural muito maior que a área urbana, onde esta representa apenas e aproximadamente 5%, e com uma população estimada em 2018 de 4.720 habitantes. Por isso a dificuldade de confrontar esta pesquisa com outras pesquisas relacionadas ao tema, porém, mesmo assim foi realizada uma revisão de casos similares que discutem o impacto da presença de uma usina sucroalcooleira para um município, mas nenhum dos estudos revisados apresenta um município como Motuca, com a característica já citada.

As produções científicas (dissertações, teses e artigos científicos) sobre o tema que confrontam agroindústria canavieira com desenvolvimento socioeconômico e finanças públicas, em sua maioria, não chegaram a um consenso sobre o tema, onde alguns trabalhos demonstram crescimento econômico, aumento de receitas municipais e bem estar social, enquanto outros trabalhos demonstram falta de diversificação econômica, alta dependência tributária, bem como alta desigualdade e vulnerabilidade social.

A explicação para os diferentes resultados destas pesquisas podem estar nas diferenças de localidade, ou seja, na região a que o município está inserido, deve-se considerar o tamanho dos municípios, o tamanho da área urbana e rural, a história econômica destes

municípios etc. Em um país continental com muitas diferenças regionais, estruturais, econômicas e culturais é natural às pesquisas sobre este tema serem conflituosas, sendo necessário estudar cada município de modo específico e minucioso, respeitando cada particularidade e especificidade de cada um.

Shikida (2010), justamente trata sobre este cuidado e prudência que se deve ter na análise do tema, e conclui seu estudo demonstrando a diferença de resultados em uma mesma localidade, onde existem usinas em municípios bem colocados no *ranking* estadual de desenvolvimento socioeconômico, e por outro lado municípios com péssima colocação.

Algumas produções científicas de casos similares foram revisadas para o desenvolvimento desta dissertação, bem como para comparar e confrontar os resultados obtidos neste estudo com os resultados de outras pesquisas.

Souza e Shikida (2009) analisaram o impacto da instalação da usina Usaciga sobre o crescimento econômico local em Cidade Gaúcha/PR, onde constatou-se que: com a instalação da empresa houve geração de empregos e crescimento da renda, o que estimulou outras atividades como comércio, construção civil, serviços etc. Houve um crescimento na população urbana e uma pequena perda da população rural, quando comparada com a mesorregião noroeste paranaense. Aumento das transferências estaduais para o município de 107,8%, quando comparado com o total dos municípios que compõe a mesorregião noroeste paranaense de 31%, entre os anos de 1980 e 2004. Além de aumento das receitas próprias de 64,1% entre 1980 e 2004.

Chagas, Toneto Júnior e Azzoni (2012) analisaram o impacto da expansão da cana-de-açúcar na arrecadação fiscal de alguns municípios paulistas, estudando em específico os impostos: ISSQN, IPTU, ICMS e IPVA, através do modelo de painel dinâmico com controles espaciais, onde suas conclusões principais se encontram na tabela abaixo:

Tabela 4 - Desempenho Fiscal *Per Capita* e População por Tipo de Município, Média de 1990 a 2006

Municípios		Quantidade de Municípios	Cota-Parte do IPVA - (R\$ 2007)	Cota-Parte do ICMS - (R\$ 2007)	Arrecadação Tributária Própria - (R\$ 2007)	Part. da Arrecadação Própria no Total - %	População - (Habitantes)
Municípios Agrícolas	Municípios Produtores de Cana	82	26.76	410.58	84.89	8.56	26,656
	De 30 a 60% da Produção Agrícola						
	Mais de 60% da Produção Agrícola	116	30.36	459.51	98.64	9.59	37,109
Outros Municípios Agrícolas		202	19.89	400.96	71.17	7.33	17,475
Demais Municípios		245	21.53	360.80	155.95	13.93	104,834

Fonte: Chagas, Toneto Júnior e Azzoni (2012, p. 10).

O resultado desta pesquisa é que para todos os impostos analisados existe um aumento de arrecadação atrelado à expansão da produção de cana-de-açúcar, e concluem afirmando que a substituição de outras atividades agropecuárias pela cana-de-açúcar deverá resultar em aumento na arrecadação de impostos, o que compensaria os gastos das prefeituras com os serviços públicos para atender o fluxo migratório.

Destaca ainda que a cana propicia uma renda agrícola maior que outras culturas, além de um maior número de empregados por hectare, propiciando uma maior geração de renda na área rural. A integração geográfica do agrícola com o industrial e a demanda por prestações de serviços nas usinas propicia um aumento na geração de renda urbana, ou seja, o efeito econômico multiplicador.

Satolo e Bacchi (2012) analisam os impactos socioeconômicos da expansão do setor sucroenergético sobre a renda da população utilizando painel espacial dinâmico. Os resultados evidenciaram que a expansão do setor sucroenergético apresentou impacto positivo sobre o PIB *per capita*, tanto nos municípios onde a expansão ocorreu como também nos outros municípios mais próximos. Concluem que a expansão do setor sucroenergético apresentou um impacto socioeconômico positivo.

Já os trabalhos de Carvalho (2013) e Souza, Silva e Prado (2012) são antagônicos aos trabalhos citados acima.

Carvalho (2013), na sua dissertação de mestrado, analisou o impacto que a Usina São Martinho confere ao pequeno município de Pradópolis e sua principal conclusão foi que a presença de uma usina sucroalcooleira não foi capaz de gerar desenvolvimento socioeconômico para a população local, em específico:

- o município não possui diversificação econômica, com o domínio da monocultura da cana na área agrícola e com as pequenas indústrias na área urbana dependentes da usina São Martinho.

- o ICMS de Pradópolis representa 40% de sua receita total, o que demonstra a dependência tributária do município.

- não se constatou desenvolvimento socioeconômico, com desigualdade na distribuição de renda e com um quarto da população exposta a vulnerabilidade social.

- Insegurança alimentar, produção local de alimentos inexistente.

Souza, Silva e Prado (2012) estudaram os impactos da produção de cana-de-açúcar na organização do espaço urbano da região de Ituiutaba/MG devido ao incremento populacional. Constatou-se que as migrações têm resultado em alguns problemas urbanos, como na falta de

habitação popular, carência no atendimento à saúde e a grande procura de vagas na educação básica e ensino fundamental, fazendo com que as Prefeituras tenham um maior gasto. Gasto que não é compensado pelo repasse do FPM, pois os trabalhadores sazonais não são considerados como habitantes do município pelo censo demográfico. Concluem que as unidades sucroalcooleiras têm importante participação na arrecadação do município onde se instalam, no entanto, as despesas públicas municipais decorrentes do fluxo migratório também se avolumam, onerando os cofres públicos.

Lavezzo (2010) apresentou sua monografia sobre a redução da quota parte do ICMS e a consequente redução desse recurso na receita contábil líquida do município de Motuca. Seu trabalho (embora uma monografia) tem toda conexão com a proposta dessa dissertação, e por isso também foi revisado.

De uma maneira simplificada, podemos extrair da monografia de Lavezzo (2010) que houve uma redução na quota parte do ICMS, comprovando que houve uma redução de 43,53% no valor adicionado, o qual corresponde a 76% do cálculo do percentual a ser repassado para o município. Essa redução é relativa ao fechamento da Usina Santa Luiza, pois esta indústria correspondia por pelo menos 50% do valor adicionado segundo dados do departamento de tributos da prefeitura.

Discute também a vulnerabilidade deste município em sua dependência para com o repasse do FPM do governo federal e do ICMS do governo estadual, sendo que sua receita tributária própria representava 5,12% em 2008.

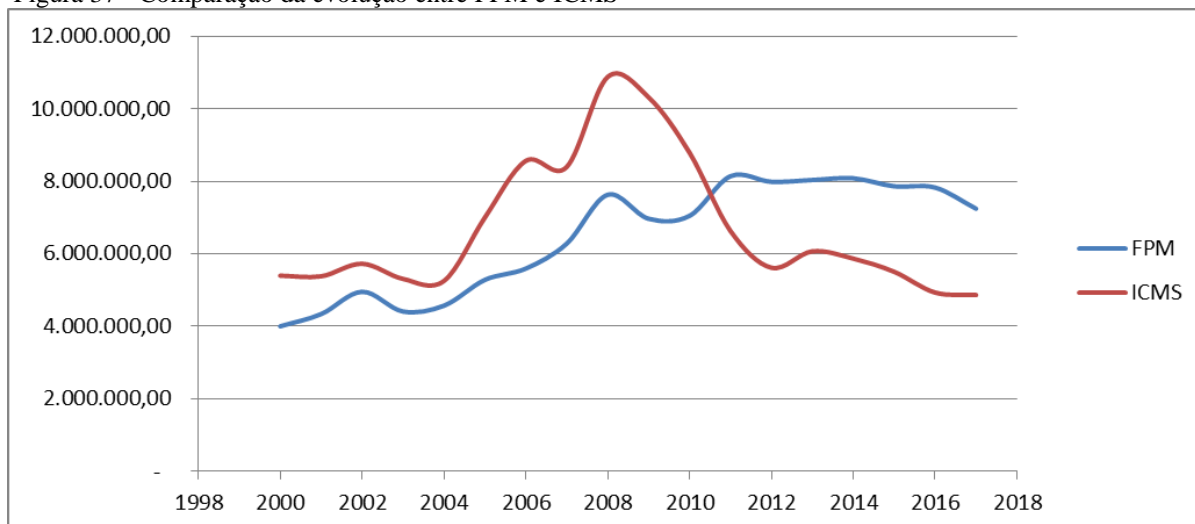
Deve-se salientar que a conclusão de Lavezzo está correta e confirma os resultados desta dissertação, porém a análise feita por Lavezzo foi apenas até o ano de 2009 e não analisou dados socioeconômicos, nem os dados tributários depois de 2009, o que possibilita traçar uma comparação temporal, que é o intuito desta dissertação.

Este trabalho procurou analisar uma maior gama de dados, tanto tributários, como econômicos e sociais, diferente dos trabalhos revisados acima que especificaram um ou outro dado relevante.

Para a análise tributária do município foram estudados o FPM, ICMS, IPVA, IPTU, ITR e ISSQN, confrontando os dados encontrados com as receitas correntes. A maior questão que surgiu durante a pesquisa foi justamente ao compilar o gráfico das receitas orçamentárias, bem como o das receitas correntes: não houve uma queda brusca na arrecadação, portanto, onde está o impacto do fechamento da usina se as receitas oscilam e caem gradativamente no decorrer do tempo?

No que se refere aos dados tributários e a análise das receitas correntes do município, nota-se que o aumento gradativo do FPM compensou de certa maneira a perda de uma parte da arrecadação do ICMS:

Figura 37 - Comparação da evolução entre FPM e ICMS



Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de Brasil. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional (2018)

O repasse do FPM para o município de Motuca só não aumentou ainda mais devido a uma queda na densidade demográfica de 2009 a 2017 (pois a distribuição do FPM é feita em função do número de habitantes e pela renda *per capita* de cada estado, sendo o estado de São Paulo o primeiro no *ranking* de valores a distribuir do FPM). Quanto ao ICMS, o pico no gráfico de 2008 e 2009 é explicado devido ao incentivo fiscal dado pelo governo neste período, o que aqueceu a economia, aumentando o consumo e a produção. Logo em seguida o ICMS cai abaixo do FPM.

Constata-se que o repasse do FPM não sofreu alterações com o fechamento da usina, mantendo seu crescimento gradativo, já o ICMS, tirando o desvio de 2008 e 2009, já explicado, despencou abaixo do FPM.

Ao comparar a participação do FPM e do ICMS na receita corrente do município temos que em 2008 o ICMS representava 42% da receita corrente, em 2013 reduziu para 30%, e de 2014 até 2017 sofreu flutuações de 27 a 30%. De 2010 (um ano depois do fechamento da usina) para o ano de 2017 ocorreu uma queda no ICMS de 9%. Já o FPM em 2008 representava 30%, em 2013 foi para 40%, e de 2014 até 2017 representou aproximadamente 42%. De 2010 para 2017 ocorreu um aumento no FPM de 12%. A participação da receita tributária própria não se alterou significativamente, permanecendo entre 4 e 5 % de 2008 a

2017. Pode-se dizer que a redução do ICMS de 9% foi “compensada” em parte pelo aumento do repasse do FPM (12%).

Portanto, em termos de receita o município não sentiu um impacto muito forte com o fechamento da usina Santa Luiza graças aos repasses governamentais, principalmente do FPM, que em 2017 representou 42%, fora as outras transferências correntes do governo federal e estadual que representam 19%, contra 28% de ICMS, o que demonstra atualmente sua dependência pelas transferências do governo federal e estadual, realidade de alguns pequenos municípios que conseguiram sua emancipação como Motuca sem a receita própria necessária de subsistir.

Este resultado confirma os resultados dos trabalhos revisados, como de Souza e Shikida (2009) e de Chagas, Toneto Júnior e Azzoni (2012), onde a presença de uma usina em um município aumenta sua receita, principalmente pelo repasse do ICMS.

Importante destacar como alerta que de 2008 para 2017 o total de receita corrente está declinando gradativamente (de 25.745.085 para 17.238.398 milhões), o que pode ser explicado pela redução das transferências intergovernamentais e dos convênios, que em 2008 eram de 23.847.042 milhões, e que em 2017 reduziu para 15.893.293 milhões, onde inclusive, a partir de 2013, ocorre uma redução gradativa também no repasse do FPM (de 8.036.471 milhões para 7.243.310 milhões em 2017).

Não se pode afirmar que a queda gradativa da receita corrente total a partir de 2009 é uma consequência apenas do fechamento da usina e da perda do ICMS, ou seja, a queda da receita corrente total (19% de 2007 para 2017) está mais atrelada à diminuição das transferências correntes intergovernamental, do que a perda da Usina Santa Luiza (queda do ICMS de 42% de 2007 para 2017), onde o ICMS caiu mais que a própria receita.

A arrecadação do IPVA não sofreu alterações com o fechamento da usina, mantendo uma evolução progressiva, e que vai ao encontro do padrão estadual e federal. Resultado que confirma as conclusões de Chagas, Toneto Júnior e Azzoni (2012), onde estes afirmam que existe um aumento de arrecadação atrelado à expansão da produção de cana-de-açúcar, conclusão que também é corroborada com o resultado do IPTU do município de Motuca.

Confrontando o IPTU e o ITR, em um município onde a área rural é muito maior que a área urbana, é natural o ITR ser maior que o IPTU (mesmo tributando pouco e errado o ITR, como já citado anteriormente).

O IPTU não sofreu grandes alterações com o fechamento da usina, mantendo certa estabilidade com um pequeno crescimento em 2012 e 2016, ou seja, com a presença da usina

o IPTU não aumentou, e com o fechamento da usina o tributo também não caiu, novamente, que confirma o estudo de Chagas, Toneto Júnior e Azzoni (2012). Por outro lado, o ITR aumentou de forma progressiva com algumas oscilações.

Já o ISSQN cresceu 250% de 2007 (ano do fechamento da usina) a 2009, e 94% de 2009 a 2012, com uma queda brusca em 2013 que continua até 2017. O aumento na prestação de serviços aumentou com o fechamento da usina, e uma das explicações possíveis é que a população encontrou, quer seja como trabalhador autônomo, liberal ou como microempreendedor individual, uma nova fonte de renda, porém que está em declínio desde 2013.

Para a análise econômica do município foram estudados o PIB, Valor adicionado, Emprego e renda e a produção agrícola.

O PIB municipal despencou de 2007 a 2008 em 38%, mantendo certa estabilidade de 2009 a 2015, porém sem recuperação da queda. Ao analisar o valor adicionado da agropecuária, indústria e serviços, nota-se que a agropecuária acompanhou a queda da indústria de 2007 a 2009, porém a indústria não se recuperou, e atualmente é o último setor da economia municipal, já a agropecuária teve uma recuperação no ano de 2009, mas logo voltou a cair, ficando abaixo do setor de serviços, que atualmente é o primeiro setor da economia, o que comprova a arrecadação do ISS.

Os empregos formais também despencam a partir de 2007 com uma ligeira melhora em 2010, porém logo voltam a cair em 2011 sem recuperação. Ao analisarmos os empregos formais na agropecuária, indústria e serviços é notório que o setor da agropecuária era o que mais empregava, e por isso o impacto neste foi maior a partir de 2007, ficando abaixo de todos os outros setores geradores de emprego da economia, até mesmo da indústria, sendo o setor de serviços o primeiro em empregabilidade, o que comprova os resultados já analisados do ISSQN e do valor adicionado de serviços.

Importante destacar que no setor de serviços, a partir de 2008, com o fechamento da usina, quase metade do valor adicionado dos serviços provém do valor adicionado da administração pública.

O Estudo do PIB e dos empregos formais confirma o estudo de Satolo e Bacchi (2012), que concluem que o setor sucroenergético influencia a renda da população e consequentemente gera um aumento do PIB, o que é demonstrado nos gráficos deste estudo, onde o PIB e os empregos formais despencam com o fechamento da usina, sem recuperação até os dias atuais.

No que se refere à produção agrícola, comparar a produção de cana com as outras culturas produzidas no município, chega a ser pífio, porém um dado interessante que merece um acompanhamento nos próximos anos é a queda na área plantada e colhida de cana-de-açúcar, que em 2010 era de 17.500 hectares, caindo em 2016 para 11.600 hectares, importante destacar que não se pode deixar de considerar as mudanças nas prioridades políticas do governo federal com preferência para o petróleo.

Infelizmente, pela falta de dados disponíveis, não se pode qualificar e nem quantificar a produção de alimentos proveniente do assentamento Monte Alegre pertencente à Motuca, o que demonstraria a contribuição do assentamento para a economia municipal, bem como se este possui participação nas quatro culturas com maior produção no município, visto no quadro 36.

Os dados sociais analisados foram: habitação, infraestrutura urbana, educação, saúde, segurança, IDHM e IPVS. De modo geral as informações sociais não mudaram, ou não declinaram com o fechamento da usina, o que demonstra uma preocupação do poder público com o bem estar social de sua população.

Alguns dados atuais analisados, como saúde e o índice de furto e roubo, merecem uma atenção especial do poder público por causa dos resultados insatisfatórios, mas que se equiparam com os mesmos desafios e dificuldades enfrentadas por outros municípios e pelo Estado no campo da saúde e segurança.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal é alto, já o índice paulista de vulnerabilidade social varia de muito baixo, baixo e médio, o que pode ser considerado satisfatório, porém, a área rural apresenta uma vulnerabilidade social alta, o que é preocupante e serve de alerta para o município voltar suas políticas sociais para a área rural, sendo esta muito maior que a área urbana.

Já os dados sociais desta pesquisa são contrários aos estudos revisados, como de Carvalho (2013), pois socialmente o município não sofreu grandes impactos com o fechamento da usina, como pode-se constatar com os dados analisados da educação, do IDHM e IPVS, o que confirma o estudo de Shikida (2010) que constata uma diferença nos dados sociais em uma mesma região que possui a presença de usinas.

Porém, alguns dados deste estudo confirmam algumas das conclusões do estudo de Carvalho (2013), e com base nisto, pode-se concluir que: pequenos municípios que possuem a presença de uma usina sucroalcooleira em seu território, e que na produção agrícola a

monocultura canavieira é dominante, acabam não possuindo diversificação econômica, além de possuir alta dependência tributária.

Resumindo, os pequenos municípios que se emanciparam sem condições tributárias sobrevivem graças ao repasse federal do FPM, principalmente. E por causa disto é que o município de Motuca não sofreu um grande impacto com a perda do ICMS, em decorrência do fechamento da usina Santa Luiza, pois o aumento no repasse do FPM “compensou” em parte a perda do ICMS.

Os dados levantados nesta pesquisa demonstram que mesmo com a presença da usina Santa Luiza (entre 2000 a 2008) o município de Motuca sempre foi altamente dependente das transferências do governo federal e estadual, tanto que a queda gradativa da receita corrente total está mais atrelada à diminuição das transferências correntes intergovernamentais do que na perda da Usina Santa Luiza, pois o repasse do ICMS caiu mais que a própria receita.

Já no campo econômico houve um grande impacto no PIB, no valor adicionado e nos empregos formais, principalmente no setor da agropecuária, que antes do fechamento da usina era o primeiro no índice do valor adicionado e na geração de empregos. Fato que mudaria completamente a partir de 2007, moldando um novo perfil econômico para o município, principalmente nos empregos e no índice do valor adicionado, onde o setor que se destaca atualmente é o de serviços (principalmente do setor público), em segundo a indústria, e em último a agropecuária.

Socialmente não ocorreram impactos significativos com o fechamento da usina, principalmente no campo da educação, na habitação, infraestrutura urbana e nos dados do IDHM e IPVS. Os dados da saúde, furto/roubo e o IPVS rural merecem uma maior preocupação do poder público, porém estes dados se equiparam com os mesmos desafios e dificuldades enfrentadas por outros municípios e pelo Estado no campo da saúde, segurança e bem estar rural.

Neste estudo, pode-se concluir que para o município de Motuca, com característica de alta dependência tributária, sem diversificação econômica e dominado pela monocultura da cana, a presença de uma usina sucroalcooleira foi minimamente relevante tributariamente. Socialmente percebe-se que não ocorreram impactos significativos com o fechamento da usina, com base nos índices de educação, habitação, infraestrutura urbana e nos dados do IDHM e IPVS. Porém, extremamente relevante e impactante para a economia, principalmente na geração de empregos, no crescimento da renda e no PIB per capita, o que reflete no PIB

municipal. A mesma conclusão deste trabalho pode ser utilizada para outros pequenos municípios que possuam as mesmas características citadas.

É fundamental destacar a importância de um estudo futuro do Assentamento Monte Alegre, situado no município de Motuca, para analisar sua estrutura, produção, organização, características econômicas e sociais, bem como se estes sofreram algum impacto com o fechamento da usina e a relação do assentamento com o município e do município com o assentamento.

BIBLIOGRAFIA

AFONSO, J. R. R.; ARAÚJO, E. A. A capacidade de gastos dos municípios brasileiros: arrecadação própria e receita disponível. In **Cadernos Adenauer: Os municípios e as eleições de 2000**, São Paulo, v. 4: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, jun. 2000. p. 35-57. Disponível em: < <http://www.kas.de/brasilien/pt/pages/6508/>>. Acesso em: 12 jul. 2018.

Álbum de Araraquara. 1948, disponível para consulta no Museu Rodolpho Telarolli, Casa de Cultura. Araraquara, SP: Abril de 2018.

_____. 1915, disponível para consulta no Museu Rodolpho Telarolli, Casa de Cultura. Araraquara, SP: Abril de 2018.

BACCARIN, J. G. **A desregulamentação e o desempenho do complexo sucroalcooleiro no Brasil**. 2005. 291 f. Tese (Doutorado em Ciências Exatas e da Terra) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/3466?show=full>>. Acesso em: 16 jul. 2017.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Calculadora do Cidadão. Disponível em: < <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=xibirFormCorrecaoValores>>. Acesso em: 28 dez. 2018.

BATISTA, F. Grupo São Martinho adquire o controle da usina Santa Cruz por R\$ 680 mi. **E-Jornal Valor Econômico**. São Paulo, 2014. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/agro/3537458/grupo-sao-martinho-adquire-o-controle-da-usina-santa-cruz>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

BATISTA, P. N. O Consenso de Washington – a visão neoliberal dos problemas latino americanos. **Caderno Dívida Externa**, n° 6, 1994. Disponível em: <[http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/746\(text/html\)](http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/746(text/html))>. Acesso em: 12 abr. 2018.

BELLACOSA, J.M.; HOFFMANN, M. O cerco dos canaviais: contradições e conflitos nos assentamentos rurais. **Revista Agrária**, São Paulo, n. 13, pp. 111-136, 2010. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/agraria/article/viewFile/45572/49598>>. Acesso em: 08 set. 2018.

BORGES, A.C.G.; COSTA, V.M.H.M. **Fusões e aquisições**: caracterização e evolução no Brasil no período de 1992 a 2007. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO. 28., 2008, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Abepro, 2008. Disponível em: <www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2008_tn_sto_075_532_11385.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de educação básica. **Ideb**. Disponível: < <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-basica/programas-e-acoas?id=180>>. Acesso em: 25 ago. 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DA FAZENDA. Secretaria da Receita Federal. **Estudo tributário n 8 - Sistema e Administração Tributária: Uma visão geral**. Brasília, agosto/2002. Disponível em: <<http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e->

[aduaneiros/estudos-e-estatisticas/estudos-diversos/sistema-e-administracao-tributaria>.](#)
 Acesso em: 28 jul. 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DA FAZENDA. Secretaria do Tesouro Nacional. **Banco de Dados – SICONFI (Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro). Declarações Anteriores.** Brasília, 2018. Disponível em:
 <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/declaracoes_anteriores/declaracoes_anteriores_list.jsf>. Acesso em: 05 jun. 2018.

_____. **O que você precisa saber sobre as transferências constitucionais e legais: Fundo de Participação dos municípios (FPM).** Brasília, 2013. Disponível em: <
www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/329483/pge_cartilha_fpm.pdf>. Acesso em:
 15 jun. 2018.

_____. **O que você precisa saber sobre as transferências constitucionais e legais: imposto sobre a propriedade territorial rural (ITR).** Brasília, 2014. Disponível em:
 <www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/329483/pge_cartilha_itr.pdf>. Acesso em:
 15 jun. 2018.

BRASIL. **Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos.** Decreto-lei nº 9.827, de 10 de setembro de 1946. Dispõe sobre a produção açucareira e dá outras providências. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del9827.htm> Acesso em 10/09/2018.

BRASIL. Poder Executivo., de 27 de Agosto de 1971. Concede estímulos à fusão, incorporação e realocação de unidades industriais açucareiras e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 27/8/1971, Página 6905 (Publicação Original). Diário do Congresso Nacional - 3/9/1971, Página 1428 (Exposição de Motivos). Coleção de Leis do Brasil - 1971, Página 11 Vol. 5 (Publicação Original). Disponível em <
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1970-1979/decreto-lei-1186-27-agosto-1971-375415-norma-pe.html>>. Acesso em 11/09/2018.

BRASIL. Poder Executivo. Decreto nº 22.789, de 1º de Junho de 1933. Cria o Instituto do Açúcar e do Alcool e dá outras providências. **Diário Oficial da União - Seção 1 - 6/6/1933, Página 11195 (Publicação Original).** Legislação informatizada disponível em
 <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22789-1-junho-1933-03228-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 10/09/2018.

BRASIL. Poder Executivo. Decreto nº 99.240, de 7 de Maio de 1990. Dispõe sobre a extinção de autarquias e fundações públicas, e dá outras providências. **Diário Oficial da União - Seção 1 - 8/5/1990, Página 8629 (Publicação Original). Coleção de Leis do Brasil - 1990, Página 1901 Vol. 3 (Publicação Original).** Disponível em
 <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1990/decreto-99240-7-maio-1990-334844-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 11/09/2018.

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça. Andamento do Processo n. 1.350.204 - Agravo / Recurso Especial - 11/09/2018 do STJ.** Publicado por Superior Tribunal de Justiça. Diários Oficiais. Páginas sem caderno. Página 3650. **Usina Maringá Indústria e Comércio Ltda.** Disponível em <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/documentos/623531481/andamento-do>>

processo-n-1350204-agravo-recurso-especial-11-09-2018-do-stj?ref=topic_feed>. Acesso em 11/09/2018.

BRAY, S. C.; FERREIRA, E. R.; RUAS, D. G. G. **As políticas da agroindústria canaveira e o Proálcool no Brasil**. Marília: UNESP-Marília-Publicações, 2000, 104p.

CANA ONLINE. **Sem moer, Usina Maringá vira assentamento de sem-terra**. Cana online, Araraquara, 28 jul. 2015. Disponível em: <<http://www.canaonline.com.br/conteudo/sem-moer-usina-maringa-vira-assentamento-de-sem-terra.html#.WwazMfUh0dU>>. Acesso em 03 mai. 2018.

CARVALHO, A. M. Estado, descentralização e sustentabilidade dos governos locais do Brasil. **Economía, Sociedad y Territorio**, Toluca/México, v. 3, n. 12, 2002. Disponível em: <<https://est.cmq.edu.mx/index.php/est/issue/view/33>>. Acesso em: 05 jul. 2018.

CARVALHO, E. R. **Transformações sócio territoriais do capital sucroalcooleiro em Iturama, Pontal do Triângulo Mineiro**. 2009. 192 f. (Dissertação de Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/16059>>. Acesso em: 18 ago. 2017.

CARVALHO, G. C. **A agroindústria canaveira em municípios de pequeno porte: o caso de Pradópolis – SP**. 2013. 124f. (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente) - Universidade de Araraquara (Uniara), Araraquara, 2013.

_____; GALLO, Z. Dependência econômica de pequenos municípios: há alternativas em relação à agroindústria canaveira em Pradópolis – SP?. **Temas de Administração Pública**, Araraquara, Edição especial, v. 4, n.7, 2012. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/temasadm/article/view/6191>>. Acesso em: 16 de agosto 2017.

CASALECCHI, J. E. **Da Companhia Industrial, Agrícola e Pastoril d’Oeste de São Paulo à Cambuhy Coffee and Cotton Estates (1912-1933): contribuição ao estudo da presença inglesa na estrutura agrária do Estado de São Paulo**. 1973. 241 f. (Tese de Doutorado [s.i.]) Universidade Estadual Paulista (UNESP- FCLAr), Araraquara, 1973.

CASTILHO, F. R. C. **Federalismo fiscal e repartição do ICMS: o critério do valor adicionado**. 2013. 200 f. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2133/tde-12122014-100106/pt-br.php>>. Acesso em: 02 ago. 2018.

CAVALCANTI, G. A. A Dinâmica Econômica do Proálcool: Acumulação e Crise 1975-1989. **Revista Brasileira de Energia**, Vol.2, nº1, 1992. Disponível em: <<https://www.sbpe.org.br/index.php/rbe/article/download/33/33/>>. Acesso em: 13 jan. 2018.

CHAGAS, A. L. S.; TONETO JUNIOR, R.; AZZONI, C. R. A expansão da cana-de-açúcar e o impacto nas receitas municipais: uma aplicação de painéis espaciais dinâmicos para municípios do estado de São Paulo. In: 47º CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL – SOBER, 2008, Porto Alegre-RS. **Anais eletrônicos...** Evolução e estrutura da agropecuária no Brasil. Porto Alegre: SOBER, julho de 2009. Disponível em: <aplicativos.fipe.org.br/enaber/pdf/25.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2017.

COIMBRA, C. C.; NETO M. M. Grupo São Martinho: fusões e aquisições como estratégia competitiva. In: IX SINTAGRO SIMPÓSIO NACIONAL DE TECNOLOGIA EM AGRONEGÓCIO. 9., 2017, Botucatu. **Anais eletrônicos...** 2017. Disponível em: <www.sintagro.cps.sp.gov.br/2017/art/download.php?id=148>. Acesso em: 02 fev. 2018.

COSAN. **Relatório Anual de Sustentabilidade 2017**. Disponível em <cosan.com.br/sites/default/files/relatorio-sustentabilidade-cosan-2017.pdf>. Acesso em 10 set. 2018.

COSAN. **Relatório Anual/Annual Report COSAN 2009**. Disponível em <http://ir.cosan.com.br/fck_temp/20_3/file/Cosan_RelatorioAnual_20090227_port%202008.pdf>. Acesso em 10 set. 2018.

COSTA, A. M. F. **Agroindústria na região de Ribeirão Preto: o caso de Araraquara**. 1973. 110 f. (Tese de Doutorado) Universidade Estadual Paulista (UNESP- FCLAR), Araraquara, 1973.

JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, 12/04/2007. São Martinho, Cosan e Santa Cruz compram usina Santa Luiza. **O Estado de São Paulo**, Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/mercados,sao-martinho-cosan-e-santa-cruz-compram-usina-santa-luiza,20070412p10380>>. Acesso em: 24 nov. 2016.

FERRANTE, V. L. S. B. Tamoio: olha! Tem nó na cana! In: **Revista Perspectiva**. Vol. 7, São Paulo: UNESP, 1984. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/index.php/perspectivas/article/viewFile/1820/1488>>. Acesso em: 25 mai. 2017.

FERREIRA, E. R. **A formação da região canavieira de Araraquara: o papel do Estado e das agroindústrias do açúcar e do álcool no processo de organização do espaço**. 1987. 167 f. (Dissertação de Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE). Universidade Estadual Paulista (UNESP), Rio Claro, 1987.

_____.; ALVES, F.D. Organização Espacial da Cana-de-açúcar no estado de São Paulo: Uma Análise Evolutiva. In: 5º Encontro de Grupos de Pesquisa: agricultura, desenvolvimento regional e transformações sócio espaciais, 5, Santa Maria, RS. **Anais eletrônicos...** Santa Maria: GPET, 2009. Caderno Temático. v. único. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/neaunesp/publicaes/eneasengrup.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2017.

FERREIRA, I. **Desempenho do legislativo em Motuca: ascensão social e atuação política**. 2002. Pós-Graduação em Gestão Pública de Cidades. Unesp - Faculdade de Ciências e Letras. Araraquara – SP.

FRENTE NACIONAL DE PREFEITOS.; AEQUUS CONSULTORIA. **Anuário Finanças dos Municípios Paulistas**. Vitória (ES), v. 13, 2014. Disponível em: <http://www.aequus.com.br/anuarios_sp.html>. Acesso em: 10 mai. 2018.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 30 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001. 248p.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, G. M.; MAC DOWEL M. C. **Descentralização política, federalismo fiscal e criação de municípios: o que é mau para o econômico nem sempre é bom para o social**. Brasília: Ipea, fev. 2000. (Texto para Discussão, 706). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4133>. Acesso em: 14 mai. 2018.

GONÇALVES, N. W. **Estado e Agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960 – 1980**, São Paulo: Hucitec, 1997. 248 p.

GORDINHO, M.C. **Os Ometto**. Editora C. H. Knapp: São Paulo, 1986. 152p.

GRACIANO, R. A. S.A Veículos: 90 anos de história. *In: Jornal O Imparcial*, 24/01/2016. Araraquara – SP. Disponível em: <<https://www.facebook.com/JornalOImparcialAraraquara/posts/952339204849056>>. Acesso em: 16 de agosto 2017.

GRUPO SÃO MARTINHO. História e Perfil Corporativo. Disponível em <<http://www.saomartinho.com.br/>>. Acesso em 03 set. 2017.

GRUPO SÃO MARTINHO. **Relatório Anual de Sustentabilidade São Martinho 2012/2013**. Disponível em <http://ri.saomartinho.ind.br/saomartinho/web/download_arquivos.asp?id_arquivo=D24EC432-994E-45EB-8A1A-EF4E590FC830>. Acesso em: 05 set. 2017.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades. **Banco de Dados**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/motuca/panorama>>. Acesso em: 10 jul. 2017; 23 jun. 2018.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Tabela IPCA**. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/defaultinpc.shtm>. Acesso em: 15 dez. 2018.

IGC – INSTITUTO GEOGRÁFICO E CARTOGRÁFICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Mapa da divisão municipal e das regiões administrativas**. Disponível em: <<http://www.igc.sp.gov.br/produtos/index.html>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Banco de Dados**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 25 out. 2018.

ITESP – INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Informações Assentamentos. Disponível em: <<http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/acoes/assentamentos.aspx>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

LEÃO, C. G.; FRIAS, L. As deficiências do Imposto Territorial Rural (ITR). **Revista Debate Econômico (REDE)**, Universidade Federal de Alfenas (MG), v. 4, n. 2, p. 96-115, 2016. Disponível em: <<https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/revistadebateeconomico/.../pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

LEITE, S. A. Uma história para Matão. Matão – SP: Imag, 1992. 302 p.

LIMA FILHO, G. D. A análise da receita orçamentária e tributária do município de Sumé - PB e suas implicações econômicas para a gestão pública local no período de 2003-2012. **Revista Científica Semana Acadêmica**, Fortaleza, n. 000080, 2016. Disponível em: <<https://semanaacademica.org.br/artigo/analise-da-receita-orcamentaria-e-tributaria-do-municipio-de-sume-pb-e-suas-implicacoes>>. Acessado em: 06 jun. 2018.

LIMA, L. V. A.; DINIZ J. A.; MACHADO M. R. O aumento da alíquota do IPVA em tempo de recessão econômica e o seu reflexo na arrecadação. In: CONGRESSO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS, n. 11, v. 2, 2017, Pernambuco. **Anais eletrônicos...** Pernambuco, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/SUCC/article/view/22816>>. Acessado em: 12 jun. 2018.

LORENZO, H. C. **Origem e crescimento da Indústria na região Araraquara – São Carlos: 1900-1970**. 1979. 181 f. (Dissertação de Mestrado em [s.i.]) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 1979.

LUIZ, M. G. **Sertanejos, Estrangeiros, Forasteiros - dos primeiros boiadeiros à emancipação política de Motuca**. 1ª edição. Motuca: Livro Reportagem, 2013, 89 p.

MACEDO F. S. A. **Reestruturação do setor sucroenergético no Brasil: uma análise do período entre 2005 e 2011**. 2011. (Dissertação de Mestrado em Agroenergia) – Escola de Economia de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2011. Disponível em: <bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/8840>. Acesso em: 28 dez. 2017.

MAGOSSI, E. Cosan e Shell negociam associação no Brasil. **Jornal O Estado de São Paulo**, São Paulo, 01 fev. 2010. Disponível em <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,cosan-e-shell-negociam-associacao-estimada-em-us-12-bi,3196e_>. Acesso em 01 mai. 2018.

MALZONI, C. F. **História da família**. Entrevista concedida a Juliana de Aquino Mendonça. Matão, 02 mai. 2018.

MENDES, J. M. **Financiamento de grandes cidades brasileiras**. Revista de Informação Legislativa. Brasília, jan./mar.2003. Ano 40 n 157 pp. 95 – 102. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/836>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

MICHELLON, E.; SANTOS, A. A. L.; RODRIGUES, J. R. A. Breve descrição do proálcool e perspectivas futuras para o etanol produzido no Brasil. In SOBER, editor, **XLVI Congresso Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Anais da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Brasília: 2008. Disponível em: <www.sober.org.br/palestra/9/574.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2017.

MONTEIRO, R. C. M. Diversificação econômica das fazendas mistas no interior do oeste paulista: produção voltada para o mercado interno e externo, 1889-1920. In: **Congresso Brasileiro de História econômica**, 5; **Conferência internacional de História de Empresas**, 6, 2003, Caxambu, MG. **Anais**. Caxambu-MG, 7-10 set. 2003. Disponível em: <<https://econpapers.repec.org/RePEc:abp:he2003:071>>. Acesso em: 04 mar. 2017.

NOVACANA. **A produção de cana-de-açúcar no Brasil (e no mundo)**. Disponível em: <<https://www.novacana.com/cana/producao-cana-de-acucar-brasil-e-mundo/>>. Acesso em: 27 jul. 2017.

OKUBARO, J. J. **O Súdito (Banzai, Massateru!)**. São Paulo: Terceiro Nome, 2006. 542 p.

PALOMINO, J. M. G.; JUNIOR, R. T.; CAMPOS, C. V. C.; STOCCO, L. A expansão da cana-de-açúcar e o impacto sobre a arrecadação fiscal dos municípios paulistas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 46, 2008, Rio Branco, Acre. **Anais eletrônicos...** Brasília: SOBER, 2008, p. 1-21. Disponível em: <www.sober.org.br/palestra/9/445.pdf>. Acessado em: 08 jun. 2018.

PAULILLO, L. F.; VIAN, C. E. de F.; SHIKIDA, P. F. A.; MELLO, F. T. de. Álcool combustível e biodiesel no Brasil: quo vadis? **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v.45, nº03. jul./set., 2007. p. 531-565. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032007000300001>. Acesso em: 12 dez. 2017.

PETRONE, M. T. S. **A Lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)**. São Paulo: Difel, 1968. 241 p.

PINHEIRO, T. C. Hierarquia urbana e situação fiscal dos municípios brasileiros. **Revista da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, Foz do Iguaçu, v. 3, n. 1, p. 107-127, jan./jun. 2009. Disponível em: <<https://www.revistaaber.org.br/rberu/article/download/30/32>>. Acessado em: 08 jun. 2018.

PINTO, M. J. A. **Investimentos diretos estrangeiros no setor sucroenergético**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, 2011. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96132/tde.../MairunJAPinto_Original.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2018.

PISSINATO, B. **A cultura da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo entre 1950 e 2010: evolução histórica da área e da produtividade**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Economia. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo. Piracicaba: 2014. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-11042014-173816/en.php>. Acesso em: 24 ago. 2017.

QUEDA, O. **A intervenção do Estado e a agroindústria açucareira paulista**. 1972. 173 f. Tese (Doutorado em Economia e Sociologia Rural) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo.

RAMOS, P. **Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **Um Estudo da Evolução e da estrutura da Agroindústria Canavieira no Estado de São Paulo (1930-1982)**. São Paulo, 1983. 258f. Tese (mestrado), EAESP – Fundação

Getúlio Vargas. Disponível em: <bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/11165>. Acesso em: 13 jul. 2017.

_____. Os mercados mundiais do açúcar e a evolução da agroindústria canavieira do Brasil entre 1930 1980: do açúcar ao álcool para o mercado interno. *Economia Aplicada*. São Paulo, v. 11, n. 4, p. 559-585, outubro-dezembro de 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502007000400006>. Acesso em 14 abr. 2018.

_____; SZMRECSÁNYI, T. Evolução histórica dos grupos empresariais da agroindústria canavieira paulista. **História Econômica & História de Empresas**, v.1, 2002. Disponível em: <www.abphe.org.br/revista/index.php/rabphe/article/view/132/160>. Acesso em: 04 jan. 2018.

Revista Araraquara, Araraquara – SP, 1974, disponível para consulta no Museu Rodolpho Telarolli, Casa de Cultura. Araraquara, SP: Abril de 2018.

RUAS, D. G. G.; FERREIRA, E. R.; BRAY, S. C. **A agroindústria sucroalcooleira nas áreas canavieiras de São Paulo e Paraná**. Unesp/ICGE Pós-Graduação em Geografia: Rio Claro, 2014. 203 p. Disponível em: <www.rc.unesp.br/igce/geografia/pos/downloads/2014b/a_agroindustria_sucro.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2018.

SANTOS, G. R.; GARCIA, E. A.; SHIKIDA, P. F. A. A crise na produção do etanol e as interfaces com as políticas públicas. **Revista Radar: Tecnologia, Produção e Comércio Exterior**, Brasília, v. 1, n. 39, p. 27-38, 2015. Disponível em: <www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/radar/150630_radar_39_cap3.pdf>. Acessado em: 12 out. 2018.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Fazenda. **A participação dos Municípios na Arrecadação do ICMS – Apuração do índice de participação**. São Paulo, março 2012. Disponível em: <<https://www.fazenda.sp.gov.br/dipam/videos/Apostila%20Dipam%202012.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2018.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Fazenda. **Consulta de Repasse**. São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://www.fazenda.sp.gov.br/RepasseConsulta/Consulta/repasse.aspx>>. Acesso em: 08 jul. 2018.

SÃO PAULO (Estado)._Tribunal de Contas. **Portal da Transparência Municipal**. São Paulo, 2018. Disponível em: <<http://transparencia.tce.sp.gov.br/>>. Acesso em: 08 jul. 2018.

SATOLO, L. F.; BACCHI, M. R. Impactos da Recente Expansão do Setor Sucroenergético Sobre a Renda *per capita* Municipal no Estado de São Paulo. In: **Anais do Encontro Brasileiro de Econometria**, 34. Porto Seguro: Sociedade Brasileira de Econometria, 2012. Disponível em:<bibliotecadigital.fgv.br/ocs/index.php/sbe/EBE12/paper/download/3791/1443>. Acesso em: 08 jul. 2017.

SCARAMUZZO, M. Estrangeiros avançam em açúcar. **Valor Econômico**, São Paulo, 12 abr. 2006 B16. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/469668/noticia.htm?sequence=1>>. Acesso em: 04 mai. 2018.

SEADE - SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. **Banco de Dados**. Disponível em: <<http://www.perfil.seade.gov.br/#>>. Acesso em: 02 out. 2017; 16 jun. 2018.

SHIKIDA, P. F. A. Desenvolvimento socioeconômico e agroindústria canvieira no Paraná. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, n. 3, p.67-82, 2010. Disponível em: <<https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/download/351/297>>. Acesso em: 02 out. 2017.

_____.; SOUZA, E. C. Agroindústria canvieira e crescimento econômico local. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba - SP, v. 47, n. 3, p. 569-600, jul-set de 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032009000300002>. Acesso em: 16 nov. 2017.

_____.; BACHA, C. J. Evolução da Agroindústria Canvieira Brasileira de 1975 a 1995. In: **Revista Brasileira de Economia**. v. 53, n. 1, Jan./Mar. 1999, p. 69-89. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/746/1740>>. Acesso em 11 set. 2018.

_____.; MORAES, M. A. D.; ALVES, L. R. A. Agroindústria canvieira do Brasil: intervencionismo, desregulamentação e neocorporatismo. **Revista de Economia e Agronegócio**, Viçosa (MG), v.2, n.3, p.361-382, jul./set. 2004. Disponível em: <<https://revistarea.ufv.br/index.php/rea/article/view/39>>. Acesso em: 25 set. 2017.

SILVA, A. C. Estado federal e poder municipal. **Revista Prismas: Direito, Políticas Públicas e Mundialização**, Brasília, v. 6, n. 2, p. 351-378, jul./dez.2009. Disponível em: <<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/prisma/article/viewFile/759/847>>. Acesso em: 18 ago. 2018.

SILVA, J. G. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 192 p. Disponível em: <<https://searchworks.stanford.edu/view/1057726>>. Acesso em: 23 jul. 2017.

SOARES, A. R. **Um Século de Economia Açucareira**. Editora clíper, 2000. 148p.

SOUZA, K.G.; SILVA, M.A. e PRADO, R.A.D.P. **Impactos do Setor Sucroalcooleiro na (re) organização do espaço urbano: uma Análise em Contexto Regional**. IX Simpósio de excelência em Gestão e Tecnologia, 2012. Disponível em < Gestão e Tecnologia, 2012. Disponível em <<http://www.aedb.br/seget/artigos12/36516338.pdf>>. Acessado em 25 de abril de 2018.

STETTER, E. A. A trajetória da cana no assentamento Monte Alegre. **Retratos de Assentamentos**, v. 7, n. 1, p. 121-129, 2004. Disponível em: <<http://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/8/6>>. Acesso em: 14 out. 2018.

SZMRECSÁNYI, T. **O planejamento da agroindústria canaveira no Brasil (1930-1975)**. São Paulo: hucitec-Unicamp, 1979.

_____.; MOREIRA, E. P. O desenvolvimento da agroindústria canaveira do Brasil desde a Segunda Guerra Mundial. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 5, 1991. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141991000100006>. Acesso em: 22 abr. 2018.

TOMAZELA, J. M. Raízen dispensa 250 funcionários da usina Tamoio em Araraquara. **Jornal O Estado de São Paulo**, São Paulo, 14 nov. 2017. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,raizen-dispensa-250-funcionarios-e-fecha-usina-tamoio-em-araraquara,70002084218>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

TSUKADA, C. Y. P. de S. **Os efeitos da expansão do setor sucroalcooleiro sobre o desenvolvimento de municípios da região administrativa de Marília-SP**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia. UNESP, São Paulo. Presidente Prudente: 2011. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/89792>>. Acesso em: 03 mai. 2017.

USINA IPIRANGA. **História**. Disponível em <<http://www.ipirangaagroindustrial.com.br/>>. Acesso em: 03 mai. 2018.

USINA SANTA FÉ. **História**. Disponível em <<http://www.usinasantafe.com.br/>>. Acesso em: 03 mai. 2018.

VECCHIA, M. J. de S. G. **Nhonhô Magalhães: Um Homem Além De Seu Tempo?**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia. UNESP, Araraquara, 1997.

VEGRO, C. L.; FILHO, A.; AMARO, A. Fusões e aquisições na indústria de alimentos e bebidas: os segmentos do café, sucroalcooleiro e sucos cítricos. **V Encontro de Economistas da Língua Portuguesa**, Recife, 5 - 7 de novembro de 2003. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/LerTexto.php?codTexto=887>>. Acesso em: 08 mai. 2018.

VIAN, C.; BELIK, W. Os desafios para a reestruturação do complexo agroindustrial canaveiro do Centro-Sul. **Economia**, Niterói, v. 4, n. 1, p. 153-194, jan.-jun. 2003. Disponível em: <https://anpec.org.br/revista/vol4/v4n1p153_194.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2018.

WATANABE, M. **A desregulamentação do setor sucroalcooleiro e seu impacto na estratégia de produção das usinas no estado do Paraná**. Dissertação de Mestrado, Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2001. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/3364>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

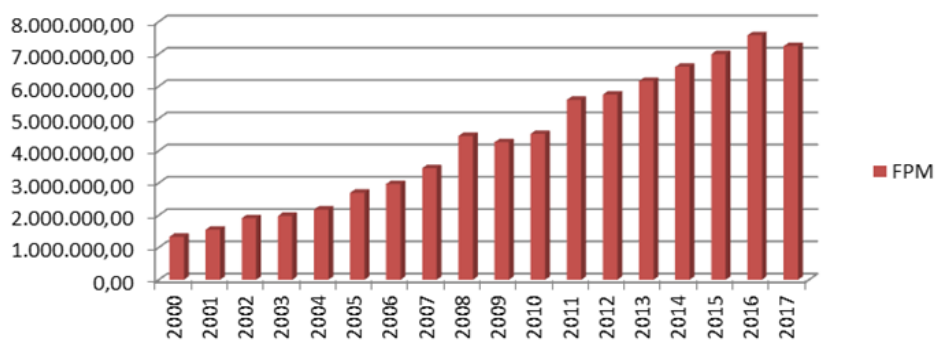
ANEXOS

Valores nominais (correntes) das Transferências da Cota Parte do FPM para o município de Motuca de 2000 a 2017.

Ano	FPM	População	Densidade Demográfica (Habitantes/ Km2)	Ano	FPM	População	Densidade Demográfica (Habitantes/ Km2)
2000	1.333.631,13	3.866	16,85				
2001	1.551.944,96	3.905	17,02	2010	4.525.644,01	4.286	18,74
2002	1.908.104,63	3.948	17,21	2011	5.578.753,18	4.322	18,9
2003	1.979.339,17	3.993	17,4	2012	5.741.287,79	4.359	19,06
2004	2.176.261,73	4.036	17,59	2013	6.165.042,74	4.395	19,22
2005	2.697.720,74	4.086	17,81	2014	6.604.604,42	4.432	19,38
2006	2.971.782,00	4.132	18,01	2015	6.995.971,37	4.469	19,54
2007	3.461.408,97	4.171	18,18	2016	7.579.251,45	4.502	19,69
2008	4.457.717,66	4.214	18,37	2017	7.243.310,73	4.536	19,83
2009	4.266.858,17	4.253	18,54				

Fonte: Próprio autor, adaptado de Brasil. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional (2018) e SEADE (2018).

Valores nominais (correntes) das Transferências da Cota Parte do FPM para o município de Motuca de 2000 a 2017.



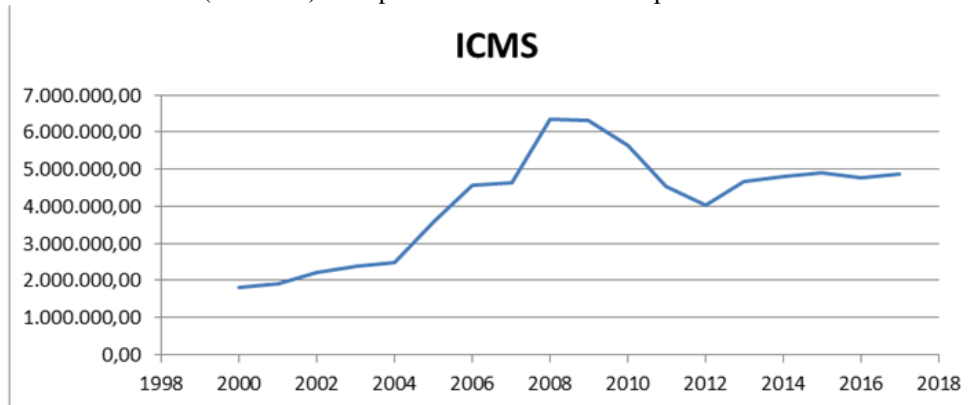
Fonte: Próprio autor, adaptado de Brasil. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional (2018) e SEADE (2018).

Valores nominais (correntes) do repasse do ICMS e IPM do município de Motuca de 2000 a 2017.

ANO	ICMS	IPM	ANO	ICMS	IPM
2000	1.799.232,02	0,02366450	2009	6.317.356,43	0,01800551
2001	1.924.649,87	0,02329246	2010	5.644.081,49	0,01502506
2002	2.205.537,46	0,02167123	2011	4.542.962,86	0,01527244
2003	2.383.034,13	0,02795903	2012	4.037.157,59	0,01595253
2004	2.501.154,08	0,03141974	2013	4.654.746,98	0,01573090
2005	3.576.300,81	0,02912194	2014	4.795.188,05	0,01535279
2006	4.550.760,11	0,03308334	2015	4.896.656,01	0,01510393
2007	4.625.332,13	0,03231875	2016	4.775.707,25	
2008	6.356.379,29	0,02460175	2017	4.862.503,10	

Fonte: Próprio autor, adaptado de Brasil. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional (2018) e São Paulo (Estado) Secretaria da Fazenda (2018).

Valores nominais (correntes) do repasse do ICMS ao município de Motuca de 2000 a 2017.



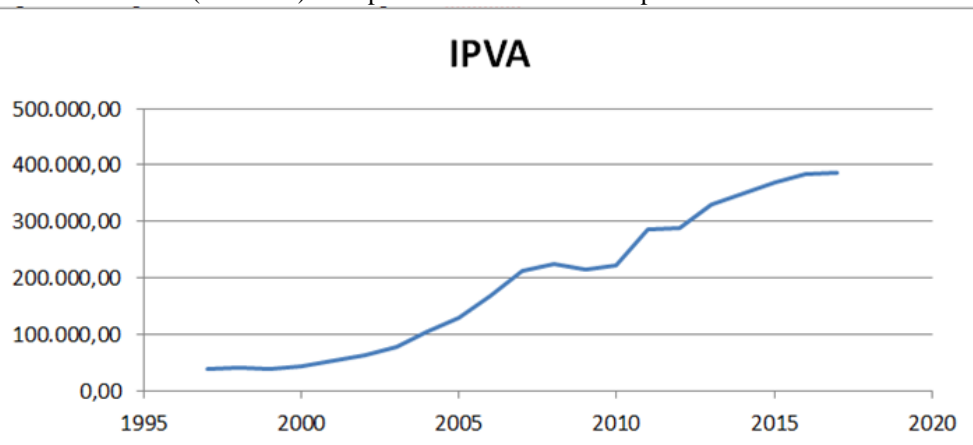
Fonte: Próprio autor, adaptado de Brasil. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional (2018) e São Paulo (Estado) Secretaria da Fazenda (2018).

Valores nominais (correntes) do repasse do IPVA ao município de Motuca de 2000 a 2017.

ANO	IPVA	ANO	IPVA
2000	42.999,08	2009	214.752,89
2001	53.852,16	2010	223.684,88
2002	62.946,97	2011	285.622,89
2003	78.824,42	2012	289.363,37
2004	104.590,00	2013	331.002,40
2005	130.775,89	2014	348.872,26
2006	168.496,49	2015	370.361,90
2007	213.768,37	2016	383.303,69
2008	225.390,09	2017	385.928,07

Fonte: Próprio autor, adaptado de São Paulo (Estado) Secretaria da Fazenda (2018).

Valores nominais (correntes) do repasse do IPVA ao município de Motuca de 2000 a 2017.



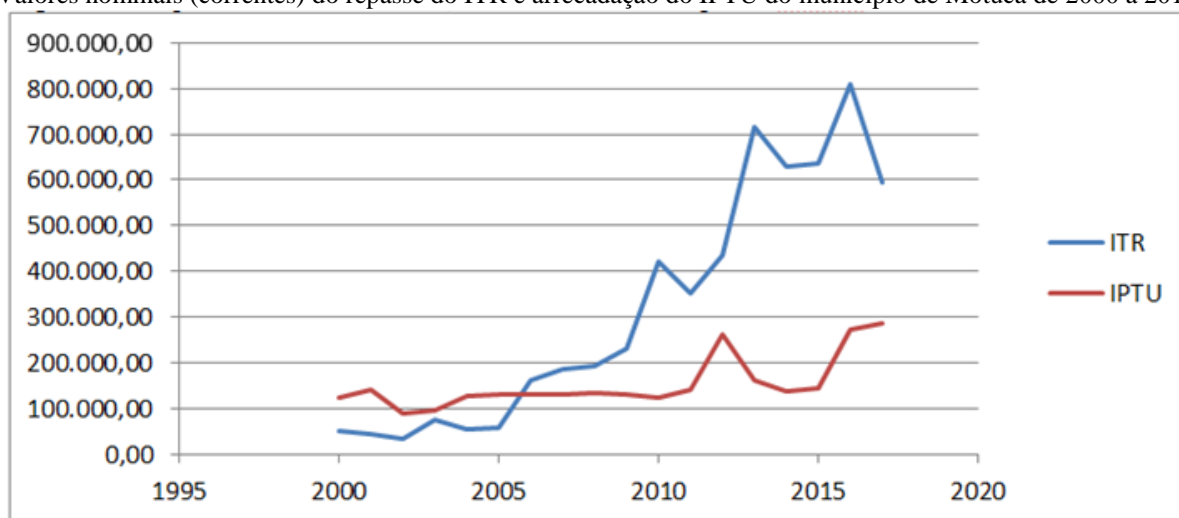
Fonte: Próprio autor, adaptado de São Paulo (Estado) Secretaria da Fazenda (2018).

Valores nominais (correntes) do repasse do ITR e arrecadação do IPTU do município de Motuca de 2000 a 2017.

ANO	ITR	IPTU	ITBI	ANO	ITR	IPTU	ITBI
2000	50.513,29	124.139,77	22.930,91	2009	230.908,68	130.164,39	18.868,77
2001	43.354,05	140.878,64	47.065,16	2010	422.424,17	123.488,59	212.367,44
2002	35.679,66	88.364,71	14.859,59	2011	353.902,74	142.446,78	20.047,77
2003	75.688,31	98.253,51	7.533,24	2012	437.150,38	262.469,81	12.260,01
2004	55.336,33	127.947,18	8.606,57	2013	716.889,68	163.563,55	163.680,65
2005	60.132,02	131.530,31	23.880,52	2014	630.280,19	139.541,34	86.413,14
2006	161.000,99	130.809,44	25.147,92	2015	635.645,12	144.288,41	257.308,91
2007	187.648,89	130.778,06	30.667,29	2016	810.422,39	271.459,62	267.332,96
2008	191.927,39	134.072,68	35.911,87	2017	593.939,56	287.559,26	12.438,30

Fonte: Próprio autor, adaptado de Brasil. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional (2018).

Valores nominais (correntes) do repasse do ITR e arrecadação do IPTU do município de Motuca de 2000 a 2017.



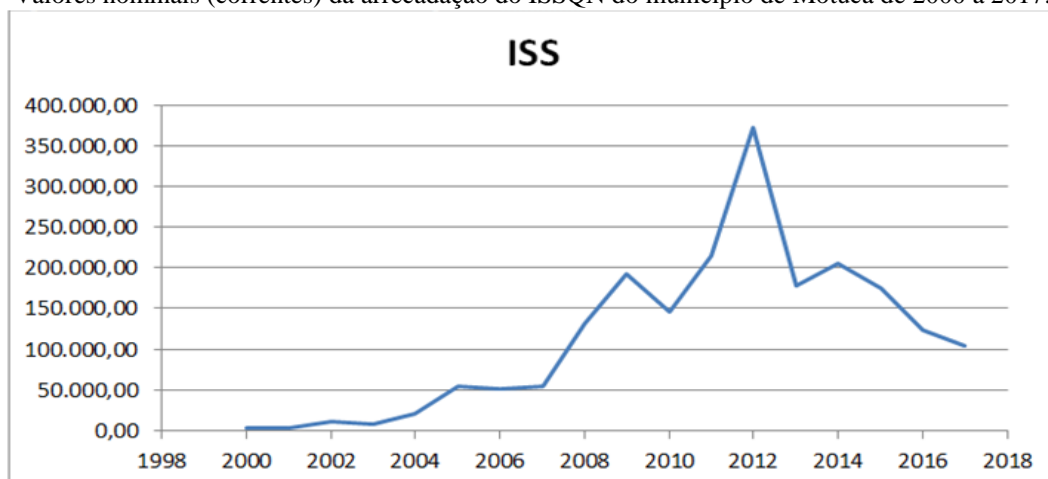
Fonte: Próprio autor, adaptado de Brasil. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional (2018).

Valores nominais (correntes) da arrecadação do ISSQN do município de Motuca de 2000 a 2017.

ANO	ISS	ANO	ISS
2000	3.524,30	2009	191.736,77
2001	2.948,59	2010	146.282,87
2002	11.419,87	2011	215.653,92
2003	7.925,23	2012	372.691,97
2004	20.608,75	2013	177.696,04
2005	54.877,15	2014	204.797,81
2006	51.690,11	2015	174.880,95
2007	54.671,85	2016	123.969,94
2008	132.131,48	2017	103.608,68

Fonte: Próprio autor, adaptado de Brasil. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional (2018).

Valores nominais (correntes) da arrecadação do ISSQN do município de Motuca de 2000 a 2017.



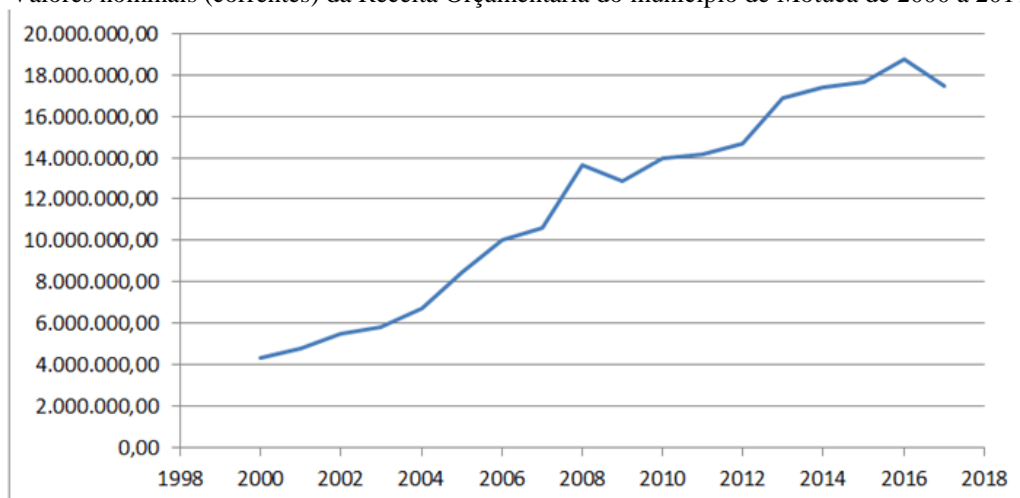
Fonte: Próprio autor, adaptado de Brasil. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional (2018).

Valores nominais (correntes) da Receita Total do município de Motuca de 2000 a 2017.

ANO	TOTAL DE RECEITAS (corrente + de capital - deduções)	ANO	TOTAL DE RECEITAS (corrente + de capital - deduções)
2000	4.355.952,56	2009	12.857.007,76
2001	4.779.907,14	2010	13.976.652,90
2002	5.497.575,85	2011	14.133.652,55
2003	5.794.738,20	2012	14.689.829,17
2004	6.756.374,43	2013	16.892.525,78
2005	8.478.015,23	2014	17.428.615,42
2006	10.050.366,40	2015	17.668.843,69
2007	10.578.784,41	2016	18.745.202,92
2008	13.634.035,14	2017	17.458.210,26

Fonte: Próprio autor, adaptado de Brasil. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional (2018).

Valores nominais (correntes) da Receita Orçamentária do município de Motuca de 2000 a 2017.



Fonte: Próprio autor, adaptado de Brasil. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional (2018).

Valores nominais (correntes) da Receita Orçamentária do município de Motuca de 2000 a 2017.

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005
R. Corrente	4.234.774,10	4.643.343,73	5.515.784,20	6.352.700,39	7.300.014,90	9.380.272,94
R. Capital	121.178,46	136.563,41	609.761,17	108.345,32	166.576,10	49.946,32
Total	4.355.952,56	4.779.907,14	6.125.545,37	6.461.045,71	7.466.591,00	9.430.219,26
Ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011
R. Corrente	10.989.365,76	11.743.016,89	15.047.403,39	14.904.786,56	15.230.374,93	15.749.669,23
R. Capital	196.536,52	182.324,85	599.050,00	170.000,00	890.306,66	494.220,00
Total	11.185.902,28	11.925.341,74	15.646.453,39	15.074.786,56	16.120.681,59	16.243.889,23
Ano	2012	2013	2014	2015	2016	2017
R. Corrente	14.028.397,56	15.458.000,36	16.153.874,31	16.598.071,00	17.857.410,00	17.308.210,00
R. Capital	661.431,61	1.434.525,42	1.274.741,11	1.070.585,00	887.792,77	150.000,00
Total	14.689.829,17	16.892.525,78	17.428.615,42	17.668.656,00	18.745.202,77	17.458.210,00

Fonte: Próprio autor, adaptado de Brasil. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional (2018).

Valores nominais (correntes) da Receita Corrente do município de Motuca de 2000 a 2017.

Receita Corrente	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Receita Tributária	181.099,29	239.534,64	261.796,75	329.359,22	469.518,86	579.486,32
Receita Patrimonial	30.268,98	50.998,76	86.629,05	131.618,40	57.151,13	130.917,50
Receita Industrial	57.808,24	71.491,64	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	97.944,83	110.341,27	125.094,19	132.799,56
Transferências Corrente	3.937.992,09	4.219.476,20	4.993.721,21	5.629.103,93	6.540.924,76	8.419.675,03
Outras Receitas Corrente	27.605,50	61.842,49	75.692,36	152.277,57	107.325,96	117.394,53
Total Receita Corrente	4.234.774,10	4.643.343,73	5.515.784,20	6.352.700,39	7.300.014,90	9.380.272,94
Total de Receitas (+ capital - deduções)	4.355.952,56	4.779.907,14	5.497.575,85	5.794.738,20	6.756.374,43	8.478.015,23
Receita Corrente	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Receita Tributária	567.153,32	578.649,92	698.385,67	707.144,12	820.310,36	752.722,73
Receita Patrimonial	149.831,64	107.948,72	166.962,19	119.614,74	99.528,99	207.776,44
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	145.079,86	154.946,97	149.919,75	142.041,27	153.223,15	122.310,69
Transferências Corrente	10.014.158,84	10.728.387,61	13.938.041,40	13.756.917,86	14.009.176,71	14.436.328,00
Outras Receitas Corrente	113.142,10	173.083,67	94.094,38	179.068,57	148.135,72	230.531,37
Total Receita Corrente	10.989.365,76	11.743.016,89	15.047.403,39	14.904.786,56	15.230.374,93	15.749.669,23
Total de Receitas (+ capital - deduções)	10.050.366,40	10.578.784,41	13.634.035,14	12.857.007,76	13.976.652,90	14.133.652,55
Receita Corrente	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Receita Tributária	849.033,77	862.457,83	786.685,40	917.140,73	923.411,65	760.161,04
Receita Patrimonial	86.234,26	63.050,04	118.217,09	151.386,02	210.951,70	214.128,03
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	159.769,05	187.494,82	197.076,48	174.353,53	171.542,52	190.283,94
Transferências Corrente	14.446.185,22	14.007.349,24	14.902.285,50	15.187.203,30	16.335.459,16	15.893.293,06
Outras Receitas Corrente	554.044,58	337.648,43	149.609,84	160.866,99	145.965,89	180.532,31
Total Receita Corrente	16.095.266,88	15.458.000,36	16.153.874,31	16.590.950,57	17.787.330,92	17.238.398,38
Total de Receitas (+ capital - deduções)	14.689.829,17	16.892.525,78	17.428.615,42	17.668.843,69	18.745.202,92	17.458.210,26

Fonte: Próprio autor, adaptado de Brasil. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional (2018).

Valores nominais (correntes) da Participação (%) da Receita Própria, ICMS, FPM e ITR município de Motuca de 2000 a 2017

R. Corrente	Ano	R. Tributária	%	Outros	%	ICMS	%
4.234.774,10	2000	181.099,29	4,28	115.682,72	2,73	1.799.232,02	42,49
4.643.343,73	2001	239.534,64	5,16	184.332,89	3,97	1.924.649,87	41,45
5.515.784,20	2002	261.796,75	4,75	260.266,24	4,72	2.205.537,46	39,99
6.352.700,39	2003	329.359,22	5,18	394.237,24	6,21	2.383.034,13	37,51
7.300.014,90	2004	469.518,86	6,43	289.571,28	3,97	2.501.154,08	34,26
9.380.272,94	2005	579.486,32	6,18	381.111,59	4,06	3.576.300,81	38,13
10.989.365,76	2006	567.153,32	5,16	408.053,60	3,71	4.550.760,11	41,41
11.743.016,89	2007	578.649,92	4,93	435.979,36	3,71	4.625.332,13	39,39
15.047.403,39	2008	698.385,67	4,64	410.976,32	2,73	6.356.379,29	42,24
14.904.786,56	2009	707.144,12	4,74	440.724,58	2,96	6.317.356,43	42,38
15.230.374,93	2010	820.310,36	5,39	400.887,86	2,63	5.644.081,49	37,06
15.749.669,23	2011	752.722,73	4,78	560.618,50	3,56	4.542.962,86	28,84
16.095.266,88	2012	849.033,77	5,28	800.047,89	4,97	4.037.157,59	25,08
15.458.000,36	2013	862.457,83	5,58	588.193,29	3,81	4.654.746,98	30,11
16.153.874,31	2014	786.685,40	4,87	464.903,41	2,88	4.795.188,05	29,68
16.590.950,57	2015	917.140,73	5,53	486.606,54	2,93	4.896.656,01	29,51
17.787.330,92	2016	923.411,65	5,19	528.460,11	2,97	4.775.707,25	26,85
17.238.398,38	2017	760.161,04	4,41	584.944,28	3,39	4.862.503,10	28,21

R. Corrente	Ano	FPM	%	ITR	%	Outras Trans. Correntes	%
4.234.774,10	2000	1.333.631,13	31,49	50.513,29	1,19	754.615,65	17,82
4.643.343,73	2001	1.551.944,96	33,42	43.354,05	0,93	699.527,32	15,07
5.515.784,20	2002	1.908.104,63	34,59	35.679,66	0,65	844.399,46	15,31
6.352.700,39	2003	1.979.339,17	31,16	75.688,31	1,19	1.191.042,32	18,75
7.300.014,90	2004	2.176.261,73	29,81	55.336,33	0,76	1.808.172,62	24,77
9.380.272,94	2005	2.697.720,74	28,76	60.132,02	0,64	2.085.521,46	22,23
10.989.365,76	2006	2.971.782,00	27,04	161.000,99	1,47	2.330.615,74	21,21
11.743.016,89	2007	3.461.408,97	29,48	187.648,89	1,60	2.453.997,62	20,90
15.047.403,39	2008	4.457.717,66	29,62	191.927,39	1,28	2.932.017,06	19,49
14.904.786,56	2009	4.266.858,17	28,63	230.908,68	1,55	2.941.794,58	19,74
15.230.374,93	2010	4.525.644,01	29,71	422.424,17	2,77	3.417.027,04	22,44
15.749.669,23	2011	5.578.753,18	35,42	353.902,74	2,25	3.960.709,22	25,15
16.095.266,88	2012	5.741.287,79	35,67	437.150,38	2,72	4.230.589,46	26,28
15.458.000,36	2013	6.165.042,74	39,88	716.889,68	4,64	2.470.669,84	15,98
16.153.874,31	2014	6.604.604,42	40,89	630.280,19	3,90	2.872.212,84	17,78
16.590.950,57	2015	6.995.971,37	42,17	635.645,12	3,83	2.658.930,80	16,03
17.787.330,92	2016	7.579.251,45	42,61	810.422,39	4,56	3.170.078,07	17,82
17.238.398,38	2017	7.243.310,73	42,02	593.939,56	3,45	3.193.539,67	18,53

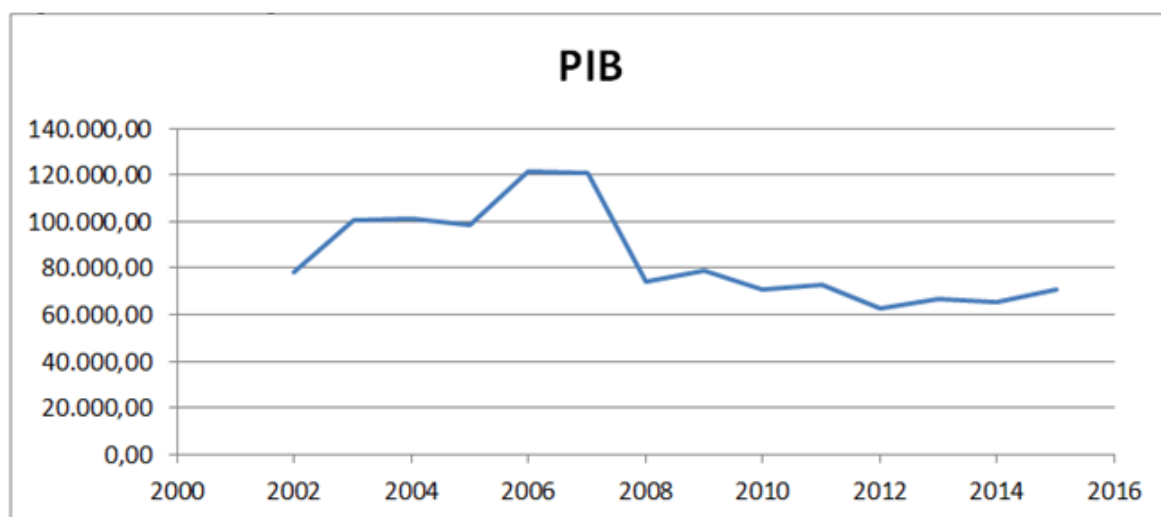
Fonte: Próprio autor, adaptado de Brasil. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional (2018).

Valores nominais (correntes) do PIB de Motuca de 2000 a 2017.

ANO	PIB	PIB PER CAPTA	PARTICIPAÇÃO NO PIB DO ESTADO (%)
2002	78.601,60	19.909,22	1,5148
2003	100.344,65	25.130,14	1,6966
2004	100.962,52	25.015,49	1,5462
2005	98.298,56	24.057,40	1,3229
2006	121.418,25	29.384,86	1,4726
2007	120.712,56	28.940,92	1,2901
2008	74.156,11	17.597,56	0,7113
2009	79.067,52	18.591	0,7015
2010	70.839,31	16.528,07	0,5472
2011	73.058,47	16.903,86	0,5085
2012	62.921,33	14.434,81	0,4036
2013	66.615,99	15.157,22	0,3884
2014	65.396,54	14.755,54	0,3519
2015	70.542,47	15.784,84	0,3636

Fonte: Próprio autor, adaptado de SEADE (2018).

Valores nominais (correntes) do PIB de Motuca de 2000 a 2017.



Fonte: Próprio autor, adaptado de SEADE (2018).